

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

DENISE MACHADO

**Fontes de informação
sobre as etnias indígena e afro-brasileira
para o âmbito escolar**

Porto Alegre
2012

DENISE MACHADO

**Fontes de informação
sobre as etnias indígena e afro-brasileira
para o âmbito escolar**

Monografia desenvolvida como requisito para a conclusão da Atividade de Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Me. Martha Eddy
Krummenauer Kling Bonotto

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice Diretor: Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe-substituta: Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Samile Andréa de Souza Vanz

Coordenadora Substituta: Glória Isabel Sattamini Ferreira

CIP. Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M149f Machado, Denise
Fontes de informação sobre as etnias indígena e afro-brasileira para o âmbito escolar / Denise Machado ; orientação Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto – Porto Alegre, 2012.
141 p.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia.

1. Fontes de informação 2. Diversidade cultural 3. Biblioteca escolar 4. Lei nº 11.645/2008 5. Índios 6. Afro-brasileiros I. Bonotto, Martha Eddy Krummenauer Kling II. Título

CDU – 02:37.015.2

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Rua Ramiro Barcelos, n. 2705, Bairro Santana

CEP: 90035-007 - Porto Alegre - RS

Telefone: (51) 3308 5067

Fax: (51) 3308 5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

DENISE MACHADO

**Fontes de informação
sobre as etnias indígena e afro-brasileira
para o âmbito escolar**

Banca Examinadora

Prof^a. Me. Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Prof. Dr. Valdir José Morigi
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

*Dedico este trabalho especialmente a minha
mãe Nilza Regina Machado que se dedica
a me cuidar e amar.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai João Carlos Machado pelo apoio e incentivo pela busca a educação, mostrando-me ser o caminho para transformar a realidade, crescer e ser alguém entre tantos.

A meu irmão Anderson Machado por me apoiar sempre que precisei, especialmente pela ajuda e soluções do tipo *help desk*.

Aos patriarcas: Vó Maria, Vô Vadinho e a Saudosa Vó Eva.

As minhas mães do coração: Tia Adriana, Tia Sandra e Tia Terezinha.

As minhas primas Fê e Lê que me fazem entender o sentido da amizade pelo companheirismo e carinho em todas as horas, desde os primeiros passos.

Enfim, a toda a minha família que apesar do meu desejo e sonho de voar serão sempre meu porto seguro.

A todas as professoras de prática que muito me ensinaram durante os estágios realizados. Especialmente a Juliana Tricot Leal e Alvanir Maria Rhoden que me deram a primeira oportunidade de conhecer o mundo mágico e encantador da Biblioteconomia, a biblioteca escolar. E a Carmen Barneche e Sachi Makino, bibliotecárias do MPT 4, que com seus ensinamentos profissionais e de vida me ofereceram suporte para brilhar.

A Andréia Maira Ziegler e equipe da Biblioteca do Colégio Marista Champagnat pelo valioso aprendizado e agradável convivência no período de estágio obrigatório.

Aos colegas de faculdade, em especial a Andreli Dalbosco, Sabrina Borille e Vinicius Ferro que fizeram parte de momentos inesquecíveis e tornaram-se grandes amigos.

Aos mestres da Fabico/UFRGS que fizeram parte dessa jornada acadêmica. Proporcionando-me novas aprendizagens e crescimento profissional a partir das suas experiências e transmissão de seus conhecimentos.

Em especial a minha orientadora, Prof^ª. Me. Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto, que incentivou a realização deste trabalho e contribuiu para o seu desenvolvimento com apontamento de direções e ensinamentos.

Novo tempo

No novo tempo, apesar dos castigos

Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos

Pra nos socorrer

No novo tempo, apesar dos perigos

Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta

Pra sobreviver

Pra que nossa esperança seja mais que vingança

Seja sempre um caminho que se deixa de herança

No novo tempo, apesar dos castigos

Estamos em cena, estamos nas ruas, quebrando as algemas

Pra nos socorrer

No novo tempo, apesar dos perigos

A gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça

Pra sobreviver

Ivan Lins

RESUMO

A diversidade cultural é característica marcante da nossa sociedade. Tratar sobre este assunto no âmbito escolar e possibilitar o acesso a informações de qualidade e referentes a esse assunto é de responsabilidade socioeducativa também dos profissionais da informação, especialmente bibliotecários. Este estudo parte da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 que estabelece a inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. A análise objetiva identificar fontes de informação que se dedicam a essas temáticas, e possam ser utilizadas e trabalhadas na escola para atender a exigência legal e prover a escola e a biblioteca escolar de recursos para o ensino e aprendizagem dessas temáticas. Apresenta fontes pessoais, institucionais, documentais e eventos. O trabalho metodológico teve caráter qualitativo e abordagem baseada na pesquisa documental. O levantamento de fontes informacionais que tratam da história e cultura afro-brasileira e indígena foi realizado a partir da determinação de uma estratégia de busca. Após recuperação foram selecionadas as fontes de informação pertinentes ao estudo. Para a seleção das fontes de informação foram aplicados alguns critérios gerais e de qualidade baseados na obra de Tomaél, Alcará e Silva (2008). Estes critérios foram utilizados para validar e qualificar as fontes e recursos de informação que atendessem as expectativas do estudo. A técnica de análise documental foi empregada com a finalidade de representar cada fonte informacional selecionada, permitindo representá-las através de uma descrição, apontando seus objetivos, forma, conteúdo e utilidade. Por fim, o estudo resultou em um guia com diferentes fontes de informação sobre indígenas e afro-brasileiros que a comunidade escolar pode utilizar na educação social para promover o respeito pelas diferenças étnicas e raciais e valorizar a diversidade cultural, pois o acesso a informação e a educação são instrumentos para combater a intolerância e o preconceito. Conclui que há uma extensa produção de diversos recursos informacionais a respeito dessas temáticas principalmente na Internet. Contudo, é estritamente necessária a avaliação dessas fontes para o uso no ambiente escolar para obter informações de qualidade e pertinentes que possam servir de instrumentos para a prática de uma educação pautada na transformação social.

Palavras-chave: Fontes de Informação. Diversidade cultural. Índios. Afro-brasileiros. Lei nº 11.645/2008. Biblioteca escolar.

ABSTRACT

Cultural diversity is a hallmark of our society. Addressing this subject in the school environment and provide access to quality information and pertaining on this issue is of educational responsibility and also of information professionals, especially librarians. This study is based on the Federal Law No. 11 645 of March, 10th 2008 that establishes the mandatory inclusion of "Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture" thematic in the official curriculum of the school. The analysis aims to identify sources of information that are dedicated to these issues, and may be used in school to meet the legal requirement and provide to the school and the school library resources for the teaching and learning of these subjects. The research presents personal sources, institutional, documentary and events. The methodological work was qualitative and the approach was based on documentary research. The survey of informational sources that deal with the history and culture of the African-Brazilian and Indigenous was carried by the determination of a research strategy. After recovery information sources relevant to the study were selected. For the selection of information sources some general and quality criteria pertinent to the study were used based on the work of Tomaél, Alcará and Silva (2008). These criteria were used to validate and qualify the sources of information and resources that met the expectations of the study. The documentary analysis technique was employed in order to represent each informational source selected, allowing their representation through a description, pointing their goals, form, content and usefulness. Finally, the study resulted in a guide with different sources of information on indigenous and African-Brazilian community that the school can use for social education to promote respect for ethnic and racial differences and value cultural diversity, for the access to information and education are tools to combat intolerance and prejudice. It concludes that there is an extensive production of various informational resources regarding these topics especially on the Internet. However, it is strictly necessary to evaluate these sources for use in school environment to obtain relevant and quality information that can serve as tools for the practice of a guided education on social transformation.

Keywords: Information sources. Cultural diversity. Indians. African-Brazilian. Law n° 11.645/2008. School library.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
2	OBJETIVOS	15
2.1	OBJETIVO GERAL.....	15
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
3	REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1	DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	16
3.1.1	Os índios no contexto brasileiro	19
3.1.2	Os afro-brasileiros	23
3.1.3	Educação e a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008	29
3.1.4	Biblioteca escolar e informação para promoção da diversidade cultural ..	31
3.2	FONTES DE INFORMAÇÃO.....	35
3.2.1	Tipologia das fontes de informação	37
3.2.1.1	<i>Fontes pessoais</i>	39
3.2.1.2	<i>Fontes institucionais</i>	41
3.2.1.3	<i>Eventos como fonte de informação</i>	44
3.2.1.4	<i>Fontes documentais</i>	45
3.2.2	Fontes de informação na Internet	51
3.2.3	Critérios para seleção de fontes e recursos informacionais	56
4	METODOLOGIA	63
4.1	TIPO DE ESTUDO E ABORDAGEM.....	63
4.2	OBJETO DO ESTUDO.....	65
4.3	INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS.....	66
4.4	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	67
4.5	TRATAMENTO DOS DADOS.....	68
4.6	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	69
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
5.1	FONTES DE INFORMAÇÃO PARA O ESTUDO DOS INDÍGENAS.....	73
5.1.1	Fontes pessoais	74
5.1.2	Fontes institucionais	75
5.1.3	Eventos como fonte de informação	81
5.1.4	Fontes documentais	82

5.2	FONTES DE INFORMAÇÃO PARA O ESTUDO DOS AFRO-BRASILEIROS.....	88
5.2.1	Fontes pessoais.....	88
5.2.2	Fontes institucionais	91
5.2.3	Eventos como fonte de informação.....	99
5.2.4	Fontes documentais.....	102
5.3	FONTES DE INFORMAÇÃO QUE ATENDEM AS DUAS TEMÁTICAS..	110
5.3.1	Fontes pessoais.....	110
5.3.2	Fontes institucionais	111
5.3.3	Eventos como fonte de informação.....	123
5.3.4	Fontes documentais.....	124
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	134
	ANEXO A – Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008.....	139
	ANEXO B – Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.....	140
	APÊNDICE A – Roteiro de análise das fontes de informação.....	141

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é constituído por diversos grupos étnico-raciais e pode ser considerado o país com uma das nações com a maior diversidade cultural do mundo. A cultura e o povo brasileiro são caracterizados pela miscigenação, mistura de raças e etnias, uma pluralidade cultural que foi construída através da história. Nossa sociedade é constituída principalmente de brancos, negros e indígenas, ou seja, descendentes de europeus, africanos e índios nativos.

Cada grupo étnico que constitui o Brasil traz consigo contribuições que de alguma maneira enriquecem nossa cultura, seja através da língua, da música, dos costumes, das preferências, das vestimentas, da tecnologia, da arte, dos hábitos de convivência e sobrevivência. Enfim, no contexto em que vivemos, onde as relações são estabelecidas na sociedade, as diferenças existem e por isso são sensíveis à percepção do homem.

Contudo, a diversidade cultural nem sempre é aceita e compreendida. Ainda há o preconceito e a discriminação referentes às diferentes culturas e histórias que integram o nosso povo. A educação brasileira foi pautada no eurocentrismo, em que a cultura do povo dominante, o colonizador europeu, principalmente do português, foi vista por muito tempo com maior qualidade e beleza do que as demais. Os colonizadores impuseram seus hábitos e costumes sem preocupação e entendimento da cultura indígena que aqui já existia e posteriormente ignoraram a diversidade étnica dos negros traficados da África. Assim como os índios, os africanos foram explorados, escravizados e tiveram proibidas as suas manifestações culturais porque foram consideradas incapazes e inferiores.

A história da formação da nossa sociedade revela que as diferenças são vistas como de difícil compreensão e aceitação, por isso é importante a valorização da diversidade cultural principalmente através da educação e no âmbito escolar. Nesse contexto se insere a implementação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 (ANEXO A) que estabelece a inclusão obrigatória da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino. Esta Lei, como ação afirmativa, busca diminuir a discriminação e o preconceito, mas principalmente objetiva desenvolver questões relativas à promoção do multiculturalismo nas escolas. Contudo, para isso é necessária uma educação que leve em conta a diversidade cultural em que a escola, mas principalmente a biblioteca escolar trabalhe de forma a possibilitar o conhecimento das diferentes etnias que constituem o povo brasileiro.

As fontes de informação podem ser consideradas um instrumento para a construção do conhecimento, que permitem o acesso à informação e também à cultura, pois esta também é

um tipo de informação que se expressa e se manifesta. As fontes de informação, quando avaliadas e selecionadas, podem difundir e facilitar o acesso à informação útil, atualizada e adequada ao meio educacional, ou seja, podem otimizar o processo de ensino e aprendizagem, satisfazendo as necessidades da comunidade escolar. Sendo assim, este estudo prevê a disponibilização de recursos e informações necessárias para o desenvolvimento da promoção cultural através da seleção de fontes e recursos de informação que abordem a história e a cultura indígena e afro-brasileira.

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão teórica acerca da diversidade cultural de nossa sociedade, identificando o índio e o afro-brasileiro no contexto socio-histórico e cultural. Foi analisada a implementação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 e sua aplicabilidade no ambiente escolar, assim como se ressaltará a importância das bibliotecas escolares na promoção da diversidade cultural. As fontes de informação serão tratadas a fim de mostrar os seus diferentes tipos, e como podem ser utilizadas para possibilitar que a referida Lei seja efetivada.

A metodologia do estudo foi baseada na pesquisa documental com abordagem qualitativa. O estudo ocorreu de forma a localizar fontes e recursos de informação disponíveis principalmente na Internet e nos meios convencionais, através da determinação de estratégia de busca. A recuperação das fontes de informação possibilitou o encontro e escolha por fontes adequadas à realização do estudo. A seleção de itens informacionais realizou-se por meio da aplicação de critérios gerais inspirados em Vergueiro (2010) e indicadores de qualidade baseados na obra de Tomaél, Alcará e Silva (2008), que foram utilizados para avaliar e selecionar as fontes de informação pertinentes a pesquisa. Por fim, foi realizado o tratamento dos dados a partir da descrição de cada uma das fontes, fundamentado na análise documental e utilização de roteiro de análise, com a finalidade de levantar informações necessárias para representá-las e descrever suas características e utilidade para a pesquisa.

O estudo visa oferecer e divulgar informações relevantes e adequadas que foram selecionadas para o contexto escolar, possibilitando que educadores, bibliotecários e escolares possam ter acesso e conhecimento sobre os recursos informacionais existentes que permitam aproximação e aprofundamento sobre o tema. Resulta por fim num guia de fontes de informação sobre as etnias indígenas e afro-brasileiras que podem servir de instrumento no processo de ensino e aprendizagem e corroborar para uma educação baseada no respeito às diferenças e a promoção da diversidade cultural.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Quais são as fontes de informação existentes e disponíveis para a implementação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 que estabelece a inclusão obrigatória da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino?

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo das fontes de informação sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena se faz necessário para possibilitar a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o desenvolvimento dessas temáticas no âmbito escolar. Mas também se mostra importante principalmente para prover a escola de recursos e informações que possibilitem a construção de uma sociedade consciente das diferenças étnicas e raciais, em que o estudante seja incentivado a valorizar tais diversidades e a respeitar o próximo, independente da sua cor ou cultura.

Essa é uma medida que vem em prol da valorização da diversidade cultural e objetiva mobilizar educadores e a instituição escolar como principais agentes no combate à intolerância, ao preconceito e ao racismo. Visa possibilitar que essas temáticas sejam abordadas no currículo de forma interdisciplinar, mostrando que esses grupos participaram da construção da nossa sociedade e têm importantes contribuições para o desenvolvimento de nosso país.

Contudo, percebe-se que apesar de nove anos de vigência da Lei Federal nº 11.645/2008 contanto com a data da criação da primeira Lei Federal nº 10639 em 2003, pouco foi efetivamente realizado para que esta exigência legal fosse cumprida nas escolas. A partir da experiência pessoal no âmbito escolar, especialmente em bibliotecas escolares, a autora pôde observar que a comunidade escolar ainda trabalha de maneira tímida para abordar os assuntos de promoção da cultura e igualdade étnico-racial, revelando talvez o despreparo dos educadores para tratar estas temáticas ou ainda um certo descaso no que se refere à importância desta questão. O desenvolvimento de atividades em sala de aula muitas vezes se resume ao período do descobrimento do Brasil, data em que se insere o índio, e ao período da escravidão, em que os negros surgem na história de nosso país. Entretanto, não apenas na sala de aula, mas também nas bibliotecas escolares se percebe que a quantidade de recursos informacionais de qualidade e pertinentes ao contexto atual ainda é insuficiente, sendo que a biblioteca deveria ser o principal setor da escola em se preocupar em disponibilizar

informações relevantes, desenvolver atividades ou ações socioculturais e suprir essa demanda existente.

Verifica-se também na literatura sobre esta temática que as fontes de informação existentes sobre a cultura e história dos indígenas e afro-brasileiros são pouco conhecidas e divulgadas. O conhecimento sobre estas fontes e a sua disseminação são de extrema importância para que possam auxiliar no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, sendo que devem ser trabalhadas e adequadas para satisfazerem as necessidades em relação ao público que se quer atender, crianças e jovens em formação educacional.

Por fim, o estudo das fontes de informação dedicadas à cultura e à história dos índios e dos afro-brasileiros deve contribuir para a formação de um conhecimento rico, baseado em informações de diferentes tipos. Além disso, busca facilitar o acesso e a disponibilização de informações adequadas ao ensino e aprendizagem, para que professores e bibliotecários que atuam em escolas possam realizar ações socioeducativas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes do mundo, que compreendam as diferenças e respeitem a diversidade cultural.

2 OBJETIVOS

Para elaboração da pesquisa será apresentado o objetivo geral, a fim de revelar o propósito e o que se pretende alcançar com o desenvolvimento deste trabalho. Os objetivos específicos também serão elencados de maneira a apresentar as ações tomadas para o alcance do objetivo geral.

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar as fontes de informação que tratam da história e cultura indígena e afro-brasileira que possam prover a escola e a biblioteca escolar de recursos informacionais necessários à promoção da diversidade cultural, ao ensino e aprendizagem dessas temáticas no âmbito da educação brasileira.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos que visam atingir o objetivo geral são:

- a) buscar as fontes existentes e disponíveis nos meios informacionais que tratam da temática em estudo;
- b) selecionar as fontes e recursos informacionais dedicados a essas temáticas, especialmente aquelas que podem ser utilizados no âmbito escolar no processo de ensino e aprendizagem;
- c) listar as fontes de informação consideradas relevantes e adequadas ao contexto do estudo;
- d) descrever as fontes de informação em prol da disseminação da informação para a promoção da diversidade cultural no âmbito escolar.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A partir da revisão de literatura foi possível refletir acerca da diversidade cultural e analisar brevemente o contexto histórico, socioeconômico e cultural de indígenas e afro-brasileiros para poder realizar adequadamente a seleção de fontes de informação consistentes e relevantes que respondessem ao objetivo desse estudo. Também se atentou para o relacionamento destes aspectos com a importância das bibliotecas escolares na promoção da diversidade cultural. Por fim, ressalta-se a necessidade do conhecimento, uso e disseminação das fontes de informação adequadas para possibilitar a aplicação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 no âmbito educacional.

3.1 DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Vivemos em um país em que a pluralidade e a diversidade no que se refere ao aspecto cultural são características marcantes da nossa sociedade. Nosso povo é constituído de diversos e diferentes grupos: pobres e ricos, analfabetos e letrados, o branco, o negro e o amarelo. Pereira ressalta a diversidade encontrada em nosso país:

O Brasil é palco por onde desfila o espetáculo da diferença. Um lugar marcado por profundo sincretismo e intensa mistura étnica que torna o povo brasileiro tributário de muitas histórias e diversas experiências. Ser brasileiro é estar sendo, ao mesmo tempo, de um jeito que é o acúmulo de inúmeros jeitos, modos, formas e experiências. (2011, p. 17).

Ou seja, em qualquer lugar do mundo a diferença sempre existirá, pois o homem é único e cria sua identidade a partir da convivência em grupos sociais, cada qual com seus costumes, características e preferências. Conforme Hall: “As nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero.” (2006, p. 60). Por isso é estritamente necessário abordar a cultura e a sua diversidade nas escolas, pois é preciso proteger e promover todos os tipos de manifestações e patrimônios culturais, independente da sua origem, possibilitando a formação de cidadãos críticos, que compreendam as variadas formas de expressões e saibam ler o mundo de maneira reflexiva e positiva.

A cultura, de modo geral, pode ser entendida como um sistema de manifestações e saberes de um povo, costumes originários e derivados de sua história e trajetória como grupo social. Santos define cultura a partir de duas concepções: “A primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificadamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.” (2006, p. 23). Com isto

entende-se que a cultura se revela através dos resultados das representações identitárias do fazer e pensar do indivíduo e do coletivo, ou seja, através do patrimônio cultural.

A Constituição da República apresenta em seu teor a definição de patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 35).

O patrimônio deve ser visto como importante elemento na construção de uma sociedade e de uma identidade nacional. É o passado que serve de referência para a constituição da nacionalidade e fonte de conhecimento para o entendimento da nossa história. O patrimônio é suporte de evocação e de memória, que permite unir o passado e o presente para recriar as imagens de um povo e da sua cultura (ARARIPE, 2004).

O povo brasileiro é constituído de diferentes segmentos étnico-raciais, incluindo indígenas e afro-brasileiras, que participaram do processo civilizatório nacional. Sendo assim, não existe uma única cultura e sim uma diversidade cultural. Cada cultura é particular e híbrida, produto da vida coletiva de um grupo especial, construída em seu contexto social. A diversidade cultural pode ser definida como

[...] uma multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO; BRASIL, 2007, p. 4).

Contudo e devido a razões históricas, a desigualdade social e o preconceito étnico e racial incidem diretamente sobre a questão da valorização da diversidade cultural. Nossas relações com o outro dependem muito da época histórica em que vivemos e o contexto em que estamos inseridos na sociedade. Por isso, conhecer outras culturas e o seu patrimônio é imprescindível para favorecer a aceitação e entendimento das diferenças. Pois assim como Araripe afirma:

Consideramos da maior riqueza o que se apresenta no patrimônio cultural, como memória social, no espaço da cidade, e sua utilização como fonte de (in)formação e, conseqüentemente, coadjuvante na promoção de tudo que possibilita ao sujeito um crescimento pessoal e coletivo para a construção da sociedade. (2004, p. 112).

Apesar disso, nossa sociedade foi marcada pelo colonialismo europeu, em que civilizações da Europa, especialmente os portugueses, ocuparam e dominaram o território brasileiro em detrimento do povo nativo. Esse grupo de colonizadores diminuiu a importância dos índios, africanos e afrodescendentes que trabalharam para o desenvolvimento do país, e contribuíram para a formação de uma nação rica em cultura. Muito do que se entende hoje por cultura foi empregado nos moldes do eurocentrismo

[...] a tendência que todas as culturas têm de considerar superiores seus próprios valores e crenças. Presente nas impressões e nos discursos sobre outros mundos culturais, baseia-se em relações de dominação política, militar, econômica e cultural. (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2002, p. 8).

A história pode explicar a dificuldade de convivência democrática e aceitação com os que são diferentes, ressalta-se aqui os indígenas e afro-brasileiros. Entretanto a discriminação, o racismo e o preconceito ainda superam o tempo. A identidade de um povo é construída juntamente com a história e desenvolvimento de seu país e se não houver tentativas significativas de inclusão dos povos historicamente menosprezados, não há como extinguir condutas de desrespeito com as diferentes raças, etnias e culturas.

Longos anos de história não se modificam tão facilmente, é necessário trabalhar muito para construir uma memória social adequada das contribuições que os diferentes povos deram para a formação do Brasil. O processo de quebra de estereótipos precisa ser trabalhado de forma a banir os modelos arraigados pela influência Europeia e promover a democracia cultural e social. Conforme Pereira é preciso

[...] construir memória, passado e história a grupos e indivíduos que até então, estavam fora das políticas de pertencimento. Isto é não pertenciam a uma história, não tinham um passado e não partilhavam com os outros uma memória a partir da qual pudessem ver a si mesmos de modo afirmativo. (2011, p. 18).

O preconceito e a discriminação podem ser combatidos e eliminados de diferentes maneiras na nossa sociedade. Entre elas estão: a criação de leis que punem os atos de violência, seja física ou moral, ocorridos devido à discriminação racial ou étnica, e a promoção de ações afirmativas. Estes mecanismos foram criados para lutar contra os efeitos da intolerância e em favor dos menos favorecidos e discriminados.

As ações afirmativas têm o objetivo de “[...] combater a discriminação de modo a promover ativamente a igualdade de oportunidades para todos, criando mecanismos para que pessoas pertencentes a grupos discriminados possam competir em igualdade de condições.” (BORGES; MEDEIROS; D’ADESKY, 2002, p. 68). Ou seja, as ações afirmativas preveem a inclusão destes grupos através de medidas que possibilitem a eles participar da sociedade em mesmo nível e condição que os demais. Há a preocupação de possibilitar que negros e índios possam frequentar universidades e se qualifiquem para alcançar melhores cargos no mercado de trabalho, mas principalmente se almeja que estes grupos sejam aceitos na sociedade, independente da sua raça, cultura ou classe social.

Pode-se dizer que as ações afirmativas no Brasil tiveram início com a Constituição de 1988 em que negros, índios, idosos e mulheres foram contemplados, realizando avanços importantes para a melhoria e justa integração dos grupos e indivíduos da nossa sociedade (MOTT, 2009, p. 177).

Atualmente estas ações vêm crescendo e tomando forma; entre elas destacamos a Lei nº11.645/2008, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo da rede de ensino brasileira. Esta lei visa proteger e promover a diversidade cultural do país em prol de uma sociedade mais igualitária em que as desigualdades se dissolvam, sendo assim é importante ressaltar que:

Uma política para a diversidade cultural tem de ser necessariamente uma política que incentive a troca em condições de equidade muito próprias. Condições que permitam o intercâmbio, e não a imposição de uma cultura sobre a outra. Tais condições são exigências mínimas para uma efetiva política a favor da diversidade cultural. (RUBIM; CALABRE, 2009, p. 37).

Quando se fala em intercâmbio, logo se pensa e se remete para questões de troca entre os indivíduos, para sensibilização e esta é uma maneira eficaz de conscientização, que se acredita estar intimamente ligada à educação, ao acesso à informação e ao conhecimento. Ou seja, conhecer o outro: o índio e o negro é uma forma de desconstruir e substituir estereótipos, pois é a partir da convivência e do compartilhamento de saberes que é possível transformar valores e modos de pensar.

3.1.1 Os índios no contexto brasileiro

Essa história inicia-se muito antes do atracamento das caravelas de Cabral nestas terras; contudo, o marco histórico que deu início à dizimação do povo indígena começa no

ano de 1500 com a chegada dos europeus, mais especificamente dos portugueses a essa região. Naquela época existia no Brasil uma população de aproximadamente quatro milhões de nativos, descendentes de populações advindas da Ásia e de outras regiões que, em torno de 14 mil anos atrás iniciaram o povoamento da América. Conforme Koshiha (1994, p. 3):

Modernamente, os estudiosos consideram seriamente a hipótese de múltiplas correntes de povoamento. Além dos povos asiáticos que cruzaram o Estreito de Bering ¹, não se descarta a hipótese de outras correntes migratórias que teriam chegado a América por via marítima, isto é, pelo oceano Pacífico.

Acredita-se que muitos povos indígenas que atualmente vivem no Brasil são originários principalmente da América do Norte. Estes povos eram hábeis caçadores e podem ter chegado a estas terras através do Istmo do Panamá, que é um caminho de terra que une a América do Norte e a América do Sul.

A partir disso, pode-se perceber que a nação indígena foi constituída de numerosos grupos e diversas etnias. Os grupos se diferenciavam pela língua e diversas culturas, tendo existido cerca de 1.300 línguas faladas por esses diferentes povos (RIBEIRO, 2009). As comunidades se caracterizavam por sua principal atividade, havia os agricultores, os horticultores e os ceramistas, e cada povo habitava diferentes regiões do Brasil.

Após a chegada dos portugueses ao Brasil, estes passaram a explorar a natureza da região para a extração de bens considerados por eles preciosos. Durante um período, o pau-brasil foi a principal matéria-prima traficada pelos europeus. O escambo ou troca de mercadorias entre os índios e portugueses acontecia como forma de aproximação, de primeiro contato. O escambo também serviu como forma de pagamento pela utilização de mão-de-obra indígena.

Com o tempo os portugueses decidiram tomar e dominar o território da nação indígena, e usufruir das riquezas naturais existentes no Brasil, ou seja, o propósito era colonizar as terras brasileiras. Com isso muitos índios revoltaram-se e lutaram contra tais imposições, outros já submissos aliaram-se, e dessa interação constante surgiram os mamelucos, mestiços de índios com brancos.

A escravização dos indígenas ocorreu imediatamente após a instalação das primeiras feitorias, pois era preciso de pessoal para o trabalho e para garantir a posse da terra. Algum tempo depois, com a implantação das capitanias hereditárias por D. João III, houve um

¹ Durante um período que varia entre 37 mil anos a 14 mil anos atrás existiu um caminho formado de gelo que ligou a Ásia a América. Este trajeto é conhecido como Estreito de Bering e possibilitou a travessia de muitos povos. Contudo, a elevação da temperatura a partir de 14 mil atrás fez com que a passagem de gelo desaparecesse.

aumento de imigrantes europeus, e os indígenas começaram a perder o direito sobre suas terras e tornaram-se escravos do homem branco. Além das guerras e da escravização dos índios, as doenças trazidas pelos imigrantes foram também causadoras de grande mortalidade entre os nativos, foram

[...] doenças trazidas primeiro pelos europeus, e depois pelos escravos africanos, como o sarampo, a varíola, a malária e a febre amarela. Aldeias inteiras foram despovoadas, dizimadas pelas doenças, que avançaram mais rápido do que o poder destruidor dos conquistadores. (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p. 111).

Inúmeras foram as reações dos indígenas contra a colonização e escravização. Entre guerras constantes, houve inúmeras batalhas em defesa das suas terras e pela preservação das suas identidades e culturas. “Desse conflito resultam três conseqüências: o derrotado perde seus bens ou riqueza, perde sua liberdade e/ou a própria vida.” (KOSHIBA, 1994, p. 41).

Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento do indígena foram as ordens missionárias que prometiam salvar as almas dos índios, porém não se preocupavam em preservar a sua cultura, pois pregavam a catequização do índio, o que implicava a perda de seus costumes originais. Obrigados ao confinamento dos aldeamentos das missões, os indígenas eram submetidos à fé cristã, e à aprendizagem de novos costumes, sendo obrigados a abandonar assim suas tradições. Contudo, as missões tinham, na verdade o objetivo de defender os interesses portugueses e a exploração da Colônia, o que resultou na perda da liberdade e da expressão dos índios (RIBEIRO, 2009).

Com o tempo o trabalho das missões foi se tornando desnecessário, pois vinha sendo implantado um novo modelo de economia, em que atividades de produção geravam mais lucro. No mesmo período, o ouro foi descoberto na região do atual Mato Grosso do Sul. Criada aproximadamente em 1755, a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará possibilitou o comércio ou tráfico negreiro com um custo muito menor, fazendo com que o escravo indígena fosse substituído pelo escravo africano. A introdução do negro permite a “liberação” do índio e torna dispensável o trabalho dos jesuítas considerados “inimigos da Coroa” por Pombal. Assim, em 28 de maio de 1757 é nominalmente extinto o cativo dos índios (RIBEIRO, 2009, p. 59).

Apesar da instauração de leis que libertavam o índio da escravidão e do aprisionamento, havia dispositivos legais contraditórios que visavam os interesses dos dominadores e que permitiam, de alguma maneira, que se continuasse a escravizar e utilizar os indígenas como mão de obra manufatureira. E com a perda especialmente da terra, considerada o elemento básico de sua sobrevivência, os indígenas perderam também muito da

sua identidade e auto-estima, assim “Os indígenas passaram a ser confundidos com a população pobre, tornando-se o *caipira*, o *sertanejo* ou o *caiçara*.” (HECK; PREZIA, 1999, p. 33).

O índio contemporâneo é consequência dessa trajetória socio-histórica. Ainda hoje encontramos resquícios dessa antiga cultura, que é preservada por meio de movimentos que protegem e batalham a favor da promoção desta cultura, através da memória do índio e das comunidades indígenas.

De acordo com o último Censo realizado em 2010, vivem atualmente no Brasil cerca de 800 mil índios, o que corresponde a 0,4% da população. Existem hoje 683 espaços considerados como terra indígena espalhados em todo território brasileiro, sendo que a maior parte se concentra no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil. Há cerca de 220 povos indígenas diferentes, índios que convivem e se relacionam com a sociedade nos meios urbanos, aqueles que vivem em reservas destinadas à sua proteção e aqueles que são isolados que nunca ou raramente mantêm contato com o homem branco.

O português é a língua oficial do Brasil. Entretanto, há uma grande variedade linguística, estima-se que existam provavelmente 180 línguas indígenas, sem contabilizar os dialetos. Estas línguas pertencem a três diferentes troncos ou grupos linguísticos: o *Tupi*, com sete famílias, sendo que a mais importante é a *Tupi-Guarani*. O tronco *Macrojê* incluindo a língua *Jê*, com seis famílias. E o tronco *Aruak*. Há também um grande número de famílias linguísticas que não pertencem a nenhum tronco e as línguas isoladas que não apresentam semelhança com nenhuma outra língua (RIBEIRO, 2009, p. 25).

As línguas indígenas ainda são utilizadas nas comunidades, porém alguns grupos fazem uso conjunto com o português, outros só conhecem a língua nativa e os índios aculturados na sociedade nacional perderam os laços linguísticos e só se comunicam em português.

O Rio Grande do Sul também é local em que índios fizeram história. Participaram da construção dos sete povos das missões, lutaram bravamente na guerra guaranítica e nos apresentaram a erva-mate e o chimarrão, costumes tradicionais de nossa região. Segundo dados do Censo (INSTITUTO..., 2010), habitam hoje na região 32.989 índios, 13.820 na zona urbana e 19.169 na rural. Os indígenas que aqui vivem são pertencentes dos grupos Guarani Ñandeva, Guarani Mbya, Charrua e Kaingang.

A cultura indígena em geral é principalmente baseada no meio ambiente, na fauna e flora, nos fenômenos da natureza, na crença em seus antepassados e na oralidade. Os índios

admiram e cultuam a natureza, pois vivem em seu meio e a partir dos seus frutos e objetos.

Prezia e Hoornaert ressaltam:

A relação natureza/sociedade entre os povos indígenas é bem diversa da assumida por nossa cultura. Além de conhecerem profundamente o meio ambiente em que vivem, acumulando conhecimentos milenares de plantas, animais, do manejo do solo e da floresta, da caça, pesca e coleta, os povos indígenas criam uma relação simbólica com a natureza, traduzida nos mitos, rituais, danças, cantos, ornamentos e mesmo na atividade do dia-a-dia. (2000, p. 14).

Ser índio hoje é ser considerado indivíduo nativo da terra, pertencente ou descendente de antigos povos indígenas, em que as características linguísticas e culturais se diferenciam da sociedade dita nacional. Conforme Ribeiro: “Índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato.” (2009, p. 29).

O índio ainda é representado de forma preconceituosa, esotérica e desqualificada por aqueles que não têm conhecimento de seus costumes. Ainda é visto como não pertencente à sociedade, como se não tivesse feito parte da história do Brasil. Contudo, os indígenas no passado contribuíram com seu trabalho e conhecimento que lhe renderam a dizimação de grande parte de seu povo. Com resistência hoje participam ativamente da sociedade, estudam, votam e utilizam os meios de comunicação. Por isso, merecem e devem ser valorizados pela sua diversidade étnica que só acrescenta à pluralidade cultural de nosso país, e pelos seus saberes com relação sustentável com a natureza, que atualmente são cobiçados pelos governos dominantes e empresas conscientes da importância da preservação do meio ambiente ou que buscam a exploração desse potencial.

3.1.2 Os afro-brasileiros

A África é continente e berço de diversas civilizações. O Brasil foi também constituído desses antigos povos africanos, que se diferenciavam física e culturalmente pelas regiões e países habitados, destacando-se pelas diferentes etnias, cada qual com sua religião, língua e costumes.

Segundo Mattoso (2003, p. 24), a África detinha grandes impérios organizados, com tribos e autoridades reconhecidas. Encontravam-se nela confederações tribais e cidades-pousadas com ricos mercados no caminho do ouro, das especiarias e do marfim. O povo africano era guerreiro, pescador, caçador, pastor, comerciante e agricultor. Para eles, a

religião é uma forma de organização social e as suas variantes tinham origem no animismo, crença que atribui alma a todas as coisas e fenômenos naturais. As diferentes religiões conduziam o negro na sua vida cotidiana.

A chegada do Europeu a África foi desastrosa para o povo africano. A África foi partilhada, teve reinos destruídos, grupos tribais e etnias eliminadas ou transformadas pela influência do branco, perdendo muitas das suas características originais. As marcas da colonização europeia foram profundas, pois modificaram brutalmente o modo de vida daquele continente, impuseram a crença no cristianismo, implantaram seu idioma e uma nova política, ou seja, apagaram ou desconstruíram tradições e costumes milenares (MATTOSO, 2003).

A história de nosso povo e a construção da nossa identidade só pode ser compreendida a partir do conhecimento da história dos povos que deram origem a nossa nação. Com isso, é importante conhecer a história da África, pois foi neste local que se iniciou o tráfico de milhões de africanos para o Brasil, começando a era de sua escravidão. Porém a história não se resume apenas a este fato isolado. O africano trouxe consigo não apenas a força e a mão-de-obra escrava, mas trouxe também dentro de si a história de uma nação e a cultura de seu povo, uma herança étnica valiosa que passaria para seus descendentes e que se enraizou na cultura brasileira.

Os africanos foram introduzidos no Brasil a partir do início do século XVI. A época foi marcada pela construção de uma base econômica voltada para a atividade comercial baseada na produção, principalmente do açúcar que se tornou iguaria da época, e com isto foi preciso aumentar a força de trabalho. Os indígenas usados como mão-de-obra não eram suficientes, pois não se adaptaram aos moldes daquele tipo de trabalho agrícola e morriam às centenas devido a doenças e a violência, que causaram seu extermínio (MUNANGA; GOMES, 2006).

As grandes navegações europeias e a sua expansão marítima, principalmente de portugueses e espanhóis, possibilitaram a travessia do Oceano Atlântico com menos dificuldade, o que contribuiu para a exploração do tráfico de negros, pois novas rotas marítimas facilitavam o acesso entre a África e a América. Além de considerados hábeis na produção agrícola e aptos ao trabalho organizado, a escravização do negro foi a alternativa mais rentável para a continuidade dos trabalhos na colônia brasileira, pois o comércio de escravos gerava lucros à Coroa Portuguesa que cobrava imposto sobre esta atividade.

Os negros eram transportados em embarcações denominadas tumbeiros ou navios negreiros, muitos morriam durante a longa viagem ou logo após a chegada nos portos. Os

maus tratos, a alimentação e a higiene precária, além das doenças, foram as causas da alta mortalidade de africanos no trajeto entre a África e o Brasil.

Os escravos trazidos da África eram em grande maioria pertencentes a dois grupos étnicos: os bantos e os sudaneses. Habitavam áreas que hoje são países como Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, Moçambique, África do Sul entre outros. Os escravos eram enviados principalmente para a Bahia, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais, entretanto os africanos também se fizeram presentes em outras partes do país, inclusive na região sul, em que os imigrantes europeus predominaram. Os africanos tiveram presença marcante na sociedade brasileira. Calcula-se que chegaram ao Brasil mais de quatro milhões de africanos, sendo que

[...] até 1830, os negros constituíam 63% da população total, os brancos eram apenas 16% e os mestiços chegaram a 21%. A partir de 1850, data da abolição do tráfico negreiro, acompanhada pela extinção da escravidão em 1888, a população negra começou a decrescer sensivelmente por causa das más condições de vida em que encontrava e da mestiçagem com brancos e índios. (MUNANGA; GOMES, 2006, p .20).

A miscigenação da população ocorreu de forma acentuada durante todo período da colonização. Africanos, índios e europeus misturaram-se ao longo do tempo, formando uma nação mestiça e colorida. Para Ortiz (2005, p.128), o brasileiro "[...] será caracterizado como homem sincrético, produto do cruzamento de três culturas distintas: a branca, negra e a índia, uma vez que o brasileiro seria constituído por este elemento popular oriundo de miscigenação cultural.". Inicialmente as mulheres eram minoria, as negras não eram traficadas com frequência e as europeias eram ainda em menor número. Restava a mulher indígena, que foi o ventre que deu origem à nova nação do Brasil. Mais tarde com o crescimento do tráfico negreiro, as mulheres africanas começaram a chegar ao país para realizarem principalmente trabalhos domésticos, contudo acabaram também sendo utilizadas pelos seus senhores para povoar o Brasil, dando origem aos afro-brasileiros, filhos de africanos com colonizadores. Muitas dessas relações foram caracterizadas pela violência, entretanto não se descarta que tenha havido relacionamentos afetivos entre negros, brancos e índios.

A partir de 1808, a população branca começou a crescer, graças ao fim da lei que proibia a imigração não portuguesa. Iniciaram então as grandes correntes imigratórias, de diversos países europeus, em função de uma política de subvenção do governo colonial que financiava as viagens desses imigrantes. Em épocas e datas diferentes, a partir de 1808, vieram alemães, italianos, suíços, espanhóis franceses, irlandeses, poloneses, austríacos, belgas, russos, ingleses, sírios e libaneses. Os asiáticos, em especial os japoneses, começaram

a entrar no fim do século XIX e início do século XX, principalmente a partir de 1908 (MUNANGA; GOMES, 2006, p.17).

Ao longo de quatro séculos, a escravidão foi praticada em nosso país. Os africanos e seus descendentes foram primordiais para construção e existência de uma economia própria. Os escravos participaram de toda a produção agrícola, da criação de gado, da extração de metais preciosos, de trabalhos domésticos, da construção civil de cidades e obras, tais como estradas e prédios públicos. Além de trabalharem na lavoura e nos campos, os escravos eram utilizados nas cidades e nas casas de seus proprietários para realizarem atividades diversas.

No Rio Grande do Sul, os negros foram introduzidos em maior número principalmente por causa do estabelecimento da agricultura, comércio e produção do charque. “Com a expansão das charqueadas e da produção em maior escala do trigo, no começo do século 19, as duas atividades passaram a concentrar boa parte da escravaria.” (HISTÓRIA..., 1998, p. 184). Porém os escravos já eram utilizados anteriormente na região para atividades domésticas e urbanas. Acredita-se que 90% dos negros escravos do Rio Grande vieram do Rio de Janeiro, especificamente do Mercado de Valongo. Africanos e afrodescendentes também participaram ativamente nas guerras e revoluções a favor do Rio Grande do Sul, lutaram na Batalha do Prata e na Revolução Farroupilha. “[...] famosos lanceiros negros farrapos escreveram páginas heróicas na principal epopéia da história do Rio Grande. A Guerra do Paraguai também derramou sangue de origem afro nos campos da margem esquerda do rio Uruguai.” (HISTÓRIA..., 1998, p. 184).

Com um modelo de sociedade agrária patriarcal, o Rio Grande do Sul tornou-se no ano de 1844, quatro anos antes da abolição, a sexta província com o maior número de escravos. Apesar de não possuir uma economia baseada na monocultura de açúcar e café, necessitava de mão-de-obra para a região produtora de charque e para subsidiar a agricultura. (HISTÓRIA..., 1998). Com o tempo, por volta de 1884, o valor do charque começou a decair por causa da concorrência com o Paraguai. Além disso, a possibilidade de inserção de imigrantes de origem européia, como italianos e alemães, no desenvolvimento das atividades rurais reduziu significativamente o número de escravos. Como consequência os proprietários viram-se obrigados a emancipar ou vender seus escravos para os cafeicultores do Rio de Janeiro e São Paulo (QUEVEDO, ORDOÑEZ, 1999).

Apesar de contribuírem incessantemente para o crescimento do país e enriquecimento dos colonizadores com a sua vida e trabalhos forçados, os escravos foram castigados, violentados, maltratados, humilhados e mortos. Tendo também roubada a sua identidade, pois arrancados de seu país de origem, tiveram proibidas as suas manifestações religiosas,

artísticas e culturais. Muitas culturas foram transformadas e criadas pelo contato com os outros habitantes do país e outras, com muita luta e dificuldade, foram preservadas. Os africanos e seus descendentes foram desumanizados pelo europeu que se considerava superior, inferiorizando a capacidade de todo um povo, tudo por causa das suas diferenças.

Diásporas, como a dos negros africanos escravizados, por exemplo, ao colocar em contato diferentes culturas e ao favorecer processos de miscigenação, colocam em movimento processos de hibridização, sincretismo e criouliização cultural que forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais. (SILVA, 2009, p. 88).

Os negros não foram submissos à escravidão. Existiram diversas formas de combate e luta para alcançar a tão sonhada liberdade. As formas de resistência escravas com enfrentamento direto foram as revoltas, que foram inúmeras e articuladas tanto por movimentos abolicionistas quanto por sociedades religiosas. Os negros se manifestaram através da realização de crimes e fugas, que podiam ser individuais ou coletivas, e tinham como objetivo a manutenção dos direitos adquiridos ou o rompimento total com o sistema escravista. Os quilombos ou mocambos eram comunidades independentes formadas por escravos fugitivos que tinham a finalidade de interagir com a sociedade de maneira clandestina. Nessas comunidades eram incentivadas as manifestações culturais para promover o reconhecimento das raízes e identidade africana, e lutar pela liberdade. (MATTOS, 2007, p. 144). O mocambo mais famoso é representado pelo Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi, que foi um dos principais personagens negros da história e se destacou pela luta contra a escravidão.

Outras formas ideológicas e políticas de resistência contra o sistema escravista foram desenvolvidas e praticadas para promover abolição da escravatura. A Inglaterra, que controlava o comércio internacional de escravos proibiu o transporte e a venda de africanos no ano de 1850. Oficialmente o Brasil acatou a medida, contudo o tráfico de escravos continuou de forma irregular. Os africanos chegavam ao Brasil clandestinamente como objetos contrabandeados. Nessa mesma época inicia-se no Brasil o movimento abolicionista que tinha como principal finalidade acabar com a escravidão. Entre os organizadores encontravam-se ex-escravos, afrodescendentes e brancos adeptos ao movimento. Em 1871 é criada a Lei do Ventre Livre, em que crianças nascidas a partir dessa data foram consideradas livres. Em 1885 a Lei do Sexagenário é decretada; escravos com mais de 65 anos são libertados. Finalmente, após 30 anos de movimentos em prol da libertação dos escravos e pressão da sociedade, no dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, substituindo D. Pedro II

decretou extinta a escravidão no Brasil. Havia assinado a Lei Áurea que libertou cerca de 700 mil escravos (QUEVEDO, ORDOÑEZ, 1999).

A abolição da escravatura foi uma medida estratégica política para fomentar uma nova economia no mundo, promovida pela revolução industrial e o modelo capitalista. O Brasil foi o último país independente a extinguir a escravidão, permitindo mais de três séculos de barbáries cometidas contra os negros. Apesar do fim do cativo, os negros libertos se depararam com novas dificuldades. Sem documentos, privados de educação e analfabetos, despreparados para o mundo do trabalho e estigmatizados por serem ex-escravos não foram aceitos facilmente pela sociedade. Tiveram que se inserir de modo periférico, construindo favelas para morar e sujeitando-se a trabalhos que exigiam menor qualificação.

A lei Áurea deu apenas a liberdade aos negros. Não lhes deu terra para trabalhar, não lhes forneceu os meios para alfabetizarem-se e educarem-se, não criou as condições para que eles aprendessem alguma profissão. Dessa forma embora livres, os negros continuam pobres, sem moradia adequada e exercendo as profissões mais pesadas e mal-remuneradas. Ainda hoje carregamos a marca infame dos quatro séculos de escravidão, e é preciso desvendá-la, para que possamos combater a injustiça e o preconceito em nós e em nossa sociedade. (QUEVEDO, ORDOÑEZ, 1999, p. 42).

Atualmente, após 124 anos da abolição da escravatura, ainda podemos perceber a desigualdade social atrelada à etnia/racial. É perceptível, ao andar nas ruas, a lacuna existente entre a classe dominante branca e aqueles que são excluídos da sociedade devido a questões históricas de discriminação. Contudo mais da metade da população brasileira é composta de negros e pardos. Conforme dados do IBGE (INSTITUTO..., 2010) dos cerca de 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como negros e 82 milhões como pardos. Registrou-se um crescimento de negros (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%) e uma redução da proporção de brancos de 53,7% em 2000 para 47,7% em 2010.

Com isto, é possível afirmar que a presença dos africanos é incontestável e percebida pelo grande número de descendentes que constituem nossa nação. E estão inseridos em diferentes regiões do país de norte a sul, nas áreas rurais, cidades e capitais. Africanos e afrodescendentes tiveram e ainda têm participação ativa na construção do Brasil, e seu legado não se resume aos traços físicos e cores em nosso povo, a herança africana se estende à diversidade de nossa cultura que se apropriou da cultura trazida pelos escravos e inspirou a música, a religiosidade, a língua, o folclore e a culinária brasileira.

3.1.3 Educação e a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008

Para fortalecer a identidade cultural de brasileiros de ascendência indígena e africana, e incentivar a criação de uma sociedade igualitária baseada na cidadania plena é preciso promover o respeito pelas diferenças e principalmente criar memória sobre esses povos. Mostrar que índios, africanos e afro-brasileiros construíram reinos e monumentos e que não devem ser menosprezados pelo fato de terem sido transformados em escravos. Por isso, é de imensa importância disseminar o conhecimento sobre o trabalho realizado por estes diferentes grupos étnicos no desenvolvimento de nosso país e sobre a África.

Neste sentido, a escola é o local apropriado para se promover a diversidade cultural, pois ela tem o dever e a preocupação da conscientização, que possibilitam uma reflexão acerca da importância de se conviver e aceitar as diferenças. A escola é agente difusor da educação, e a educação é instrumento importante para combater a intolerância e a discriminação, pois através dela é possível ensinar a pensar e construir conhecimentos acerca das diferentes culturas e povos que integram a nossa sociedade.

[...] a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (GADOTTI, 1992, p. 23).

Cabe então aos educadores e bibliotecários que trabalham em prol da educação promover a valorização da diversidade cultural e ensinar o respeito pelas diferenças étnicas encontradas no Brasil, especialmente as que se referem aos índios e afro-brasileiros. A exploração da temática diversidade cultural no âmbito das escolas deve ser realizada de maneira organizada e planejada pedagogicamente, oportunizando reflexão, produção de práticas e conhecimentos passíveis de entendimento dos alunos, sendo possível assim a construção de um país democrático, onde as diversidades sejam vistas como riquezas e não como uma ameaça (TONINI; KAERCHER, 2011, p. 7).

Pode-se dizer que o movimento contra a discriminação e superação da desigualdade étnica e racial no ambiente escolar brasileiro iniciou a partir da aprovação da Lei Federal nº 10.639 de 2003 (ANEXO B), que estabelece de forma obrigatória o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino básico, públicas e privadas, de todo o País, e da aprovação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ano de 2004 pelo Ministério da Educação (MEC). Posteriormente, em 2008, a Lei nº 10639/03 foi alterada e

substituída pela Lei Federal nº11.645 de 2008 (ANEXO A), que inclui também o ensino de História e Cultura Indígena, passando a vigorar com a obrigatoriedade do ensino das duas temáticas na rede de ensino. Estas duas Leis fazem modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando-as válidas em âmbito nacional e reconhecidamente importantes, pois são medidas que prevêm a promoção da diversidade cultural nas escolas.

Além da inclusão dessas temáticas no currículo, a Lei determina que a história da África e dos africanos também devem ser abordados em sala de aula, mostrando que este continente e povos fizeram parte significativa do nosso passado e da construção do Brasil. Os aspectos referentes a história dos afrodescendentes e indígenas, cultura negra e ameríndia, luta e resistência desses grupos, assim como suas contribuições no contexto econômico, social e político para o desenvolvimento do país devem ser trabalhados e ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Contudo, a Lei apontada ressalta que essas temáticas devam ser abordadas especialmente nas disciplinas de história brasileira, educação artística e literatura.

O currículo atualmente é fundamentado na interdisciplinaridade, em que todas as disciplinas sejam estudadas a fim de se relacionarem umas com as outras, possibilitando que o conhecimento seja construído a partir de diferentes visões e teorias. Conforme Silva:

A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença. (2009 p. 92).

As temáticas indígenas, africanas e afro-brasileiras possuem uma riqueza enorme, e não se restringem apenas às áreas estabelecidas na referida Lei. O esporte, o estudo das línguas, a biologia e as ciências são algumas das disciplinas que podem trabalhar e fazer uso dos saberes e conhecimentos produzidos por esses grupos étnicos, mas ressaltamos que todas as disciplinas devem se preocupar em levantar estas questões em sala de aula.

A Lei Federal de nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 (ANEXO B) que foi substituída pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (ANEXO A) determina através do art.79-B que no calendário escolar seja incluído o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Esta data refere-se à morte de Zumbi dos Palmares, líder negro que lutou contra a escravatura. O dia 19 de abril, dedicado ao Índio, já fazia parte do calendário escolar desde 1994. Estas datas podem render valiosas oportunidades para que sejam tratados temas como a resistência do negro e do índio à escravidão, ou o estudo de personalidades desses grupos que lutaram a favor da liberdade e fizeram parte da história do país. Contudo, se almeja que estas temáticas sejam tratadas em todo o currículo escolar e inseridas no decorrer

de todo o ano letivo e não somente nessas datas comemorativas, pois o processo de desmistificação é um trabalho árduo e, para se alcançar resultado, deve ser contínuo.

O sistema de ensino de um país e a educação por ele promovida deve ter como um de seus princípios básicos o processo de democratização, pois uma educação fundamentada na promoção da diversidade constitui um projeto de sociedade comprometida com a igualdade e inclusão social de todos, ou seja:

No processo de construção da cidadania, entendemos ser a educação um aspecto fundamental, principalmente, quando se trata da criança, enquanto ser em formação. A própria Constituição brasileira refere-se à educação como sendo o suporte para o pleno desenvolvimento da pessoa. (SOUSA; CARVALHO; MARINHO, 1994, p. 63).

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 é produto de ações que visam a construção de uma sociedade mais esclarecida e justa em que as diferenças sejam compreendidas e aceitas a partir do estudo e conhecimento desses grupos étnicos. Esta Lei ainda permite que haja o reconhecimento de crianças e jovens como pertencentes a esses grupos, de forma que a sua cultura seja enaltecida e valorizada permitindo que o modelo eurocêntrico seja substituído por uma educação que privilegie o multiculturalismo na escola.

Contudo, ainda há muito a ser feito. A simples existência da Lei não garante que o multiculturalismo seja reconhecido e abordado nas escolas brasileiras. Apesar dos nove anos de vigência da primeira Lei e quatro anos de sua modificação, se percebe poucas atividades pedagógicas e de ensino e aprendizagem que trabalhem para promover e valorizar a diversidade cultural de forma a permitir um diálogo intercultural nas escolas. É necessário que professores e bibliotecários busquem qualificação e formação na área, se interessem pela temática e percebam a importância de abordar tais temas no cotidiano escolar para que, de fato, a referida Lei venha a contribuir para uma educação baseada no pluralismo étnico e cultural, e que favoreça o florescimento da cidadania e de uma sociedade mais igualitária.

3.1.4 Biblioteca escolar e a informação para a promoção da diversidade cultural

Entre a escola e a educação surgem as bibliotecas escolares como instituições difusoras de conhecimento, que para exercerem sua função deixam de ser o acervo milenar passivo e passam a ser um serviço ativo de informações (MILANESI, 2002. p. 77). Atualmente a biblioteca escolar possui um importante papel na promoção da diversidade cultural e deve ser vista como geradora de conhecimento e reflexão sobre a realidade social,

podendo contribuir para o desenvolvimento de um cidadão consciente das desigualdades sociais, participativo e com acesso à informação. Segundo Corrêa e outros, a biblioteca escolar é

[...] disseminadora do conhecimento, é parte fundamental no desenvolvimento do indivíduo. Através do ensino escolar, são transmitidas noções gerais de história e cultura que servirão de base para toda a transformação que o indivíduo poderá sofrer e/ou exercer sobre a sociedade. (2002, p. 107).

A partir da Lei Federal nº 11.645 de 10 de março de 2008, cabe à biblioteca preocupar-se com a promoção da cultura e acesso aos recursos informacionais indispensáveis para a formação social e educacional dos alunos. Ações deste tipo podem ser grandes responsáveis pelo aprimoramento da educação e o desenvolvimento de uma sociedade consciente, formando cidadãos que contribuam de forma significativa para o desenvolvimento social e para combater a desigualdade, o preconceito e a discriminação. “A importância da prática da ação cultural nas unidades de informação, explica-se pela contribuição educativa que a mesma produz e seu caráter transformador na realidade social, onde os indivíduos tornam-se sujeitos da cultura e criação de novos conhecimentos.” (ROSA, 2009, p. 372).

Como centro de informações e laboratório de aprendizagem, a biblioteca escolar ligada a uma instituição de ensino tem por finalidade prestar um serviço de informação e facilitar o acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer. Com isto, a biblioteca deve possibilitar o acesso à informação útil e atualizada, independentemente do suporte e através das tecnologias, satisfazendo as necessidades do aluno e professor, com pleno respeito pela diversidade de gostos e de escolhas. A biblioteca escolar “[...] possui uma clara função socioeducativa quando integrada ao cotidiano escolar, sendo uma plataforma de encontro entre professores e alunos na complementação do ensino pedagógico.” (CORRÊA et al, 2002, p. 107).

O bibliotecário e outros profissionais ligados a biblioteca escolar devem trabalhar como mediadores para o desenvolvimento das temáticas sobre a história e cultura de indígenas e afro-brasileiros. Através destas medidas, o bibliotecário tem a oportunidade de contribuir com os aspectos preconizados na legislação vigente, colocando esta em exercício e prática. Servindo-se da legislação para reivindicar recursos e materiais para desenvolver e realizar projetos e atividades com o objetivo de promover a diversidade cultural. Os bibliotecários atuantes surgem como gerentes do conhecimento, que fazem a intermediação entre aqueles que necessitam ou desejam informações com aqueles que a possuem, permitindo assim suprimir lacunas de conhecimento. Ou seja, este profissional possui habilidades para

buscar, recuperar e localizar informações nas mais variadas fontes, sejam elas pessoais, institucionais ou documentais. Segundo Martucci

[...] os bibliotecários são "profissionais da informação", possuidores de um conjunto de conhecimentos e técnicas necessário ao exercício qualificado da atividade bibliotecária, baseadas no ciclo de transferência de informação: construção, comunicação e uso social da informação, no caso, a informação para o ensino. (2000, p. 14).

Os recursos informacionais assim como o conhecimento das fontes de informação são imprescindíveis a uma biblioteca escolar que vise auxiliar o seu usuário no processo de ensino e aprendizagem de temáticas que valorizem as diferentes culturas. Conforme Hillesheim e Fachin:

A biblioteca escolar deveria participar do processo de desenvolvimento curricular, comportando um acervo de material de ensino e leitura diversificado, organizado, acessível a alunos e professores e adaptado às aspirações do momento. A biblioteca escolar precisa ser bem aparelhada, depositária de conteúdo da cultura que são transmitidos às novas gerações, pois através da consulta a este material o aluno forma seu próprio conhecimento e assume uma posição crítica que irá torná-lo um cidadão consciente, participativo e transformador. (1999, p. 72).

Ou seja, o acervo de uma biblioteca, a princípio, deve proporcionar informações nas diversas áreas do saber, ser selecionado e apresentar qualidade, prevendo sua organização conforme o currículo estabelecido pela proposta pedagógica da instituição de ensino. A diversificação entre as diferentes fontes de informação serve para que haja um número maior de assuntos que possam ser abordados, possibilitando uma visão ampla do tema a ser estudado, contribuindo para a formação de um conhecimento rico em informações de diferentes tipos.

Sendo assim, a biblioteca escolar deve atuar proporcionando suporte e apoio neste processo de busca e seleção dos recursos informacionais, a partir das fontes de informações disponíveis nos meios convencionais e também na Internet. Visto que as tecnologias neste contexto permitiram a criação da *web* que se tornou uma fonte de informação imprescindível, quando usada de maneira adequada, sendo capaz de armazenar e permitir acesso a incríveis quantidades de informação de todas as áreas do conhecimento em diversos formatos, muitos caracterizados pela multimídia.

Professores e bibliotecários devem atuar em conjunto e em colaboração no processo de ensino e aprendizagem que promova as diferentes etnias constituintes da nossa sociedade. Juntos podem traçar as ações socioeducativas a serem aplicadas em sala de aula e na biblioteca. Os bibliotecários também devem se mostrar presentes e interessados nesse

processo, buscando trabalhar em cooperação com o professor, apresentando alternativas de materiais e fontes informacionais, informando sobre novas edições e publicações que são de interesse de cada professor e disciplina. Já os professores devem estar cientes dos materiais e fontes de informação disponíveis, podendo sugerir novas aquisições que venham a acrescentar informações necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho. Construindo, assim, uma parceria entre professores e bibliotecários que seja em prol de uma educação mais rica e bem sucedida (CORRÊA et al, 2002, p. 121).

Por fim, a educação é um elemento indispensável ao indivíduo, ao processo de ensino e formação de futuros cidadãos conscientes e capazes de construir uma sociedade mais justa e sem discriminações. A biblioteca escolar pode servir de local de motivação para o processo de manuseio, consulta e utilização correta das informações, pois esta tem como função disponibilizar produtos de comunicação, cultura e tecnologia para facilitar o acesso à informação, que é diretamente responsável pela construção e ampliação do conhecimento. Através de atividades criativas e dinâmicas que promovam a interação, a participação e a socialização dos alunos, pode-se contribuir de forma significativa para que crianças e jovens desenvolvam a partir de diferentes informações a valorização das diferentes culturas e etnias que compõem a nossa sociedade.

3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO

No estudo das fontes, a informação surge com significados para representar e dar forma ao conhecimento, pois é a informação que nos possibilita conhecer e crescer, conhecer o outro e tudo aquilo que está ao nosso redor. Conforme Barros “[...] a informação é um elemento-chave também para o desenvolvimento, a cultura e a memória.” (2003, p. 68). Nesta pesquisa a informação para a diversidade cultural parte deste viés, sendo que possui particularidades únicas que envolvem os produtos culturais resultantes das manifestações e histórias de grupos étnicos e raciais que constituem a nossa sociedade. Este tipo de informação possui grande significado para o mundo contemporâneo, pois a partir da sua difusão nos meios de comunicação e principalmente nas escolas é possível conhecer nossas origens e compreender os aspectos sócio-históricos que envolvem a formação do povo brasileiro e influenciam a nossa cultura.

A informação pode constituir-se a partir das ideias, dos pensamentos, das criações, das histórias da humanidade, do movimento e da evolução do mundo. Porém a definição de informação ainda é bastante discutida na área da ciência da informação, mas é considerada por muitos autores como uma mensagem que geralmente é inscrita e registrada em diferentes suportes: seja em objetos, fotografias ou em livros. Podendo tomar o formato digital, a forma escrita, oral, visual ou audiovisual (LE COADIC, 2004). Contudo, a informação existe indiferentemente de estar inscrita ou presa a um suporte, pois a linguagem também é meio por onde se expressa a informação. Com isto, a informação pode ser transmitida através da oralidade, como em conversas e a partir da comunicação não-verbal, como gestos e movimentos do corpo, e por meio de sinais e símbolos que podem representar desde ideias, fatos e acontecimentos até códigos convencionados pelo homem.

Já o conhecimento depende sempre e de alguma forma da informação (MCGARRY, 1999), ou seja, o conhecimento tem a informação como insumo principal, permitindo a construção dos saberes a partir da utilização de informações de diferentes tipos. O conhecimento sobre o mundo, sobre o homem e sobre nós mesmos pode ser apreendido de muitas maneiras, seja observando, experimentando, ouvindo ou lendo (MUELLER, 2000).

As fontes de informação são a ponte para a informação e a chave para o conhecimento (DIAS; PIRES, 2005). Neste sentido, o conceito de fontes de informação pode ser bastante amplo, mas genericamente as fontes são consideradas como produtos ou materiais que transmitem informação e proporcionam acesso ao conhecimento por meio dos recursos informacionais de todo o tipo, sendo estes sempre passíveis de interpretação.

Segundo Carrizo Sainero, Irureta-Goyena Sánchez e Quintana Sáenz o conceito de fonte de informação pode abranger “[...] tudo aquilo que fornece uma notícia, um testemunho, uma informação ou um dado.” (1994, p. 30, tradução nossa). Cunha corrobora dizendo que as fontes de informação podem ser “[...] manuscritos e publicações impressas, além de objetos, como amostras minerais, obras de arte ou peças museológicas.” (2001, p. viii). Martín Vega ainda afirma que “[...] as fontes de informação não se fixam unicamente nos documentos, também contemplam e reconhecem a informação procedente de instituições, pessoas e inclusive os próprios acontecimentos sociais.” (1995, p. 34, tradução nossa).

A partir disso podemos perceber que existe uma incrível variedade de recursos informacionais disponíveis em diferentes formas e suportes, e que todos e praticamente tudo pode tornar-se fonte de informação. Contudo, para ser efetivamente uma fonte é preciso que a informação por ela veiculada e transmitida seja relevante e que seu conteúdo carregue sentido para aquele que venha a utilizá-la. Villaseñor Rodrigues define fontes de informação como

[...] todos aqueles instrumentos e recursos que servem para satisfazer as necessidades informacionais de qualquer pessoa, tenham ou não sido criados com esta finalidade e sejam utilizados diretamente [pela pessoa] ou por um profissional da informação como intermediário. (1998, p. 30, tradução nossa).

Qualquer fonte de informação, independente de seu tipo, é de grande serventia e instrumento indispensável a qualquer pessoa que procura e precise de informação, tanto para seu desenvolvimento pessoal, como também para entender a realidade social a qual pertence. As fontes permitem encontrar informações variadas que podem ser utilizadas para atender as expectativas e necessidades do homem e da sociedade atual, assim como pode ser utilizada para o processo de ensino e aprendizagem de diversas temáticas no ambiente escolar.

Entende-se aqui que a missão das fontes de informação consiste na transmissão de informações, mas reconhecidamente as fontes de informação são os principais recursos de localização, identificação e difusão de informações contida em qualquer suporte físico, não somente livro, mas também das “coisas” que produzem informação (MARTÍN VEGA. 1995). Entretanto, a localização e seleção de fontes de informação pertinentes às necessidades dos usuários nem sempre é tarefa fácil. É preciso estar atento para o correto manejo e utilização das fontes, pois nem todas as fontes existentes são confiáveis e atendem às particularidades de cada comunidade ou usuário.

Surgem então os profissionais da informação, em especial os bibliotecários, que fazem uso das fontes de informação como ferramentas de trabalho. As fontes permitem que este profissional contribua de maneira significativa para o uso e disseminação de informações, seja

através da sua localização, divulgação ou auxílio na sua utilização. Para Villaseñor Rodrigues, as fontes de informação no uso da Biblioteconomia são

[...] todos aqueles instrumentos que trata ou cria o profissional da informação para satisfazer as demandas e necessidades informacionais dos usuários de qualquer unidade de informação, seja ela um arquivo, uma biblioteca ou um centro de documentação.” (1998, p. 30, tradução nossa).

Sendo assim, o bibliotecário torna-se um mediador entre o usuário e a informação, pois pretende auxiliar usuários no encontro e uso de informações adequadas às suas necessidades e características, permitindo que esse sujeito alcance um novo estágio de conhecimento. As fontes de informação são empregadas para atenderem a questões de ordem informacional, resolver problemas e possibilitar o preenchimento de lacunas do conhecimento. A informação disponibilizada na fonte supre as necessidades que envolvem a atividade desenvolvida por aquele que tem carência de, ou requisita informações.

Os recursos e fontes de informação têm grande importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Porém ganham destaque neste estudo porque a aplicação da Lei nº11.645/2008 também necessita de informações específicas para que possam ser desenvolvidas atividades socioeducativas de valorização das diferentes etnias, indígena e afro-brasileira nas escolas. Percebe-se também que a cultura assim como o conhecimento e a informação se diversificam em suas formas e expressões, e se revelam em patrimônios culturais, objetos materiais e imateriais como a dança e a oralidade, mas que na maioria das vezes se apresentam em forma de documentos. Com isso, esta pesquisa prevê a identificação de fontes de informação pertinentes para promoção da diversidade cultural no âmbito educacional, pois “[...] qualquer documento conhecido e identificado é um documento difundido.” (MARTÍN VEGA, 1995, p. 36, tradução nossa).

As fontes de informação, assim como a informação, podem ser de diferentes tipos e apresentar características diversas, mas independente de sua tipologia devem ser úteis para suprir alguma necessidade, desejo ou lacuna informacional.

3.2.1 Tipologia das fontes de informação

As fontes de informação podem ser classificadas de diferentes maneiras devido à sua grande diversidade e distintas possibilidades de categorização encontradas na literatura. Em sua evolução, as fontes de informação tiveram origem a partir da bibliografia que considera quase que exclusivamente a informação escrita e textual contida em materiais bibliográficos,

impressos ou não. Posteriormente, com o desenvolvimento da documentação, inserem-se outros itens informacionais como meios de transmissão do conhecimento (MARTÍN VEGA, 1995). Com isto, pode-se primeiramente categorizar as fontes de informação segundo a sua natureza e que se referem às fontes bibliográficas ou documentais. Segundo Carrizo Sainero, Irureta-Goyena Sánchez e Quintana Sáenz (1994), Cunha (2001), Dias e Pires (2005) e Martín Vega (1995), estas podem ser divididas em primárias, secundárias e terciárias, e tratam do nível de informação fornecido pela fonte ou o grau a que remetem a outras:

- a) fontes primárias: compreendem as informações inéditas, originais ou reelaboradas que derivaram ou são baseadas em conhecimentos já estabelecidos. Entre elas estão as monografias, os artigos, as publicações periódicas, as patentes, as normas, os anais, as monografias entre outras;
- b) fontes secundárias: apresentam informações sobre as fontes primárias e são organizadas de acordo com algum objetivo. Ou seja, são compilações que selecionam informações já existentes e que procuram guiar o leitor, facilitando a busca e uso das informações contidas nas fontes primárias. Os manuais, bibliografias, bases de dados, dicionários e enciclopédias são exemplos dessas fontes;
- c) fontes terciárias: permitem localizar e indicar informações e documentos de modo factual, encaminhando o usuário para fontes diversas. São provenientes do tratamento da informação secundária e também primária, podendo sintetizar e reunir informações variadas e dispersas em um único documento. Incluem os diretórios, bibliografias de bibliografias, guias de literatura, catálogos coletivos, periódicos de indexação e resumo, entre outros.

Villaseñor Rodrigues (1998) categoriza as fontes de informação segundo algumas características independentes que se complementam e que podem constar em uma mesma fonte. Esta classificação possibilita determinar os tipos de fonte de informação a partir de atributos que as identificam a partir de suas principais características. Estes critérios tratam das fontes de informação quanto ao tipo de informação, cobertura geográfica, grau de adequação da informação, canal de transmissão da informação e quanto à sua procedência ou origem.

Quanto ao tipo de informação, as fontes podem ser específicas ou gerais, conforme abordem um tema em particular ou tratem de diversificados assuntos. A partir de sua cobertura geográfica, as fontes se diferenciam pela área que abrangem, podendo ser

internacional, nacional, regional ou local. Quanto ao grau de adequação da informação, esta pode ser de grau insuficiente, médio ou alto e se refere aos propósitos da fonte, isto é, avalia-se em que medida a fonte de informação está ou não de acordo com o que se propõe. O canal de transmissão da informação em todos estes casos pode ser oral ou documental. E por fim, as fontes de informação apresentam-se quanto a sua procedência ou origem, dividindo-as em pessoais, institucionais e documentais.

Todas as categorias existentes e criadas na área de biblioteconomia buscam genericamente determinar e/ou caracterizar uma possível tipologia das fontes de informação de acordo com suas especificidades, contribuindo para identificar as fontes e permitir seu entendimento, facilitando assim seu tratamento e uso adequado. Contudo, para fins desta pesquisa, será ressaltado o critério que estabelece a procedência da fonte de informação, pois como Villaseñor Rodrigues, acreditamos ser o mais relevante, sendo que “[...] de todos estes, se deve destacar o critério de procedência ou origem da informação, porque este realmente determina a tipologia das fontes, enquanto o restante serve apenas para caracterizá-las.” (1998, p. 32, tradução nossa).

Sendo assim, neste estudo, as fontes de informação serão classificadas principalmente quanto a sua origem em suas distinções básicas: fontes pessoais, institucionais e documentais, sendo que os outros critérios serão apontados e utilizados para melhor identificar as fontes. Além disso, inserimos outra categoria, os eventos como fontes de informação, que atualmente também são reconhecidos como canais e meio por onde se transmite e se pode ter acesso à informação.

3.2.1.1 Fontes pessoais

As pessoas ou grupos de pessoas podem ser consideradas como fontes de informação, pois todo e qualquer indivíduo pode transmitir informações, seja referente à sua trajetória de vida, assuntos gerais, práticas profissionais ou conhecimento adquirido acerca de uma área específica. Villaseñor Rodríguez define fontes pessoais como sendo aquelas que: “Oferecem informação sobre elas mesmas e que o fazem, originalmente, de forma oral, ainda que em um estágio posterior possam se transformar em documento.” (1998, p. 32, tradução nossa).

As fontes pessoais podem ser de caráter individual e coletivo. As fontes de caráter individual também são conhecidas como pessoas-fonte. A pessoa-fonte pode prestar todo o tipo de informação, pessoal, profissional ou acadêmica; contudo, para fins de estudo ou pesquisa, geralmente, buscam-se pessoas que possuam grau significativo de conhecimento e

que tenham autoridade na área específica a qual pertencem. As fontes pessoais podem oferecer informações relevantes sobre seu trabalho, pesquisas que desenvolvem, sobre a área do conhecimento em que são especialistas ou ainda transmitirem diferentes informações que podem ser de interesse. As pessoas consideradas como fonte podem ser contatadas a partir de diversos meios de comunicação; através de cartas, telefonemas, *e-mail*, entre outros, porém é necessário o conhecimento da localização ou informações de contato da referida fonte.

Já as fontes pessoais de caráter coletivo são identificadas por um conjunto de pessoas que possuem um objetivo em comum, podendo pertencer a uma área de estudo, tipo de pesquisa ou uma categoria profissional semelhante. Constituem-se na maioria das vezes em comunidades científicas, associações ou categorias profissionais, colégios invisíveis entre outros, que podem representar diferentes instituições. As comunidades ou sociedades científicas concentram seus esforços em promover uma área do conhecimento, e têm como foco principal a comunicação científica para o desenvolvimento da ciência. Diferentemente das comunidades profissionais que se referem e trabalham em prol de uma única classe profissional.

Segundo Villaseñor Rodrigues (1998, p. 32), as fontes de caráter coletivo geralmente se organizam para realizar determinadas atividades, como encontros, congressos, reuniões, assembléias, etc., onde as pessoas, estudiosos e profissionais relacionados entre si por algum motivo em comum divulgam seus trabalhos, suas linhas de pesquisa e investigação, oferecendo assim a possibilidade de acesso e comunicação a elas. As fontes de caráter coletivo também podem gerar publicações como periódicos científicos especializados, anais, entre outros.

Uma das principais características destas fontes é a informalidade entre os pares para a troca de informações, sendo que a transmissão da informação normalmente ocorre através da oralidade, o que às vezes pode prejudicar o registro ou entendimento da informação. O fornecimento de informação é de forma imediata e direta, permitindo que se tenha acesso a informações atuais e inéditas, pois o contato é realizado diretamente com a fonte. Contudo, a confiabilidade da informação prestada por uma fonte pessoal é restrita a fatores que podem comprometer a exatidão das informações, como a memória que pode ser falha e tendo em vista que o indivíduo também pode transmitir somente as informações que lhe são convenientes.

As fontes de localização das pessoas-fonte comumente conhecidas são os diretórios de pessoas ou instituições que servem como guias, indicando endereços e meios de contatos das pessoas. Já as obras do tipo biográficas, como os dicionários biográficos e índices

especializados em pessoas trazem informações gerais sobre a vida e trabalho das pessoas, mas não necessariamente onde localizá-las. *Sites* de busca, Plataforma Lattes e banco de dados também são exemplos de pontos de acesso que permitem localizar fontes pessoais na Internet, sendo que hoje, *blogs* pessoais e perfis em redes sociais podem ser considerados como fonte em determinados casos.

3.2.1.2 Fontes institucionais

As organizações e ou instituições também podem ser consideradas fontes de informação, pelo fato que dispõem de informações relacionadas à própria organização, sobre suas atividades, funcionamento, finalidade, entre outras. De acordo com Villaseñor Rodrigues, as fontes institucionais “[...] são aquelas fontes que proporcionam informação sobre uma instituição. Essa instituição se converte em objeto de interesse e é ela mesma quem proporciona a informação que se deseja.” (1998, p. 33, tradução nossa).

Para melhor entendimento das fontes institucionais de informação, pode-se conceituar organização como “[...] uma entidade que reúne pessoas que desenvolvem um trabalho coordenado, estruturado em torno de metas definidas, consistindo de vários grupos ou subsistemas inter-relacionados.” (CAMPELLO, 2000b, p. 35). Ou seja, é um conjunto de pessoas inseridas num sistema, na qual trabalham e desenvolvem atividades, produtos ou serviços para atingir um determinado objetivo.

O acesso a informações sobre as instituições pode ocorrer através dos documentos produzidos pela própria organização, entre eles estão a correspondência, os memorandos, ofícios, relatórios, boletins, catálogos de produtos e serviços, manuais, *sites* institucionais etc.. As pessoas envolvidas ou ligadas à organização, seja no passado ou no presente, também podem ser canal de acesso às informações institucionais. Esta comunicação geralmente se dá através da transmissão oral, que ocorre quando uma pessoa em alguma situação ou momento fala pela instituição ou a representa como seu porta-voz.

Contudo as informações transmitidas sobre a organização podem não ser muito confiáveis, pois nem sempre são realistas, porque pode haver a preocupação e conveniência de passar uma boa imagem da instituição ou ainda há aquelas informações de difícil acesso, pois são sigilosas e de uso exclusivo do ambiente organizacional. As informações proporcionadas pela instituição podem ser oferecidas de modo gratuito ou mediante algum pagamento, segundo Campello (2000b), organizações não lucrativas produzem uma variedade de documentos que podem ser facilmente obtidos, e geralmente são disponibilizados

gratuitamente ao público; já as organizações que visam lucro, costumam divulgar somente informações úteis para promover suas atividades.

As fontes de informação institucionais podem assumir caráter privado ou público. As organizações privadas são mantidas por pessoas físicas ou jurídicas e as públicas são ligadas e subsidiadas geralmente pelo governo e órgãos públicos. Diferenciam-se pela cobertura geográfica em: internacionais, transnacionais, regionais, nacionais e locais. Quanto à área temática podem ser gerais ou especializadas. Fontes de informação institucionais também podem ser classificadas em governamentais, acadêmicas, econômicas e outras (VILLASEÑOR RODRIGUES, 1998). Campello (2000b) classifica este tipo de fonte em organizações comerciais, governamentais, internacionais, não governamentais ou ONGs, profissionais e sociedades científicas, e por fim em organizações educacionais e de pesquisa.

As organizações comerciais são aquelas que têm como objetivo a obtenção de lucro, prestando serviços ou fabricando produtos para comercialização. Já as organizações governamentais estão ligadas ao governo em todos os âmbitos, produzem os mais diversos materiais sobre a sua administração e desempenho das atividades legais e administrativas, muitos documentos por ela produzidos servem ao interesse da sociedade. Conforme Vergueiro “[...] os órgãos públicos em geral, no exercício de suas atividades, são responsáveis pela publicação de um variado número de documentos, que objetivam tanto orientar o público na utilização de seus serviços, como prestar contas à sociedade sobre as atividades que desenvolvem.” (2000, p. 111).

As organizações internacionais foram criadas para possibilitar a colaboração e estabelecer relações entre os Estados ou países membros, com a finalidade de combater os mais diferentes conflitos e permitir que membros trabalhem em cooperação. Constituem-se em um importante instrumento de relações internacionais e atuam em diferentes setores e nas diversas áreas do conhecimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) é um exemplo deste tipo de organização. Geralmente estas instituições mantêm suas sedes nos países que são conveniados, tornando-se importante fonte de informação, pois publicam grande quantidade de documentos e cobrem uma variedade de assuntos.

As organizações não governamentais ou ONGs são instituições que representam a sociedade civil, e têm como objetivo desenvolver atividades visando os direitos da sociedade e o bem público de forma participativa, promovendo a cidadania e permitindo que pessoas contribuam para as soluções dos problemas coletivos. As ONGs podem ter ligação ou não com governos ou relações com organizações oficiais (CAMPELLO, 2000b).

As organizações profissionais, de acordo com Dias e Pires, são

[...] entidades criadas a fim de estimular o aperfeiçoamento de determinada classe profissional ou de prover o conhecimento em áreas específicas sem fins comerciais; são mantidas com a contribuição de sócios ou membros; são denominadas federação, conselho federal, conselho regional, associação ou centro sindical. (2005, p. 68).

Estas permitem a reunião de pessoas interessadas em determinado setor da economia, permitindo que estas troquem experiências e informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Também pode prever a divulgação de informações inerentes a profissão, como legislação trabalhista pertinente, e trabalhar para permitir a defesa de seus direitos e deveres frente à sociedade. Campello (2000b) relaciona e apresenta as organizações profissionais juntamente com as sociedades científicas. Contudo, para fins deste estudo, as sociedades científicas são tratadas como fontes pessoais de caráter coletivo, pois acreditamos que melhor se aplica.

As organizações educacionais e de pesquisa podem ser definidas como instituições que prestam serviço ou realizam atividades na área do ensino e da pesquisa. Universidades, institutos de ensino técnico e de pesquisa, bibliotecas, museus e arquivos, vinculados ou não a uma instituição, são importantes fontes de informação, pois geram documentos diversos, seja de ordem técnica, científica, cultural ou artística em grande quantidade (DIAS; PIRES, 2005). As informações produzidas por este tipo de organização contribuem diretamente para o fomento da educação, pois são geradas a partir de conhecimentos científicos e são disponibilizadas amplamente de forma que o acesso torna-se facilitado.

Dentre este tipo de fontes de informação institucional destacamos as unidades de informação: arquivos, bibliotecas e museus. Segundo Goulart (2009, p. 1): “Estas instituições incluem-se entre as instituições culturais responsáveis pela armazenagem, conservação e divulgação dos acervos coletados ao longo de suas trajetórias.”. Sendo assim, as unidades de informação trabalham em prol da disseminação de informações para sua comunidade de usuários. Devem manter e desenvolver coleções de materiais informacionais dos mais variados para atender ao tipo de instituição a que estão vinculadas e principalmente às necessidades de informação do seu público, podendo ter também como objetivo salvaguardar o conhecimento produzido pelo homem e a memória coletiva da sociedade.

Segundo Caldeira (2008, p. 141), os arquivos cuidam da organização e preservação de documentos históricos, administrativos e culturais. Os documentos de arquivos caracterizam-se pela unicidade e normalmente são produzidos ou recebidos por pessoas ou empresas no desempenho de suas atividades. As bibliotecas atualmente selecionam, adquirem, recuperam e

disseminam informações de todo o tipo para o usuário, independente de seu formato ou suporte, sejam bibliográficos, impressos ou não, como livros, mapas, fotografias, discos, filmes e etc. Já os museus reúnem e organizam coleções de variados objetos, que geralmente se identificam pela tridimensionalidade, como roupas e móveis; os museus realizam amostras com fins de exibição dos artefatos que apresentam interesse para a comunidade e que expressem informações de cunho histórico, técnico, científico, cultural ou artístico.

3.2.1.3 *Eventos como fonte de informação*

Eventos podem ser definidos como encontros organizados com diferentes propósitos acerca de um ou mais temas definidos, que ocorrem principalmente para reunir pessoas interessadas em determinado assunto, pesquisadores de áreas específicas do conhecimento ou profissionais de categorias distintas.

Os eventos se diferenciam pela sua cobertura local, regional, nacional ou internacional, e por seus objetivos, sendo que a sua denominação varia de acordo com suas características. Entre os eventos técnicos e científicos estão as conferências, congressos, convenções, cursos, fóruns, painéis de debates, seminários, simpósios e *workshops*.

Atualmente alguns tipos de eventos utilizam-se, quando necessário, de recursos tecnológicos que permitem que o evento seja realizado sem o encontro presencial. É o que acontece com as teleconferências, os fóruns e painéis de debate que também podem ocorrer através de listas de discussões e salas de debates no meio virtual quando o encontro pessoal é impossibilitado. Esse tipo de comunicação mediada pela tecnologia de redes possui vantagens como a “[...] possibilidade de acesso informal a um número enorme de informações, interação facilitada e rápida com os pares, permitindo compartilhar ideias, obter uma variedade de sugestões e críticas e oportunidade de descobrir pesquisadores como o mesmo interesse.” (CAMPELLO, 2000a, p. 57).

Pode-se ainda incluir as feiras e exposições como eventos que, conforme Dias e Pires, são definidas como “[...] eventos para divulgação de novos equipamentos, processos e produtos e serviços; as feiras e exposições podem ser gerais ou específicas e muitas vezes fazem parte de eventos profissionais.” (2005, p. 40).

A participação em eventos, feiras e exposições permite a troca de experiências, possibilita a interação entre o grupo e a sociedade, promove diferentes setores da educação e economia, e favorece o conhecimento de diferentes pontos de vista, ideias, culturas e práticas, permitindo a disseminação de informações de modo atualizado e rápido, pois o contato com o

autor da obra, pesquisador, especialista ou profissional ocorre de forma direta. Com isto pode-se considerar que os eventos assumem a forma de fonte de informação pessoal de caráter coletivo, pois permitem ampliar a comunicação pessoal entre membros de uma determinada comunidade, participantes do evento, que trocam informações entre si, envolvendo maior número de pessoas (CAMPELLO, 2000a, p. 56).

A realização de eventos pode resultar em documentos dos mais variados tipos: impressos ou digitais, podendo ser gerados antes, durante ou depois das reuniões; comumente estes documentos caracterizam-se como literatura cinzenta. Em geral apresentam-se na forma de *preprints*, pré-publicação que traz informações preliminares ao evento, pesquisa ou estudo; ou na forma de *proceedings*, publicações posteriores que são elaboradas e editadas em documento único, publicação definitiva em anais, periódicos ou livros (CUNHA, 2001, p. 1). Anais, resumos, relatórios técnicos e atas de reuniões são exemplos de documentos oriundos de eventos e podem reunir os trabalhos apresentados no encontro, como também podem trazer informações sobre as atividades que aconteceram durante o evento.

3.2.1.4 Fontes documentais

As fontes de informação documentais, como o nome sugere, são fontes em que as informações são disponibilizadas através dos documentos. Para Villaseñor Rodríguez: “As fontes de informação documentais são aquelas que fornecem informação a partir de e sobre um documento [...]” (1998, p. 34, tradução nossa). Segundo Martín Vega (1995) e Villaseñor Rodríguez (1998), os documentos são o fundamento e o principal objeto de estudo das fontes de informação, pois é principalmente através dos documentos que se pode ter acesso aos outros tipos de fontes, são resultado das atividades das pessoas e das instituições e servem de instrumento para diferentes tipos de usuários.

Documento pode ser definido a partir de muitos autores e teorias, apesar de não possuir um conceito estabelecido pode ser entendido como um “[...] objeto que fornece um dado ou uma informação. É o suporte material do saber e da memória da humanidade.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 41). Amat² ainda define documento como

[...] todo o conhecimento materialmente fixado num suporte e que pode ser utilizado para estudo, consulta ou trabalho, como ferramenta indispensável para transmitir conhecimento, ideias e testemunhar os fatos, permitindo a comunicação, formação e ensino. (1987, p. 9 *apud* Villaseñor Rodríguez, 1998, p. 34, tradução nossa).

² AMAT, Nuria Nogueira. **Documentación científica y nuevas tecnologías de La información**. Madrid: Pirámide, 1987.

Ou seja, documento é considerado todo aquele objeto ou material que contenha informação ou ideia, esteja esta inscrita ou não, independente do suporte em que se encontra: físico, impresso ou digital; podendo ser sonoro, visual ou tátil. Incluí livros, mapas, artefatos de museu, fitas cassete, discos magnéticos, mídias eletrônicas, entre muitos outros.

As fontes documentais podem ser classificadas a partir de alguns critérios que podem variar de acordo com a literatura da área, contudo a maioria busca determinar suas características através de aspectos intrínsecos, que tratam do conteúdo, e aspectos extrínsecos, que se referem ao suporte. Tudo para diferenciar os documentos entre si e possibilitar a criação de categorias ou tipologias que auxiliem no seu entendimento e tratamento.

Villaseñor Rodríguez (1998) apresenta as fontes de informação documental a partir dos seguintes critérios:

- a) segundo natureza da informação: podem ser textual, numérica, gráfica, iconográfica e etc.;
- b) conforme tipo de informação oferecida: bibliográfica, biográfica, geográfica, cronológica, legislativa, de localização, geral e etc.;
- c) quanto grau de remissão e originalidade: podem ser primárias, secundárias e terciárias;
- d) segundo o suporte em que se apresentam: este pode ser de muitos e dos mais variados fins, entre eles, papel, película, filme, argila e etc.;
- e) conforme a difusão: podem ser de uso interno ou restrito, publicado ou inédito;
- f) quanto a matéria de que tratam: podem ser gerais ou especializadas;
- g) segundo a cobertura geográfica: internacionais, nacionais, locais etc.;
- h) conforme a cobertura cronológica ou atualização: podem ser retrospectivas ou históricas e periódicas ou em curso;
- i) quanto à ordenação utilizada no documento: alfabética, sistemática, por matérias, cronológica, geográfica, mista, etc..

Outra categorização bastante aceita entre os teóricos é a distinção dos documentos a partir de suas características intelectuais e físicas. As características intelectuais referem-se basicamente ao conteúdo apresentado no documento. Pois, segundo Martín Vega: “Todos os documentos proporcionam um significado, inclusive os livros em branco tem uma intencionalidade comunicativa.” (1995, p. 48, tradução nossa). Sendo assim, os aspectos intelectuais permitem avaliar os documentos a partir de características que tratem da sua

qualidade conceitual, referindo-se tanto ao seu valor informacional quanto à adequação ao usuário que se pretende atender.

As características físicas tratam da base material em que a informação está registrada e como esta informação está inscrita, estes aspectos permitem que o documento seja utilizado. Pode se dizer que a característica física do documento “[...] refere-se a fixação do conhecimento, se relaciona com o suporte, o tamanho, peso, apresentação...” (CARRIZO SAINERO; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ; QUINTANA SÁENZ, 1994, p. 18, tradução nossa). O papel, o couro, a argila, a pedra, o plástico, os arquivos digitais são alguns tipos de suporte que podem carregar informações. As características físicas podem variar segundo a sua natureza entre documentos textuais e não textuais, podendo diferenciar o tipo de informação transmitida.

Os documentos textuais são aqueles que trazem as informações na forma de texto escrito. Podem apresentar-se no suporte em papel, sem que haja a necessidade de instrumentos intermediários entre o documento e a leitura, ou serem veiculados em mídias digitais, em que são disponibilizados através dos recursos tecnológicos. Os livros, os periódicos, os documentos administrativos, os anais, as correspondências, os catálogos, as bibliografias, os documentos comerciais e todo o tipo de escritos são considerados documentos textuais (GUINCHAT; MENO, 1994).

Já os documentos não textuais ou também chamados de documentos especiais, podem ter uma parte de informações em texto escrito, mas seu conteúdo é apresentado principalmente em outras formas distintas, seja na apresentação das informações ou em sua base física. Conforme Martín Vega (1995), a estrutura desses documentos é muito variada e depende da natureza do suporte. Neste caso, devem ser vistos, ouvidos ou manipulados. A leitura desses documentos geralmente não ocorre de forma direta. Em muitos casos, é preciso à utilização de aparelhos ou ferramentas que permitam que as informações cheguem até o usuário. Segundo Carrizo Sainero, Irureta-Goyena Sánchez e Quintana Sáenz (1994), existe uma grande diversidade de documentos não textuais, entre eles podemos destacar os seguintes:

- a) iconográficos: apresentam imagens, entre eles estão os mapas, as fotografias, plantas arquitetônicas, quadros, tabelas, gráficos, desenhos, figuras;
- b) sonoros: podem veicular sons de todo tipo ou música, instrumental, vocal ou ambas. Os principais são os vinis, discos, fitas cassete e hoje os arquivos digitais de áudio;

- c) audiovisuais: combinam som e imagem. Incluem filmes, dvd's, fitas, vídeos, entre outros;
- d) materiais: agrupam objetos materiais em geral, podendo estes serem produzidos pelo homem (manufaturados) ou terem origem na natureza. Podem ser maquetes, artefatos de museu, moedas, obras de arte, monumentos, esculturas, amostras de terra, jogos pedagógicos, etc.;
- e) compostos: reúnem documentos textuais e não textuais com objetivo de complementar o conteúdo, entre eles podemos citar os conjuntos ou kits pedagógicos, livros acompanhados de dvd's e cd's com índice das músicas e artistas;
- f) magnéticos: podem ser considerados como os programas de computador ou *software*. São utilizados no manejo da informática e permitem realizar diferentes tarefas, como o cálculo, gestão de arquivos, manipulação de imagens, entre outras;
- g) eletrônicos: também conhecidos como documentos digitais, criados pelas ciências da computação e tecnologia da informação, são caracterizados principalmente pela interação e multimídia, em que veiculam texto, imagem e/ou som. Sua utilização só ocorre através do uso da informática, possibilitada pelos recursos tecnológicos e pela Internet.

Guinchat e Menou (1994) admitem ainda outras categorizações que permitem distinguir os documentos que muito se assemelha a classificação estipulada por Villaseñor Rodríguez (1998), são elas: a natureza do documento, formas de produção, modalidades de utilização, periodicidade, coleção e forma de publicação. Contudo, para fins deste estudo, cabe destacar os aspectos que se referem à periodicidade e forma de publicação, pois estas tratam dos documentos quanto à sua disponibilidade e acesso que podem determinar seu uso.

A periodicidade trata da produção do documento. Há documentos que são produzidos uma única vez, podendo ter diferentes escalas de publicação. Um único documento pode ser dividido em volumes, tomos ou partes, ter novas edições que complementam ou modificam um documento já existente, e também ser reimpresso ou ter novas tiragens que apenas ampliam a distribuição de documentos esgotados ou com grande demanda. As monografias são o exemplo mais comum de documentos publicados como unidades que tratam geralmente de um assunto específico, são os livros, teses, dissertações, etc. (GUINCHAT; MENO, 1994).

Os documentos produzidos em série são as publicações periódicas ou simplesmente periódicos. Esses se caracterizam por apresentar-se em fascículos ou volumes sucessivos em

uma sequência, em intervalos definidos e regulares, mas com uma continuidade indefinida. Os jornais e as revistas são importantes tipos de periódicos que auxiliam o desenvolvimento da ciência e da sociedade, pois conforme Cunha (2001, p. 16): “As publicações periódicas constituem um dos mais eficientes meios de registro e divulgação de pesquisas, estudos originais e outros tipos de trabalho intelectual. São, portanto, fontes de informação indispensáveis de orientação e pesquisa bibliográfica em todos os campos de atividade humana.”

A forma de publicação pretende diferenciar documentos publicados e não-publicados. Os documentos publicados são aqueles que são distribuídos de forma comercial, e que são vendidos em editoras e livrarias, podendo-se dizer que são na maioria das vezes facilmente encontrados, pois são produzidos visando a distribuição e divulgação, favorecendo assim a sua identificação e permitindo seu acesso e localização. Diferentemente, os documentos não publicados são disponibilizados de maneira restrita, podendo ou não ser comercializados, sendo que na sua origem este tipo de documento caracteriza-se principalmente por não entrar nos circuitos de venda. Estes documentos também são conhecidos como literatura cinzenta, segundo Gomes, Mendonça e Sousa (2000), e incluem-se nesse grupo as teses e dissertações, as traduções avulsas, algumas publicações governamentais, os *preprints* e as literaturas originadas de encontros científicos. Podemos também acrescentar os manuscritos (cartas, rascunhos, etc.), datilografados e documentos administrativos (notas, faturas, etc.). Guinchat e Menou destacam a relevância da literatura cinzenta para a comunidade científica e a sociedade em geral:

Os documentos não-publicados têm um papel importante na pesquisa, na administração e nas atividades de produção e de serviço. Algumas vezes são publicados com muito atraso. Seu valor está no seu conteúdo, bem como na sua atualidade. São um meio de informação importante e muitas vezes único em algumas áreas do conhecimento. (1994, p. 45).

Com isso entende-se que normalmente a publicação desse tipo de documento não ocorre por meio formal de editoras, pois na grande maioria é de uso particular da pessoa que o criou ou de uso interno das organizações, sendo estas muitas vezes as responsáveis pela sua elaboração, organização e distribuição. Produzem-se assim, tiragens em número reduzido e com produção dispersa, dificultando muitas vezes seu acesso e recuperação.

Cabe ressaltar que os diferentes tipos de documentos apresentados possuem finalidades distintas, podendo ser utilizados para diversos fins, tanto para o progresso da sociedade, como para a promoção da cultura e a ampliação da educação. Entretanto, a existência desses materiais nada significa se não forem passíveis de uso, e por isso tem que se

considerar a disponibilização desses documentos nos meios formais e informais de distribuição assim como promover o seu acesso. Para possibilitar que isto aconteça, surgem as obras de referência, mais especificamente as bibliografias que podem ser conceituadas como

[...] uma lista de referências bibliográficas relativas aos diversos tipos de fontes de informação sobre determinado assunto ou pessoa. Em geral, é organizada por ordem alfabética ou cronológica de autores. Em termos de cobertura, pode ser exaustiva ou seletiva, podendo trazer apenas a referência bibliográfica ou incluir anotações sobre o item analisado. (CUNHA, 2001, p. 36-37).

Conforme Villaseñor Rodríguez (1998), as obras de referência são fontes documentais por excelência, que possuem uma série de características que as tornam ferramentas de trabalho insubstituíveis ao serviço de referência de qualquer unidade de informação, pois atendem especialmente à área da biblioteconomia. São consideradas instrumentos indispensáveis para o trabalho informativo e para a busca de informação.

As obras de referência são utilizadas com propósito de obter informações específicas e pontuais, facilitando a busca e localização de informações e documentos já existentes, e por isso são consideradas como fontes de informação secundária. As obras de referência se dividem entre aquelas que fornecem a informação de forma sucinta e direta, e aquelas que remetem o usuário a outras obras com informações mais completas. Caracterizando-se como instrumentos bibliográficos que indicam o local onde a informação poderá ser encontrada e obtida. Entre as principais obras de referência estão os dicionários, enciclopédias, anuários, guias, repertórios, bibliografias, catálogos bibliográficos, índices bibliográficos de periódicos, guias de literatura, etc..

Por fim, as fontes de informação documentais são aquelas que fornecem informações que estão veiculadas nos documentos que são gerados a partir das fontes pessoais, institucionais e ou originadas de eventos. Contudo também podem referir-se aos documentos, que é o caso das obras de referência, especialmente as bibliografias, que foram muito utilizadas neste estudo para permitir a localização de recursos e fontes informacionais que atendam ao objetivo da pesquisa.

Como vimos, as fontes de informação apresentam-se em diferentes formatos e suportes. Atualmente, além dos formatos convencionais, existe a informação encontrada no meio digital que está sendo amplamente utilizada, e com isto surge a Internet como uma das principais facilitadoras ao acesso do conhecimento, sendo que permite a produção, organização e disseminação de informações de todo tipo.

3.2.2 Fontes de informação na Internet

O acúmulo de conhecimento na Internet hoje é inevitável e não podemos ignorar que o ciberespaço e os documentos eletrônicos atualmente fazem parte da interação homem, sociedade e mundo. A Internet tornou-se instrumento imprescindível para se ter acesso às fontes de informação, caracterizando-se em si mesma como fonte de informação, pois contém e possibilita acesso as demais fontes e recursos informacionais. “A Internet é considerada uma fonte valiosa de informação que subsidia – com seus recursos - desde pesquisas de alta tecnologia até estudantes do ensino fundamental.” (TOMAÉL, 2008, p. vii).

A Internet pode ser conceituada como uma rede de redes, ou seja, “[...] um sistema de informação que tem por suporte uma rede global, que consiste em centenas de milhões de computadores conectados entre si, ao redor do mundo.” (GUIMARÃES, 2008, p. 159). As tecnologias da informação permitiram o desenvolvimento da *World Wide Web (Web)*, que introduzida a Internet, possibilitou a criação de um ambiente de interface gráfica acessível com novas técnicas de reprodução de informações. Ou seja, a *web* pode ser entendida como um recurso ou sistema utilizado pela Internet que se caracteriza por apresentar documentos baseados na multimídia e *links* a partir de hipertextos (GUIMARÃES, 2008).

Os diferentes recursos informacionais disponibilizados pela *web* se aproveitam das mídias eletrônicas, que permitem manipular não somente texto, mas também diversos tipos de formato, como imagens, animações, som e vídeo. Já os hipertextos funcionam pela ausência de linearidade, pois possibilitam através de *links*, diferentes modos de abordar o conteúdo contido na Internet, auxiliando na formação e geração de novas informações.

A Internet possui uma multiplicidade de funções e aplicações que surgiram desde sua criação, servindo no início para propósitos militares, posteriormente para fins acadêmicos e científicos, logo passando a atender também demandas comerciais (CENDÓN, 2000). Atualmente a Internet possui, como principal finalidade, facilitar e promover a comunicação e a disseminação de qualquer tipo de informação, independente de seu uso, possibilitando o acesso e a recuperação de informações.

É possível encontrar uma incrível diversidade de recursos informacionais na Internet, em diferentes formatos, sobre qualquer área do conhecimento, além de ser um portal, onde podemos encontrar praticamente tudo e todos. Conforme Tomaél e outros (2001, p. 15) “[...] a Internet abriu um leque amplo na tipologia de fontes de informação pois, além das convencionais, vão surgindo novas fontes até agora não caracterizadas e reconhecidas totalmente na literatura.”

Sendo assim, a Internet possibilita o acesso a diferentes tipos de documentos e informações, desde fontes primárias e secundárias tradicionais que migraram do formato impresso para o suporte digital até as novas fontes que têm origem na *web*, também conhecidas como documentos eletrônicos. Segundo Guimarães: “A Internet é um meio eletrônico digital e, de certa forma, é capaz de incorporar as outras mídias.” (2008, p. 173). As fontes de informação e os recursos informacionais disponíveis *online* na Internet podem ser acessados de diversas maneiras, através de *e-mails* (correio eletrônico), listas e grupos de discussão, redes sociais, blogs, *sites*, repositórios institucionais e de informações, bases de dados, bibliotecas digitais, etc., além de possibilitar a partir de catálogos informatizados o conhecimento de recursos existentes no formato convencional impresso.

Os recursos tecnológicos atrelados às fontes de informação na Internet permitem que o acesso à informação seja relativamente rápido, com a possibilidade de se ter diferentes fontes num só lugar, tornando fácil, cômoda e barata a consulta a documentos digitais, favorecendo que usuários de informação tenham certa autonomia na busca e seleção de fontes. Contudo, o uso das informações disponíveis na *web* muitas vezes é inapropriado e o acesso à Internet nem sempre é facilitado. Existem ainda muitos usuários que não possuem condições financeiras e habilidades para usufruir da Internet, estando estes despreparados para utilizá-la de maneira ótima e adequada para fins de pesquisa e estudo. Além disso, existem outras barreiras que dificultam a utilização plena dos recursos informacionais da Internet, entre eles Yamaoka destaca:

Na *web*, além do imenso volume de informações, outros fatores afetam o processo de recuperação da informação, como: diferentes idiomas, dialetos, culturas, volatilidade da informação, incompatibilidade das tecnologias, confiabilidade, qualidade das informações e as limitações dos atuais mecanismos de busca. (2009, p. 147).

Com esse contexto na atual era digital e com a percebida deficiência na organização da informação eletrônica, pela falta de estrutura rígida e crescimento desordenado, entende-se que o acesso e utilização de informações adequadas e pertinentes a cada usuário ou necessidade informacional só ocorre a partir da seleção e recuperação das informações disponíveis na Internet. Para garantir o uso das informações da *web* é necessário acessá-las e para isso é preciso conhecer a localização dos recursos informacionais na Internet, assim como os serviços e métodos de como chegar até ela, ou seja, é preciso saber buscar as informações. Segundo Carrizo Sainero, Irureta-Goyena Sánchez e Quintana Sáenz, a busca e a localização de informações “Consiste em conhecer e saber onde se encontram os documentos produzidos no mundo [...]” (1994, p. 24, tradução nossa).

Na Internet existem à disposição programas que permitem localizar e auxiliar a busca de informações e documentos. São as ferramentas ou sistemas de busca que têm como objetivo

[...] facilitar a busca e a localização de informações e sítios na web. Embora haja diferentes termos utilizados para designar serviços, designa-se sistemas de busca os serviços, as ferramentas e os *softwares* criados com o objetivo de prover os usuários de meios para localizar informações na web. (YAMAOKA, 2009, p. 152).

Os sistemas de busca podem ser classificados de maneira geral em diretórios e mecanismos de busca. Os diretórios, também conhecidos como catálogos ou índices são “[...] listas de assuntos organizadas em categorias, geralmente com uma estrutura hierárquica (árvore). Busca prioritariamente a manutenção do nível de qualidade estabelecido e a classificação precisa de sítios de *web*.” (YAMAOKA, 2009, p. 152). Geralmente os diretórios apresentam os endereços das páginas, organizando-os como um catálogo telefônico. O *Cadê* e o *Yahoo* são sistemas de busca que fazem uso da abordagem de diretórios.

Os mecanismos de busca surgiram para tentar acompanhar o crescimento da *web*, pois a manutenção e a atualização de listas se tornam complicadas com o grande volume de informações encontradas na Internet. Os mecanismos de busca possuem diferentes denominações, como programas, ferramentas e motores de busca, no entanto, podem ser entendidos como programas que procuram localizar e indexar as páginas da *web* a partir da extração de palavras-chave, incluindo essas informações em banco de dados para posterior pesquisa. “Os mecanismos de busca têm como prioridade a indexação do maior volume de documentos da *web*, buscando o máximo de acesso, a indexação automática e a recuperação e apresentação dos resultados baseados em critérios de relevância.” (YAMAOKA, 2009, p. 152). Entre os mais conhecidos podemos citar o *Google* e o *Altavista*, como sistemas que utilizam os preceitos dos mecanismos de busca.

Além dos sistemas de busca já citados, existem outros que também surgiram devido à dificuldade de se encontrar as informações desejadas na Internet. Entre eles vale destacar os metabuscadores que se originaram dos mecanismos de buscas, e são “[...] máquinas que pesquisam em várias outras e, por algum critério, organizam os endereços encontrados.” (GUIMARÃES, 2008, p. 175). Já os guias *web* ou sistemas de busca especializados são “[...] sites e portais que, além de eventualmente disporem de máquinas de busca, organizam a informação por grupos de assuntos.” (GUIMARÃES, 2008, p. 175). Estes sistemas geralmente tratam informações de áreas específicas do conhecimento, como ciências sociais e literatura, é o caso dos repositórios de informação. Existem ainda os sistemas especializados

em documentos científicos que são mais abrangentes e organizam informações científicas e acadêmicas, permitindo a recuperação de documentos científicos em geral, o *Google* acadêmico e o *Scirus* são exemplos desse tipo (YAMAOKA, 2009).

Entre tantos localizadores, é preciso escolher o sistema de busca que melhor atenda as expectativas com relação à recuperação da informação, sendo preciso conhecer as suas funcionalidades, pois as ferramentas se diferenciam conforme sua tipologia, propósito, modo de busca e indexação dos documentos e *sites*. Segundo Cendón: “Devido a essas diferenças, o número e a qualidade dos recursos recuperados pode variar enormemente, dependendo da ferramenta utilizada.” (2000, p. 292).

Conhecidos os sistemas que possibilitam o acesso aos documentos digitais, é preciso saber como realizar a busca, ou seja, qual o caminho necessário para encontrar a informação desejada, utilizando os recursos oferecidos nas ferramentas e *web* para atingir os objetivos da pesquisa. O planejamento, com as decisões e ações que devem ser tomadas para realizar a busca é conhecido como plano de busca ou estratégia de busca (ROWLEY, 2002). Dias e Pires (2005, p. 19) definem o processo de busca como “[...] estabelecimento de estratégias flexíveis que comportem mudança de curso para otimizar a busca.”

O plano de busca deve ser elaborado de maneira que a informação localizada vá ao encontro dos objetivos esperados e, para isso, a pesquisa deve resultar em um número significativo de registros relevantes. Com isto, a busca deve ser realizada prevendo os aspectos de cada sistema e ser direcionada, a fim de tornar a recuperação da informação mais consistente, para que os resultados obtidos atendam as necessidades, pois a formulação de um plano de busca adequado é capaz de gerar maior precisão nos resultados. Yamaoka (2009) cita os passos que devem ser seguidos para a elaboração de um plano de busca:

- a) estabeleça através de uma ou duas sentenças o que se quer localizar na Internet;
- b) identifique conceitos a partir do assunto em foco;
- c) liste palavras-chave para cada conceito selecionado;
- d) liste, se houver, nomes próprios ou marcas como conceitos;
- e) selecione sinônimos e formas variantes de cada palavra-chave;
- f) verifique a ortografia, pois o retorno poderá ter o mesmo erro de grafia.
- g) determine o tipo de informação de que necessita. Notícia, artigo, livro etc.;
- h) selecione o sistema de busca que retornará o melhor resultado do tipo de informação desejada;
- i) especifique o relacionamento lógico entre as palavras-chaves, sinônimos e formas variantes das palavras utilizando operadores booleanos (*and*, *or*, *not*), aspas (“”) ou

operadores aritméticos (+/-), estes permitem a criação de expressões que restringem a busca.

A formulação da estratégia de busca sempre estará sujeita aos objetivos da pesquisa e o que se pretende com ela. Também é importante que a pesquisa seja flexível para realizar mudanças quando necessário, pois a eficácia de uma busca só poderá ser medida no momento em que é realizada, e criar novas alternativas de busca pode ser interessante quando a recuperação não for satisfatória. “Em algumas buscas é bom contar com flexibilidade na estratégia de busca e talvez seja conveniente poder mudá-la ou alterá-la à luz dos conhecimentos adquiridos durante o processo de busca.” (ROWLEY, 2002, p. 213).

O resultado da busca está relacionado com a forma como a pesquisa foi realizada, podendo obter quantidades diferenciadas de resultados, assim como interferir na adequação e qualidade da informação encontrada. Sendo assim, para se obter resultados positivos, além do preparo da estratégia de busca, é importante conhecer os recursos para refinamento da busca que cada sistema de busca disponibiliza.

O refinamento da busca permite a restrição de informações referentes ao conteúdo e identificação dos itens informacionais, sendo que cada sistema de busca pode apresentar diferentes opções de refinamento. Yamaoka (2009) aponta algumas opções oferecidas pelos mecanismos que servem de recursos para refinamento nas buscas, como a possibilidade de delimitar o idioma, o país de origem do *site* ou documento, a categoria de domínio do sítio (edu./com./org.), o formato do arquivo (doc./pdf.), a determinação da data de publicação e período pretendido, entre outras. O autor ainda destaca a utilização de campos de filtragem na pesquisa avançada que se aproxima do uso dos operadores booleanos e as aspas (com todas as palavras, com qualquer palavra, sem as palavras, com a expressão); a seleção de delimitadores (todas as palavras, qualquer uma das palavras, frase exata); o refinamento pela localização da palavra-chave utilizada no título da página ou documento, na autoria, na descrição de assunto, no resumo, no texto ou na URL; o uso da busca por semelhança ou similaridade do documento procurado; e a utilização de critérios que permitem que a apresentação dos documentos recuperados seja escolhida a partir da sua relação com outros.

Realizar uma busca por informação no ciberespaço a partir de um plano de busca e utilizando as ferramentas e instrumentos que os sistemas e a própria *web* oferece é imprescindível, pois hoje o crescimento, o acúmulo e a dispersão de informações na Internet são constantes, e as dificuldades na utilização dos recursos é uma realidade entre a maioria dos usuários. Por isso, torna-se estritamente necessário conhecer as ferramentas de busca e a

elaboração de uma estratégia de busca para que os resultados de uma pesquisa na Internet sejam satisfatórios.

Dias e Pires afirmam que: “Os recursos informacionais disponibilizados em ambientes virtuais vêm aumentando a cada dia, o que tem exigido equipes experientes para selecionar as melhores fontes de informação que atendam as necessidades informacionais dos usuários [...]” (2005, p. 101). O bibliotecário surge como profissional apto a prestar serviços de informação nesse contexto, servindo de intermediador entre o usuário e a grande quantidade de informações encontradas no mundo virtual. Este profissional é capaz de dominar e adaptar as técnicas de pesquisa e busca para a localização e seleção das informações no meio digital, que se faz fundamental para garantir a disseminação e o pleno uso das fontes de informação encontradas também na Internet.

3.2.3 Critérios para seleção de fontes e recursos informacionais

O serviço bibliotecário não se restringe apenas ao levantamento de informações. É preciso reconhecer e disponibilizar as fontes e recursos de informação de qualidade, adequadas e pertinentes ao público que se pretende atender. Neste estudo os critérios para a seleção de fontes foram utilizados para subsidiar a escolha de itens informacionais que atendam as expectativas da pesquisa, ou seja, as fontes localizadas foram analisadas conforme alguns critérios pré-definidos. Fornecendo através da análise destes critérios informações importantes que pudessem servir para a seleção e descrição de fontes coerentes ao âmbito escolar e que tratassem de maneira relevante e satisfatória sobre as etnias indígena e afro-brasileira.

Em tempos em que a quantidade de informações é crescente e a velocidade em que se modificam é quase que incontrolável, tanto na Internet como nos meios formais de produção da informação, é necessário selecionar as fontes de informação, tendo como base critérios de qualidade que auxiliem no momento da escolha por determinado item ou fonte informacional. Tomaél e outros afirmam que:

As fontes de informação disponíveis na Internet [e no meio convencional impresso] devem ser utilizadas com cautela. As selecionadas para uso devem ser filtradas por critérios de avaliação que analisem tanto conteúdo, quanto a representação da informação. (2004, p. 20).

A seleção permite definir o universo de informações a que um grupo de usuários poderá ter acesso (VERGUEIRO, 2010), ou seja, o objetivo da seleção de itens

informativos é duplo, ele deve suprir as demandas e necessidades dos usuários e servir de instrumento para que possa ser realizada a avaliação de fontes de informação que poderão ser utilizadas pelos usuários de informação. Vergueiro aponta que: “Não simplesmente definir quais os melhores [recursos] mas, isto sim, quais os melhores para um determinado conjunto de usuários [...]” (2010, p. 11).

A seleção pode ser entendida como uma ação que visa avaliar diferentes fontes de informação sob diversos aspectos, permitindo a aplicação de princípios, métodos e critérios que servem para verificar a qualidade dos recursos informativos e possibilitar a seleção da melhor maneira possível, junto aos objetivos que se pretende alcançar e em relação aos usuários. Primeiramente é preciso levar em conta aspectos gerais que influenciam a seleção de modo a permitir a definição de possíveis critérios, que só poderão ser estabelecidos depois de se identificar o assunto (o que?) e a comunidade usuária (para quem?). Tomaél, Alcará e Silva consideram que a

[...] qualidade de fontes de informação diz respeito a fontes adequadas para o uso em contextos específicos; em outras palavras, são fontes que contêm um conjunto de atributos suficientes para atender a necessidades amplas e específicas, que possam contribuir com uma comunidade de usuários ou com usuários individuais que necessitem de informações personalizadas. (2008, p. 7).

Além disso, independente do tipo de fonte de informação, de maneira geral, qualquer que seja a sua natureza, digital ou impressa, devem ser satisfeitas três condições básicas que garantam seu valor em consideração aos usuários. Estas condições são: autenticidade, confiabilidade e acessibilidade (CARRIZO SAINERO; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ; QUINTANA SÁENZ, 1994). Martín Vega (1995, p. 49), ainda inclui a utilidade como característica que deve ser encontrada nos itens informativos para que se tornem relevantes em determinado contexto.

A autenticidade tem relação com a comprovação da origem da fonte, devendo esta fornecer dados suficientes para sua identificação. Um documento pode ser considerado autêntico quando permite, por algum procedimento, a verificação de sua origem, fornecendo dados objetivos, suficientes para reconhecer a autoria da obra, o editor, ano de edição, etc. (CARRIZO SAINERO; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ; QUINTANA SÁENZ, 1994).

A confiabilidade diz respeito a validade das informações fornecidas, podendo estas ser confiáveis ou não. Alguns dados que revelam a credibilidade são verificáveis de acordo com argumentos ou provas fornecidas na própria fonte. Segundo Martín Vega (1995), o documento é confiável se a informação contida procede de autoria qualificada e de renome,

ou de editoras especializadas e com reconhecido prestígio em determinada área, além de transmitir informações corretas, atualizadas e válidas.

A acessibilidade permite o pleno uso das fontes e itens informacionais. Nem todos os recursos apresentam as mesmas facilidades ou dificuldades de acesso. Os documentos editados de maneira impressa são mais fáceis de obter quando são publicados e comercializados, porém também há de se considerar a existência de impressos de caráter reservado ou privado (MARTÍN VEGA, 1995), também conhecidos como literatura cinzenta, ou ainda aqueles documentos administrativos derivados de instituições, que podem ter restrições de acesso, como o pagamento, ou ainda ter caráter confidencial. Os documentos eletrônicos caracterizam-se pela facilidade de acesso, contudo sua localização e utilização podem ser prejudicadas devido a diversos fatores já apresentados anteriormente, que diminuem o seu potencial de acessibilidade. Um documento será acessível se puder ser localizado e obtido mediante qualquer procedimento ou serviço (CARRIZO SAINERO; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ; QUINTANA SÁENZ, 1994), como por exemplo, através de aquisição no comércio livreiro ou editorial, empréstimo, doação ou consulta a Internet.

A utilidade da fonte de informação dependerá do seu valor intrínseco, da matéria ou disciplina de que trata o documento ou recurso informacional, tem relação direta com o uso que as pessoas (usuários) fazem da informação, e o contexto social a que se propõe a atender, revela a aceitação ou adequação do conteúdo às necessidades e expectativas dos usuários (MARTÍN VEGA, 1995). A utilidade também pode referir-se à obsolescência, pois um documento somente se torna útil se for atualizado ou ainda tiver validade para os propósitos almejados. Segundo Carrizo Sainero, Irureta-Goyena Sánchez e Quintana Sáenz (1994), qualquer documento tem uma vida relativa e variável, dependendo de vários fatores que devem ser considerados, como a qualidade das informações e a temática abordada. Alguns documentos podem tornar-se obras clássicas devido à sua importância para a ciência, independente da sua data de criação. Guinchat e Menou afirmam:

O tempo de vida de um documento ou de uma unidade documental depende do seu valor intrínseco, da disciplina ou domínio tratado, do seu grau de atualidade, de sua pertinência em relação ao estado dos conhecimentos, e dos objetivos da unidade de informação e das necessidades dos usuários. (1994, p. 51).

Contudo, a obsolescência não afeta por igual todos os campos do conhecimento. Campos científicos e áreas de tecnologia possuem um processo rápido de desatualização e produção imediata de documentos. Diferentemente das áreas das humanidades que utilizam

também materiais e dados retrospectivos, obras que podem permanecer vigentes durante mais tempo.

Após o estabelecimento dos grandes critérios de seleção que refletem sobre os aspectos gerais que influenciam o processo de seleção, que conforme Vergueiro (2010, p. 10): “Pode-se afirmar que existe uma gradação de critérios de seleção, alguns mais amplos do que outros.”, ou seja, é preciso refinar e determinar critérios mais pontuais e objetivos que permitam avaliar e qualificar os recursos informacionais de maneira a selecionar somente aqueles que realmente possuam as características necessárias para suprir determinada demanda informacional. Segundo Dias e Pires (2005) a avaliação deve ser realizada a partir do estabelecimento de critérios adequados que considerem aspectos intrínsecos referentes ao conteúdo, público e objetivo a que se propõem; e quanto aos aspectos extrínsecos que tratam da forma física do documento.

Na literatura existe uma porção de critérios que podem ser utilizados para avaliar a qualidade e definir a adequação dos recursos informacionais, levando em consideração vários aspectos, que podem ser adequados independente do suporte da informação ser impresso ou digital. Segundo Vergueiro: “Seja qual for o meio utilizado, deve-se ter em mente que o fim almejado é o fornecimento da informação desejada/necessária ao menor custo possível [...] e com o maior nível de satisfação do usuário.” (2010, p. 105).

Tomaél, Alcará e Silva (2008) estabelecem indicadores para avaliar a qualidade das fontes e recursos informacionais especialmente na Internet, possibilitando selecionar informação de qualidade no ambiente da *web*. No entanto, estes indicadores podem ser adequados e utilizados de modo a atender todos os tipos e suportes informacionais, considerando-se as formas de acesso e suas características particulares. Oleto³ (2006 *apud* TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2008, p. 5) afirma que “[...] atualmente, diante do crescente acúmulo de informações e das diferentes formas de acesso a elas, o principal problema está em selecionar as informações que tem qualidade e saber quais os parâmetros que indicam a qualidade dessas informações no processo de seleção.”. Sendo assim, os critérios de qualidade servem para subsidiar a escolha ou não por uma determinada fonte de informação, assim como justificar a sua utilização para suprir certa demanda ou necessidade informacional.

Tomaél, Alcará e Silva (2008) apresentam seis indicadores de qualidade que podem ser utilizados para análise e avaliação de fontes e recursos informacionais, para cada indicador

³ OLETO, Ronaldo Ronan. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006.

é designado um conjunto de critérios que auxiliam a determinação da qualidade a partir de parâmetros pré-estabelecidos. Os indicadores, com seus respectivos critérios são:

- a) arquitetura da informação. Critérios: mídias, acessibilidade, usabilidade, organização, navegação, hipermediação, rotulagem, busca, segurança e interoperabilidade;
- b) aspectos intrínsecos. Critérios: precisão, facilidade de compreensão e clareza, objetividade, consistência e relevância, atualização, integridade e alcance;
- c) credibilidade. Critérios: autoridade/confiabilidade e responsabilidade;
- d) contextuais. Critérios: conveniência, estabilidade, adequação e facilidade de manuseio;
- e) representação. Critérios: adequação da representação do assunto, clareza da definição e precisão de domínios, representação concisa e consistente;
- f) aspectos de compartilhamento. Critérios: arquitetura de participação, produtor e consumidor e folksonomia (*tagging*).

Dentre os indicadores apontados por Tomaél, Alcará e Silva (2008), cabe destacar e descrever aqueles que permitem a avaliação da qualidade do conteúdo, pois é o conteúdo inserido na fonte ou recurso informacional que mais importa para o usuário da informação e aos propósitos pretendidos por esta pesquisa. Os outros aspectos também são relevantes para avaliar a qualidade das fontes de informação. Contudo, servem para realizar uma avaliação mais apurada nas fontes disponibilizadas somente na Internet, e se referem aos serviços e infra-estrutura característicos desse tipo de fonte, critérios que neste estudo não se pretende analisar.

Os indicadores que tratam da análise do conteúdo são: os aspectos intrínsecos, de credibilidade e os contextuais. Segundo as autoras os aspectos intrínsecos avaliam a qualidade do conteúdo disponibilizado na fonte com relação ao usuário que se quer atender. A partir deste indicador são analisados os seguintes critérios:

- a) precisão: verificação da veracidade e coerência da informação, devendo esta estar correta, objetiva e atender aos propósitos do usuário;
- b) facilidade de compreensão: as informações devem ser claras e precisas, ser de fácil interpretação e entendimento;
- c) objetividade: verifica se as informações são fundamentadas e com visão imparcial. Presença de apologias, preconceito e informações sem confirmação diminui a qualidade da fonte;

- d) consistência e relevância: avaliação da cobertura de assuntos. Abordagem do conteúdo com coerência e profundidade necessária para manter a consistência. Utilidade e aplicabilidade das informações veiculadas na fonte de acordo com seus propósitos;
- e) atualização: indicações de datas de atualização e indícios que revelem a preocupação e realização de manutenção da fonte.
- f) integridade: verificação das informações disponíveis, em quantidade suficiente para atender os objetivos a que se propõe a fonte. Trata da completude e concisão das informações;
- g) alcance: refere-se a amplitude da informação. Trata da profundidade e detalhamento do conteúdo disponível na fonte.

O indicador de credibilidade refere-se à confiabilidade das informações, trata da origem, criação e a forma como o conteúdo está disponível, ou seja, revela a autoria e/ou responsável pela fonte, permite perceber o valor e a relevância das informações. Por meio deste indicador é possível analisar os critérios a seguir:

- a) autoridade/confiabilidade: trata sobre a autoria, organizador ou compilador da fonte. Indicação da especialidade e credibilidade do autor, assim como a consistência e significância de suas produções;
- b) responsabilidade: identificação do responsável pela fonte, podendo ser entidade ou pessoa física. Identificação de dados que caracterizam a fonte, presença de título, apresentação das credenciais do autor, explicitação dos objetivos, propósitos e público a ser atendido.

Segundo as autoras os aspectos contextuais tratam sobre a adequação dos recursos e fontes de informação com relação à comunidade que se pretende atender, é possível perceber se a informação é útil e adequada às atividades desenvolvidas pelos usuários. A partir deste indicador pode-se considerar os seguintes critérios:

- a) conveniência: disponibilidade da informação, conteúdo atualizado e oportuno, condizente ao público alvo;
- b) estabilidade: fornecimento de informações de maneira estável e ilimitada, organizada para facilitar a recuperação;
- c) adequação: equilíbrio e coerência entre o conteúdo, a linguagem empregada e os objetivos da fonte com relação aos usuários;
- d) facilidade de manuseio: trata da utilização dos recursos disponíveis na fonte sem dificuldades.

A definição de critérios para realizar a avaliação deve ser coerente com os objetivos da seleção. No entanto, haverá critérios específicos para cada tipo de documento ou fonte devido às suas particularidades, devendo ser elaborados critérios complementares para os diferentes recursos informacionais. Além de criar e estabelecer um conjunto de diretrizes que visam guiar as ações, e critérios para facilitar a tomada de decisão sobre a seleção de fontes de informação, é necessário haver coerência sobre o julgamento do valor das fontes de informação, pois somente uma informação precisa e selecionada de acordo com perfil do usuário será útil.

Neste estudo a avaliação de cada fonte informacional em relação aos recursos disponíveis e as prioridades definidas resultou em uma compilação de fontes e recursos selecionados conforme os interesses da pesquisa e necessidades da comunidade escolar, tornando mais fácil o acesso, a recuperação e a disseminação de informações que tratem sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira no âmbito educacional. Por fim, o bibliotecário é capacitado para localizar, selecionar e disponibilizar informações adequadas e pertinentes ao público que pretende atender, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e que valorize a diversidade cultural. Sendo que propicia a interação entre as pessoas e o conhecimento disponível na *web* e nos meios tradicionais.

4 METODOLOGIA

O processo de pesquisa é a atividade que visa o desenvolvimento da construção do conhecimento científico. A pesquisa científica tem como finalidade promover e incentivar a investigação, seja da sociedade, suas atividades, seus sujeitos e seus recursos. Objetiva entender e tentar modificar a realidade por meio de estudos e envolvimento com os problemas. A realização de uma pesquisa por estudantes e pesquisadores permite a construção de novos conhecimentos a partir de diferentes informações e visões, desenvolvendo o senso crítico individual e o pensamento reflexivo acerca do mundo e dos problemas sugeridos. Sendo assim, pode-se definir pesquisa como um

[...] procedimento intelectual em que o pesquisador tem como objetivo adquirir conhecimentos por meio da investigação de uma realidade e da busca de novas verdades sobre um fato (objeto problema). Com base em métodos adequados e técnicas apropriadas, o pesquisador busca conhecimentos específicos, respostas ou soluções para o problema estudado. (FACHIN, 2005, p. 141).

Para o exercício da pesquisa e para que objetivos estabelecidos sejam atingidos é importante que fique claro como será desenvolvida esta atividade. Deste modo, a metodologia surge como um conjunto de normas que possibilitam o desenvolvimento de métodos e técnicas de maneira sistemática para se chegar ao conhecimento, ou seja, são procedimentos fundamentais para a culminância da pesquisa.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa será apresentada a fim de estabelecer o tipo de estudo e a abordagem do problema, expor o objeto estudado, e definir os instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta de dados. Deve também mostrar como será o tratamento e a apresentação dos dados identificados e coletados, assim como apresentar as limitações metodológicas. Pretende-se assim, apresentar os passos definidos para o desenvolvimento do trabalho.

4.1 TIPO DE ESTUDO E ABORDAGEM

Esta pesquisa se propõe a identificar fontes de informação que tratem acerca da história e cultura de índios e afro-brasileiros que sejam adequadas ao contexto escolar. Posteriormente visa-se organizar e tornar acessíveis as informações encontradas para possibilitar sua disseminação e utilização nas escolas e bibliotecas. Conforme esta finalidade, o estudo foi considerado do tipo exploratório, prevendo a investigação a partir da

aproximação com o objeto de estudo e seu contexto. Buscou-se no estudo exploratório as respostas para entender e solucionar o problema de pesquisa. Conforme Gil:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (2006, p. 43).

Apesar de classificar o estudo como exploratório, em que se quer familiarizar-se com o problema e contribuir para sua explicação, este estudo também possui um viés descritivo, pois se pretende identificar e estudar as características das fontes de informação encontradas, descrevendo seus aspectos e como elas se apresentam. Gil salienta que “[...] há pesquisas que embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.” (2006, p. 44).

O estudo das fontes e recursos informacionais com vistas ao seu levantamento, exploração e identificação foi elaborado a partir da pesquisa documental. A pesquisa documental como método e técnica tem como base o estudo dos documentos e das informações neles contidas. Possui a finalidade de organização, representação e descrição dos documentos para facilitar sua recuperação. Conforme Moreira pesquisa documental é

[...] muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos. (2009, p. 276).

Assim, a pesquisa documental pode ser definida como aquela que consiste na coleta, classificação, seleção e utilização de toda espécie de informações, compreendendo também os procedimentos que facilitam a sua busca e a sua identificação (FACHIN, 2005). Servindo aos propósitos do estudo em questão a análise documental pode “[...] se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Sendo assim, o estudo teve como foco a abordagem qualitativa mais adequada ao tipo de pesquisa realizada. Segundo André⁴:

A pesquisa qualitativa envolve a descrição dos dados obtidos pelo pesquisador através do contato direto com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes diante dos fatos que envolvem o contexto social [...]. (1995, p. 18 *apud* RIVERO, 2007, p. 290).

⁴ ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

A abordagem empregada no tratamento dos dados foi qualitativa, significando que o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo foi constante, aplicando métodos de avaliação e análise visando identificar seu valor de forma interpretativa e descritiva. Este estudo procurou evidenciar a identificação de fontes informacionais que abordam temáticas relacionadas aos indígenas e afro-brasileiros passíveis de uso na educação de escolares.

4.2 OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo refere-se ao fenômeno que se quer pesquisar. O objeto deve ser conhecido e explorado a partir de observações, que possibilitaram a sua análise para cumprimento do objetivo da pesquisa.

Nesta pesquisa o objeto de estudo são as fontes e recursos informacionais dedicados a história e cultura afro-brasileira e indígena que foram consideradas úteis para possibilitar a aplicação da Lei Federal n. 11.645, de 2008 (ANEXO A), e se mostraram importantes na formação dos estudantes nas escolas e acessíveis a biblioteca escolar que vise fornecer informações adequadas para possibilitar a inclusão dessas temáticas no currículo de ensino e promover a diversidade cultural no âmbito escolar.

As fontes levantadas para o estudo foram: as fontes pessoais, documentais, institucionais e eventos como fontes de informação, acessíveis principalmente via Internet, pois esta também se constitui uma das principais fontes informação documental da atualidade que possibilita o acesso às demais.

Dentre as fontes documentais foram privilegiadas as recentes e atuais, sendo que somente as fontes publicadas e criadas a partir de 2008 foram analisadas, delimitando-se um período de quatro anos. Excepcionalmente foram incluídas as fontes anteriores à data estipulada, incluídas por serem consideradas obras clássicas e úteis para o estudo. Estudaram-se somente as fontes e recursos em língua portuguesa devido ao público-alvo que se quer atingir na pesquisa.

Quanto às fontes institucionais e eventos, deu-se preferência por aquelas de origem local e regional, sendo assim as entidades localizadas e atividades realizadas no Estado do Rio Grande do Sul tiveram destaque. As fontes que atendem a estas tipologias e são de escopo nacional ou de outras regiões do Brasil, como o nordeste, que se preocupam com questões étnicas e raciais, também foram incluídas quando houve a possibilidade do seu estudo através da Internet e percebeu-se a sua utilidade para os propósitos da pesquisa.

Atentou-se para que as fontes selecionadas como objetos de estudo fossem livres de apologias ou divulguem informações tendenciosas a qualquer tipo de violação ou crime.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Para a realização da pesquisa é necessário fazer a escolha de instrumentos para a coleta de dados que satisfaçam os objetivos do estudo e auxiliem o levantamento de informações imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa, possibilitando a padronização desse procedimento. O instrumento de coleta de dados pode associar-se a outras técnicas, como também pode ser aplicado de forma independente. Sendo assim, o instrumento de pesquisa deve ser escolhido e elaborado para atender aos propósitos e objetivos da pesquisa.

Como um estudo exploratório descritivo que pretende levantar fontes de informação e descrevê-las, optou-se pela coleta de dados através do procedimento de pesquisa documental que “[...] é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho.” (SEVERINO, 2002, p. 124).

A identificação das fontes e recursos informacionais ocorreu primeiramente através da formulação de estratégias de busca para guiar a pesquisa na Internet e utilização de materiais de referência da área para possibilitar a recuperação de informações pertinentes à finalidade da pesquisa.

O levantamento ocorreu de forma a selecionar as fontes e recursos informacionais. Para isto, foram utilizados parâmetros de qualidades para avaliar a qualidade e adequação de cada item informacional para o meio educacional. Estes parâmetros serviram de subsídio para a escolha ou não de uma determinada fonte de informação, justificando assim a sua inclusão no compêndio da pesquisa. Considerou-se para a seleção os critérios de qualidade baseados na obra de Tomaél, Alcará e Silva (2008). Estes indicadores originalmente foram criados para avaliar fontes de informação na Internet. Contudo, e devido aos objetivos da pesquisa, estes critérios foram adequados e utilizados de modo a atender todos os tipos e suportes informacionais. Dentre os indicadores apontados por Tomaél, Alcará e Silva, foram utilizados nesta pesquisa os indicadores intrínsecos, de credibilidade e confiabilidade, já apresentados em capítulo anterior.

Para a exploração das fontes de informação foi utilizado um roteiro de análise que foi adaptado da obra de Cendón (2003) e é apresentado em apêndice. O roteiro de análise apresenta uma série de aspectos que foram ser observados e considerados para melhor

conhecer os recursos informacionais. O roteiro foi utilizado principalmente para guiar o levantamento de informações necessárias ao estudo, buscando facilitar a coleta de dados para a descrição das fontes. A partir da aplicação do roteiro pode-se identificar temática e descritivamente as fontes de informação a partir de seu conteúdo, características e qualidades.

4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados foi organizado em três momentos para atender aos objetivos específicos: busca por fontes e recursos informacionais dedicados à história e à cultura de indígenas e afro-brasileiros, seleção das fontes pertinentes e posteriormente a aplicação do roteiro de análise para o levantamento de informações necessárias à descrição das fontes.

A busca pelas fontes de informação foi realizada a partir do pré-estabelecimento de uma estratégia de busca condizente com a finalidade da pesquisa. Primeiramente foram elencadas e definidas palavras-chave representativas das áreas em estudo, e seus respectivos sinônimos e variantes, que foram utilizados individualmente ou através de expressões para efetuar a pesquisa e buscar informações. O levantamento de recursos informacionais ocorreu através de consultas a fontes secundárias e fontes terciárias no meio impresso como: bibliografias, periódicos de indexação e resumo, catálogos diversos, guias de literatura, diretórios, etc.; e especialmente no ambiente digital.

Na Internet foram utilizados catálogos, guias, diretórios, bases de dados e buscadores *online*, que são ferramentas e mecanismos de busca que possibilitam a localização das informações. Entre estes estão: o Google, a Plataforma Lattes e outros. Para a pesquisa foram utilizados alguns dos instrumentos de busca que os sistemas oferecem, como pesquisa avançada, multicampos e outros recursos disponíveis para filtrar e selecionar as informações desejadas. Também foram utilizados, quando possível e necessário os operadores booleanos (*and*, *or*, *not*) e técnicas de refinamento.

As fontes já conhecidas devido à sua ampla divulgação e reconhecimento na área, como a Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades e Centro de Documentação Social da UFRGS, a FUNAI, o Ministério da Cultura e Instituições governamentais, foram estudados diretamente sem ser preciso realizar a busca nos meios informacionais. Atentou-se para os recursos informacionais que são indicados pelas fontes estudadas e que remetem para outras fontes que são similares ou relacionadas.

As fontes de informação encontradas foram examinadas para proceder à seleção. A seleção foi realizada a partir da aplicação dos critérios de avaliação de qualidade já apresentados na seção anterior. Os recursos informacionais considerados adequados e pertinentes aos propósitos da pesquisa tornaram-se objetos de estudo.

4.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Selecionadas as fontes de informação, objetos de estudo, foi preciso tratá-las através de técnicas de análise que procedem do exame dos itens informacionais. Os recursos apresentados na Internet e no ambiente digital foram estudados no próprio *site* eletrônico. As fontes documentais foram analisadas sob os diferentes tipos de leitura, dependendo de sua forma e suporte. Algumas fontes institucionais e eventos foram observados e analisados *in-loco* quando possível. Já as fontes pessoais foram estudadas a partir de diretórios ou através de contatos por *e-mail*, telefone ou pessoalmente, que se fizeram necessários e possíveis.

O trabalho se concentrou na identificação de cada fonte e recurso informacional selecionado para melhor representá-los e possibilitar seu acesso e recuperação. O tratamento dos dados foi realizado com base na análise documental e utilização do roteiro de análise já apresentado.

A técnica de análise documental foi empregada para a identificação das fontes e recursos informacionais que se deseja conhecer. A análise documental pode ser entendida como o tratamento documentário do conteúdo dos itens informacionais, independente de sua forma, que tem como finalidade representar o teor das informações contidas nestes itens de maneira condensada. Para melhor entendimento Moreira explica que:

A análise documental processa-se a partir de semelhanças e diferenças, é uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que tem como objetivo descrever, representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação [...]. (2009, p. 276).

Para a realização da análise documental são necessários procedimentos ou métodos de análise. Neste sentido, o tratamento dos dados para a identificação das fontes e recursos de informação seguiu os preceitos da técnica de análise documental apresentados por Fonseca Junior (2009) no que se refere à categorização das fontes, definição das áreas temáticas e descrição da sua forma e conteúdo.

As fontes de informação selecionadas para este estudo obedecem à definição de tipologia relativa a origem estipulada por Villaseñor Rodrigues (1998). Portanto, as fontes

documentais foram categorizadas em fontes documentais (incluindo as bibliográficas), fontes pessoais, fontes institucionais e eventos como fontes de informação. A partir da análise temática pudemos definir os temas principais e secundários dos itens informacionais de forma a atender o problema pesquisado (RICHARDSON et al., 2010). Os temas principais definem o conteúdo veiculado na fonte de forma genérica apontando para o tema central abordado, já os temas secundários especificam diversos aspectos incluídos no tema principal. Os temas deste estudo são os relacionados à cultura e história de indígenas, à história e cultura de afro-brasileiros e assuntos mais específicos que se referem a essas etnias.

Nesta pesquisa o tratamento dos resultados consiste prioritariamente na descrição das fontes de informação observadas e a representação do seu conteúdo. Todas as fontes de informação selecionadas para fazer parte da pesquisa foram descritas individualmente com auxílio e aplicação do roteiro de análise.

Com o pleno desenvolvimento da metodologia a partir da sua elaboração e aplicação foi possível, dentro das limitações, identificar as fontes de informação que tratam sobre a história e cultura de índios e afro-brasileiros que podem ser utilizadas para atenderem à aplicação da Lei Federal n. 11.645/2008, que exige a abordagem das referidas temáticas no âmbito escolar.

4.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações do estudo referem-se às dificuldades encontradas para o desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa. Como fatores limitantes para elaboração deste estudo destacaram-se algumas problemáticas.

A quantidade de fontes de informação encontradas e analisadas foi decorrente do período estipulado para realizar o levantamento das fontes, portanto não será em quantidade desejável e suficiente para se ter noção da totalidade das fontes existentes. Contudo, não se trata de um levantamento com listagem exaustiva, mas sim uma pesquisa que visa indicar e detalhar as fontes pertinentes e adequadas que possam servir de instrumento de ensino e aprendizagem da história e cultura de índios e afro-brasileiros.

Algumas fontes de informação existentes não puderam fazer parte do estudo. Muitas porque não apresentaram informações suficientes para análise e outras por terem o acesso restrito, dificultando a coleta de dados. Houve também a impossibilidade de conhecer pessoalmente determinadas instituições para melhor analisá-las, devido a distância de sua localização e o tempo que seria despendido para tal.

A inexistência de estudos que abordem as fontes de informação como recursos para a promoção da diversidade cultural no âmbito escolar também foi um fator limitante, devido ao ineditismo do estudo.

A reaproximação da pesquisadora com aos assuntos relativos à história dos índios e os afro-brasileiros foi dificultada por estes terem sido restritos ao saber adquirido na escola. Com isto, a bibliografia para a composição da revisão de literatura foi buscada em fontes e meios dedicados ao tema, sendo também necessário recorrer à consulta a especialistas em educação e história brasileira, que foram imprescindíveis para a seleção de materiais para elaboração da base teórica. As informações obtidas foram analisadas e posteriormente relacionadas, tendo sido necessária uma releitura e um aprofundamento sobre a temática para possibilitar a construção de um novo conhecimento.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação dos resultados obtidos a partir da busca, seleção e análise dos itens informacionais foi realizada a fim de expor as fontes de informação encontradas e consideradas relevantes para proporcionar informações sobre a cultura e história de indígenas e afro-brasileiros adequadas ao contexto escolar. As fontes e recursos informacionais foram apresentados primeiramente pelo assunto geral abordado nas fontes, sendo analisadas separadamente e divididas em fontes para o estudo de indígenas, fontes para o estudo de afro-brasileiros e fontes que atendem as duas temáticas. Posteriormente foram categorizadas conforme tipologia em fontes pessoais, institucionais, documentais e eventos.

As fontes foram listadas em ordem alfabética. Possuem entrada e são indicadas pelo seu título ou nome, sendo que as letras são destacadas em negrito e caixa alta. No caso das instituições os seus nomes foram indicados por extenso, tendo ao lado a sua sigla entre parênteses. Esta organização foi estipulada para facilitar o encontro e localização de cada tipo de fonte desejada, com o objetivo de compilar as fontes que antes se encontravam dispersas.

As fontes elencadas foram descritas individualmente a partir das informações fornecidas pelas próprias fontes a fim de realizar o seu detalhamento. Assim, as informações apresentadas foram utilizadas na forma como se apresentam nas próprias fontes, sendo em princípio reelaboradas e/ou resumidas. A descrição das fontes baseia-se na apresentação de informações referentes à identificação, descrição do conteúdo e forma. São textos que descrevem suas principais características, objetivos e utilidade para os propósitos do estudo, e contêm informações suficientes para representar, identificar e mostrar a validade de cada fonte informacional selecionada e incluída na compilação. Contudo, algumas fontes tiveram análise mais superficial, tendo sido tratadas de modo mais sucinto, pelo fato de não apresentarem maiores informações.

As fontes de informação selecionadas e destacadas neste trabalho são majoritariamente fontes que se apresentam no formato digital e encontram-se na Internet pois, como já vimos, esta é considerada um importante meio de comunicação e acesso a informações de todo o tipo. Ressalta-se que atualmente as tecnologias estão mais acessíveis aos meios educacionais de ensino da rede básica e aos educadores de maneira geral, servindo de apoio para sua capacitação e desenvolvimento profissional, o que interfere diretamente na melhoria da educação. Sendo assim, os recursos e fontes informacionais arrolados no estudo revelaram-se pertinentes ao contexto atual e, conforme a finalidade da pesquisa, fornecem informações com

credibilidade que podem ser utilizadas no âmbito escolar para a promoção da diversidade cultural, assinalando assim a sua contribuição para a área.

As fontes pessoais relacionadas foram escolhidas levando em consideração o seu reconhecimento e autoridade nas áreas de estudo a que se dedicam, e ainda pela sua participação no desenvolvimento de projetos e atividades que difundam esse conhecimento. Com isto, procurou-se elencar especialistas na área de educação, história e aspectos culturais de indígenas e afro-brasileiros. Além das pessoas-fonte, são apresentados diretórios que podem dar acesso a grupos de pesquisas e a outras pessoas que também podem contribuir para a promoção da diversidade cultural em âmbito escolar. Cabe salientar que se optou pela seleção de estudiosos do Rio Grande do Sul para facilitar o contato e acesso a eles. Na descrição das fontes pessoais foram apresentados dados de identificação como endereço profissional, telefones e *e-mail*.

As fontes institucionais selecionadas para este estudo foram aquelas que apresentaram atividades ligadas à educação, ao ensino e à cultura; que se preocupam com as questões relacionadas aos grupos étnicos da pesquisa, indígenas e afro brasileiros, e ainda se revelaram pertinentes para esta pesquisa. A maioria das fontes institucionais indicadas possui caráter governamental, pois entende-se que é dever do Estado promover a inclusão desses grupos na sociedade e sua valorização frente a realidade de discriminação.

As instituições arroladas mostraram-se importantes fontes de informação por possibilitarem acesso a especialistas das áreas em foco e que podem prestar auxílio e informações para educadores e escolares. Também se revelaram-se úteis na medida em que desenvolvem projetos e atividades diversas para a comunidade escolar ou ainda oferecem cursos ou treinamentos, tanto para a capacitação dos professores como para interessados na temática. As instituições apontadas também foram consideradas imprescindíveis fontes de informação por causa da produção e disponibilização de documentos e publicações, ou ainda pelo fato de reunirem materiais informacionais de grande relevância para a pesquisa, ensino e aprendizagem da cultura e história dos índios, da África e dos afro-brasileiros nas escolas. Na análise de cada entidade são apresentadas informações sobre endereço e meios de contato. O *site* institucional de cada organização que possui este recurso também foi analisado, pois apresentam conteúdo relevante e interessante para o estudo, mostrando-se assim importantes fontes de informação na Internet.

Os eventos elencados se mostraram fonte de informação importante, pois a partir da realização dessas atividades é possível oportunizar o contato direto com pessoas ligadas ao movimento negro e indígena, e ainda conhecer de maneira diferenciada seus costumes, cultura

e história. Tornam-se assim, locais apropriados para desfazer estereótipos e vivenciar experiências que possam contribuir para que escolares valorizem as diferenças e pratiquem o respeito pelo outro. A maior parte dos eventos indicados possui âmbito regional, pois se teve a intenção de divulgar aqueles de que as escolas gaúchas possam participar com maior facilidade. São apresentadas informações sobre a localidade e período do ano em que ocorre o evento, e também remetem para órgão organizador que pode prestar maiores informações.

O levantamento das fontes documentais partiu do pressuposto que os recursos informacionais utilizados como materiais de ensino e aprendizagem adotados pelas escolas devem atender e ir ao encontro da proposta pedagógica estabelecida por cada instituição de ensino. Neste sentido, deu-se preferência pela seleção de fontes documentais secundárias e terciárias específicas de uma área ou abrangentes, ou seja, foram listadas bases de dados, catálogos, portais e *sites* de projetos disponíveis na Internet que permitem acesso e conhecimento da existência de outras fontes. Espera-se com isto fornecer fontes imprescindíveis que possibilitem que bibliotecários e professores selecionem aqueles materiais que atendam às expectativas e necessidades educacionais e se mostrem adequadas aos propósitos da instituição de ensino. Contudo, também são indicadas algumas fontes documentais e bibliográficas entre livros, periódicos, blogs e objetos multimídia que se mostraram bastantes pertinentes para a finalidade da pesquisa. No tratamento das fontes documentais, especificamente as bibliográficas, será mostrada também a referência completa conforme a NBR 6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A seguir são apresentadas as fontes de informação que foram consideradas relevantes e válidas para propiciar o estudo da história da África, e os aspectos históricos e culturais de indígenas e afro-brasileiros no ambiente educacional.

5.1 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA O CONHECIMENTO DOS INDÍGENAS

As fontes de informação selecionadas para possibilitar o estudo da história e cultura dos indígenas são apresentadas a seguir. Estas foram consideradas úteis para subsidiar educadores no desenvolvimento de ações que abordem a temática no ambiente escolar e visem à educação de escolares. As fontes elencadas estão categorizadas em fontes pessoais, institucionais, eventos e documentais.

5.1.1 fontes pessoais

As fontes pessoais elencadas para o acesso a informações referentes aos indígenas são apresentadas de modo a destacar pessoas-fonte que podem contribuir com o seu conhecimento para disseminação de informações interessantes e relevantes. As informações apresentadas sobre as pessoas-fonte foram baseadas em textos certificados ou elaborados pelo próprio autor e disponível na Plataforma Lattes.

MARIA APARECIDA BERGAMASCHI⁵: licenciada em Educação Artística pela Universidade de Passo Fundo e em História pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências e Letras. É mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutora em Educação pela UFRGS. Hoje Bergamaschi é pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atua como professora na Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS. Pesquisa preferencialmente sobre educação indígena e ensino de história tendo diversas publicações sobre esta temática. Faz parte do Grupo de trabalho que trata sobre o Ensino de História e Educação (ANPUH-RS) e do Núcleo de Estudos Educação e a Gestão do Cuidado (FACED-UFRGS).

Endereço Profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Básicos. Av. Paulo da Gama, 110 Centro 90046-900 - Porto Alegre, RS – Brasil.

Telefone: (51) 3308-3266, Ramal: 4153.

E-mail: <cidabergamaschi@terra.com.br>

SERGIO BAPTISTA DA SILVA⁶: graduado em Letras, especialista em História do Rio Grande do Sul, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Hoje é professor no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social e no Curso de Especialização PROEJA para indígenas, na UFRGS. Coordenador do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS). Baptista é editor do periódico eletrônico Espaço Ameríndio. Também participa do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (África Ocidental) como professor convidado. Tem

⁵ CNPq. PLATAFORMA LATTES. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/6634410343670618>>. Acesso em: 24 out. 2012

⁶ CNPq. PLATAFORMA LATTES. Disponível em:<<http://lattes.cnpq.br/9943826446885266>>. Acesso em: 24 out. 2012

experiência na área de Antropologia, com destaque na etnologia indígena e populações afrodescendentes. Atua especialmente nas áreas de identidade étnica, arte indígena, cultura material e sociocosmologia, territorialidade, etnoarqueologia e educação escolar indígena.

Endereço Profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Antropologia. Av. Bento Gonçalves, 9.500 - Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais/NIT. Agronomia 91509-900 - Porto Alegre, RS – Brasil.

Telefone: (51) 3308-6636

E-mail: <sergiobs@terra.com.br>

ZAQUEU KEY CLAUDINO⁷: pedagogo formado pelo Centro Universitário Metodista IPA e especialista em educação profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA). Atualmente é professor da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fag Nhin. Realiza atividades comunitárias em prol do fortalecimento e valorização da cultura Kaingang. Promove a dança típica cultural, cânticos em língua Kaingang e luta pelas políticas públicas de caráter afirmativo. Reconhecido há quatro anos pela comunidade Kaingang da região como líder sacerdote bilingue (PĚJ), membro revitalizador da cultura indígena.

Endereço Profissional : Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Fág Nhin, SEC - 1 CRE POA. Estrada João de Oliveira Remião 9105 - Aldeia Indígena Kaingang Lomba do Pinheiro. 91787-750 - Porto Alegre, RS – Brasil.

Telefone: (51) 3315-5415

E-mail: <zaqueukaingang@yahoo.com.br>

5.1.2 Fontes institucionais

As fontes institucionais arroladas para o conhecimento da história e cultura dos povos indígenas serão apresentadas a seguir. Estas fontes foram selecionadas por constituírem-se em locais adequados para o levantamento de informações pertinentes ao estudo, especialmente para a área da educação, sendo que disponibilizam documentos e organizam atividades variadas que possibilitam o acesso a informações sobre os índios brasileiros.

⁷ CNPq. PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4477375261613037>>. Acesso em: 24 out. 2012

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI): é uma organização não-governamental constituída juridicamente como associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas com formação e experiência qualificadas na questão dos povos indígenas do Brasil. O portal remete para a biblioteca digital do Centro de Trabalho Indigenista (Bd). A Bd é uma fonte de informação bastante relevante, pois apresenta-se como um recurso que possibilita o acesso uma série de documentos, entre fotos, vídeos, livros e textos, objetos de cultura material, disponíveis para consulta e para *download*, que abordam a temática indígena. Também disponibiliza livros didáticos e paradidáticos, são materiais produzidos no trabalho de atuação junto às políticas de educação escolar indígena realizado pelo CTI.

Endereço: Rua Euclides de Andrade, 29, Jardim Vera Cruz - São Paulo – SP, CEP 05.030-030 (SEDE).

Telefone: (11) 2935-7769 e 2935-7768

E-mail: <contato@trabalhoindigenista.org.br>

Site: <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/>>

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI): órgão federal que atua desde 1967 a favor dos interesses dos índios brasileiros, tem como objetivo principal promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas e possibilitar a conservação e proteção das terras indígenas. A FUNAI mantém a Biblioteca Curt Nimuendajú com uma coleção de obras especializadas nos assuntos indigenistas. O *site* institucional traz Informações sobre a história dos índios brasileiros, sobre as políticas e as terras indígenas. Possui ainda uma sessão especial em que divulga a cultura indígena através de sons nativistas e música indígena, galeria de fotos que retratam a arte e cultura indígena e seus diferentes povos, mapas com as delimitações atuais das terras indígenas e apresenta biografias resumidas de alguns personagens importantes que contribuíram para as questões indígenas, como Marechal Rondon e Darcy Ribeiro. Na página da instituição também pode-se ter acesso a relatórios, cartilhas e publicações acadêmicas, entre revistas e livros que abordam a temática, além de uma pequena bibliografia sobre direito e povos indígenas. A FUNAI realiza a seleção e disponibiliza em seu *site* notícias inerentes aos objetivos da instituição e que tratem de assuntos voltados aos índios.

Endereço Sede: SEPS Quadra 702/902 Projeção A, Ed. Lex, CEP: 70.390-025, Brasília/DF.

Telefone: (61) 3313-3500

Endereço Rio Grande do Sul: Rua Uruguai, 2648 – Boqueirão. Passo Fundo / RS.

Telefone: (54) 3311-4233

Site: <<http://www.funai.gov.br/index.html>>

Blog: <<http://blogdafunai.blogspot.com.br/>>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA): é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O ISA foi criado em 1994, porém seu projeto teve início em 1970 a partir de outras iniciativas. O ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas as organizações são de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil.

O *site* institucional contém informações atualizadas e variadas sobre os povos indígenas do País, sobre seus territórios e a realidade em que se encontram. São textos, livros, boletins, artigos, matérias e notícias, legislação, códigos e estatutos, tabelas, gráficos, mapas e dados cartográficos sobre as terras indígenas. Todo o conteúdo é organizado em seções ou espaços específicos dentro do *site* para permitir o acesso facilitado a um conjunto qualificado de diferentes informações que envolvem a questão indígena em âmbito nacional. Os recursos em sua maioria estão disponíveis para *download*, contudo algumas publicações só podem ser acessadas mediante pagamento e estão a venda na loja virtual do ISA.

O ISA ainda promove diferentes tipos de programas que visam salvaguardar a história e cultura dos índios, assim como criar ações para proteger seus direitos individuais e coletivos. O Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas desenvolve pesquisas e análises sobre os processos de demarcação de Terras Indígenas e a criação de Unidades de Conservação. O programa tem o objetivo de divulgar informações no meio virtual a partir de um sistema de bancos de dados georreferenciados dos territórios Indígenas e áreas em geral que podem influenciar em tais demarcações.

O projeto “De Olho nas Terras Indígenas” é um painel de monitoramento socioambiental das Terras Indígenas no Brasil. Tem a finalidade de subsidiar a criação de índices e indicadores sobre Terras Indígenas no Brasil, permitindo que os problemas socioambientais ocorridos nestas áreas sejam diagnosticados e solucionados. O boletim “De Olho nas Áreas Protegidas” é uma publicação realizada pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA. Apresenta notícias e artigos que tratam sobre a análise e a situação das terras indígenas e unidades de conservação no Brasil e dos povos que nelas habitam. Ainda partindo do Programa Monitoramento foi criada uma página virtual sobre as unidades

de conservação na Amazônia brasileira, apresentando informações relevantes sobre esta questão e sobre a biodiversidade. Esta página é ilustrada com um mapa que mostra os locais de conservação e áreas protegidas que pertencem aos índios na região da Amazônia.

O projeto biodiversidade Amazônia visa divulgar informações *online* sobre os resultados obtidos da análise, avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira. O projeto já foi realizado no Macapá e no Acre. Dentre os programas do ISA ainda podemos destacar o projeto Enciclopédia digital dos povos indígenas no Brasil, O portal Povos Indígenas no Brasil e o Portal Povos Indígenas no Brasil Mirim, que serão descritos no tópico de fontes documentais.

Endereço: Av. Higienópolis, 901, Higienópolis - São Paulo, 01238-001(Sede).

Telefone: (11) 3515-8900

E-mail: <isa@socioambiental.org>

Site: <<http://www.socioambiental.org/>>

MUSEU DO ÍNDIO: o museu pertencente a FUNAI foi idealizado por Darcy Ribeiro em 1953, é uma instituição governamental que se dedicada unicamente às culturas indígenas. O Museu do Índio visa conservar, pesquisar e comunicar o seu acervo. Disponibiliza informações, realiza projetos e eventos que envolvem a preservação e a difusão das culturas indígenas com auxílio de pesquisadores, envolvimento e parceria dos índios. Os projetos da instituição buscam associar entretenimento, educação e estudo, transformando-se em fonte de referência para pesquisadores e interessados na questão indígena. Também tem ênfase no trabalho com as crianças colocando-os diante de uma forma diferente de ver e de entender o mundo.

O acervo é relativo à maioria das sociedades indígenas contemporâneas e é constituído de peças etnográficas, que incluem objetos dos povos indígenas brasileiros de uso ritual e cotidiano feitas dos mais variados materiais, como madeira, palha, argila e etc. Entre essas peças encontram-se objetos rituais, mágicos e lúdicos, instrumentos musicais e de sinalização. Possui publicações nacionais e estrangeiras especializadas em etnologia e áreas afins. Disponibiliza ainda documentos textuais de valor histórico sobre os diversos grupos indígenas. Além, de fotos e um acervo audiovisual com diversos tipos de suporte, entre filmes, vídeos, fitas sonoras e outros. O Museu sedia a Biblioteca Marechal Rondon, que pode ser considerada uma das mais completas e especializadas da América do Sul em temática indígena. O Museu desenvolve um programa editorial que prevê o preparo, edição e

a publicação de diversas obras para possibilitar a democratização e o acesso às informações sobre a situação indígena no País. Todas as obras são distribuídas gratuitamente por meio de intercâmbio com bibliotecas de instituições acadêmicas e culturais de todo o País.

O Museu do Índio utiliza a Internet para difundir informações através do *site* institucional. Há um espaço dedicado a pesquisa escolar, onde alunos podem aprender sobre questões relacionadas à cultura indígena. Divulga *links* de *sites* interessantes que abordam a temática indígena, oferece um Boletim *online* para quem deseja receber notícias sobre a programação e atividades do Museu. Disponibiliza *online* o Informativo do Museu do Índio e dissemina notícias selecionadas que são publicadas na imprensa sobre a cultura indígena e a atuação do Museu. Através da página do Museu é possível realizar uma visita virtual e conhecer seus espaços e exposições. Além disso, o Museu mantém uma base de dados, desenvolvida a partir do programa PHL, que cadastra todos os seus materiais para consulta, sendo que alguns podem ser acessados virtualmente, especialmente o acervo audiovisual.

Endereço: Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 22270-070.

Telefone: (21) 3214-8705 e 3214-8702

Site: <<http://www.museudoindio.org.br/>>

NÚCLEO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS (NPPPI):

O Núcleo faz parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) da Prefeitura de Porto Alegre. É uma estrutura administrativa voltada à abertura de espaços interétnicos e diálogo entre a gestão de políticas públicas e os indígenas da região. O NPPPI responde e presta informações referentes aos povos indígenas, e ainda desenvolve ações a partir de três eixos: a visitação continuada às áreas de vida indígenas, visando à realização de reuniões com lideranças (caciques e xamãs), especialistas (anciãos, professores bilíngues, entre outros) e comunidades indígenas; o acompanhamento de programas e políticas voltados aos povos indígenas; e a formulação de projetos de políticas públicas visando à promoção, proteção e qualidade de vida dos povos indígenas.

Realiza o projeto “Fazendo cerâmica hoje como nossos avós”, que é fruto da parceria entre comunidades kaingang, SMDHSU, SMED e DMAE com assessoria antropológica do NPPPI. O projeto consiste em oficinas de arte-cerâmica ministradas por professores e jovens artesãos estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre/EPA/SMED, dirigidas às crianças, aos jovens e adultos indígenas. Essas oficinas visam à valorização dos saberes, das técnicas e formas da cultura material kaingang, sendo mais uma alternativa de

sustentabilidade da cultura kaingang, a partir do resgate de sua relação com a produção de artefatos e solos cerâmicos.

Além das ações realizadas diretamente para as comunidades indígenas o NPPI organiza projetos que objetivam valorizar a cultura e identidades indígenas, promovendo o respeito pelas diferenças étnicas no contexto escolar. Visa subsidiar atividades relacionadas à Lei Federal nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas nas escolas. O projeto “Acervo de cultura material indígena” tem como finalidade a criação de um acervo itinerante que consta da aquisição de peças de artesanato contemporâneo mbyá-guarani, kaingang e charrua, que podem ser expostas em museus, escolas, centros culturais, universidades e outras instituições. O núcleo organiza eventos e atividades culturais e educacionais que abrangem temáticas relacionadas aos povos indígenas, e participa da elaboração de cartilhas, materiais ilustrativos e pedagógicos que geralmente são distribuídos na rede de ensino. O NPPI também realiza formação de professores e coordenadores culturais de escolas públicas, qualificando educadores para a implementação da Lei. Além disso, o Núcleo trabalha para demonstrar a cultura material indígena aos escolares, propiciando às instituições de ensino municipal o conhecimento da continuidade ambiental, histórica e sociocultural dos povos originários e dos indígenas contemporâneos.

Coordenação: Rosa Maris Rosado

Telefone: (51)3289-703 e 32897036

Endereço: Avenida Padre Cacique nº 708, 3º andar – Bairro Praia de Belas, CEP 90810-240.

E-mail: <rmrosado@sdhsu.prefpoa.com.br>

Site: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php>>

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISSINOS): Criada em 1969 a Unissinos oferece atualmente em São Leopoldo/RS o curso de pós-graduação e especialização em “A nova história indígena”. O curso objetiva capacitar e atualizar educadores do ensino fundamental, médio e também superior, para ensino da temática indígena nas escolas. A especialização permite que profissionais da educação se tornem qualificados e aptos a reconhecer e criar recursos teóricos e metodológicos para possibilitar a implementação da Lei 11.645/08 que estabelece a abordagem da temática indígena no currículo das escolas.

Coordenadores do curso: Maria Cristina Bohn Martins, *e-mail:* <mcris@unissinos.br>; e Walmir da Silva Pereira, *e-mail:* <walmir@unissinos.br>.

Endereço: Avenida Unissinos, 950 – Cristo Rei. CEP: 93.022-000 – São Leopoldo/RS.

Telefone: (51) 3591-1122

Site: <<http://www.unisinos.br/especializacao/a-nova-historia-indigena/apresentacao>>

5.1.3 Eventos como fonte de informação

Os eventos elencados que tratam sobre a temática indígena foram selecionados a fim de apresentar e divulgar as atividades e mobilizações que são realizadas em prol dos índios e da valorização das suas manifestações culturais. Os dois eventos localizados foram considerados fontes de informação úteis, pois permitem revelar os costumes e a realidade indígena para a comunidade escolar. Entre eventos apontados um ocorre em âmbito local, restrito a cidade de Porto Alegre, e o outro em nível nacional.

JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: os jogos foram criados em 1996 e já estão na sua décima primeira edição. A iniciativa é do Comitê Intertribal com o Ministério do Esporte. A competição esportiva entre diferentes etnias indígenas é considerada um evento esportivo cultural de grande relevância que enaltece as tradições indígenas. Visa divulgar e promover o esporte praticado pelos indígenas como meio de valorização de sua identidade. Os jogos têm a participação de vários grupos indígenas, inclusive dos Kaingang da Aldeia Serrinha - Ronda Alta do Rio Grande do Sul. Entre as modalidades são realizados jogos tipicamente de origem indígena, em que são demonstrados como forma de resgatar suas práticas e costumes tradicionais. No *site* do Ministério do Esporte há uma seção dedicada a apresentação dos Jogos, etnias participantes, explicitação das modalidades esportivas, além trazer novidades e notícias relacionadas ao evento, como imagens, vídeos, áudios e curiosidades.

Maiores informações: Secretaria do Esporte - Esplanada dos Ministérios, Bloco A - Brasília - DF, 70054-906.

Telefone: (61) 3217-9450 e 3217-1919

Site: <<http://www.esporte.gov.br/snelis/jogosIndigenas/noticiaLista.jsp>>

SEMANA MUNICIPAL DOS POVOS INDÍGENAS: instituída por Lei Municipal a Semana municipal dos povos indígenas em Porto Alegre é realizada pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU), em parceria com a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) e apoio do NPPPI. A semana ocorre anualmente no mês de abril, incluindo o dia 19 de abril, data comemorativa ao índio. Os indígenas junto com os organizadores do evento buscam promover, junto a órgãos governamentais e não-governamentais diversas atividades, entre elas: seminários, feiras

temáticas, palestras em escolas, visitas aos locais indígenas, festas nas comunidades indígenas, campanhas solidárias, manifestações culturais públicas. A semana proporciona uma maior visibilidade da cultura e dos povos indígenas que habitam o município de Porto Alegre, favorecendo a valorização e reafirmação de suas identidades frente a sociedade.

Maiores informações: ver Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas.

5.1.4 Fontes documentais

As fontes documentais apresentadas que tratam da história e cultura dos indígenas serão analisadas neste tópico. As fontes relacionadas para esta temática dividem-se em portais e *sites* de projetos que possibilitam o acesso a informações relevantes e pertinentes ao estudo desses grupos. O conteúdo disponibilizado nas fontes traz informações importantes e específicas sobre os índios que podem servir de subsídio para o ensino e aprendizagem dessa temática no ambiente escolar. Algumas fontes possuem base de dados e ou buscadores *online* de informações; sendo assim, propomos a utilização desses recursos com suas opções de busca, como filtragem ou refinamento de pesquisa, e ainda o uso de termos representativos do assunto que se deseja localizar. A seguir são indicadas as fontes documentais que abordam a temática em foco.

BIBLIOTECA DIGITAL CURT NIMUENDAJU: de responsabilidade colaborativa, a Biblioteca disponibiliza virtualmente uma parcela da produção técnico científica de Aryon Dall'Igna Rodrigues, pesquisador de destaque que influência nos estudos referentes a língua dos indígenas brasileiros. A biblioteca é uma coletânea digital que disponibiliza artigos e livros raros sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas, com a finalidade de torná-los mais acessíveis e fornecer recursos informacionais para auxiliar iniciativas de resgate cultural entre os indígenas.

Além da coleção de Aryon Dall'Igna Rodrigues pode-se encontrar obras de outros autores também influentes na área, como Lemos Barbosa e Curt Nimuendajú, entre outros. No acervo podemos também encontrar informações sobre cada autor, obras disponíveis de sua autoria, fotos históricas de grupos indígenas e *links* externos que remetem para recursos disponíveis *online* que podem auxiliar no entendimento sobre o perfil do autor e a conhecer melhor a sua obra.

A biblioteca também permite que o usuário participe e contribua para o desenvolvimento da coleção, são recursos interativos em que é permitido torne-se membro,

enviar sugestões e comentários, compartilhar textos, acrescentar resenhas ou outras informações ao banco de dados, tudo com breve avaliação. Para ficar informado sobre a inclusão de novos conteúdos no acervo da Biblioteca é possível acompanhar no Twitter ou realizar uma assinatura na lista de anúncios do *site*, cadastrando *e-mail*. Também é possível utilizar o recurso “classificados”, em que se pode solicitar à comunidade de usuários itens de interesse.

Site: <<http://biblio.etnolinguistica.org/>>

ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: iniciativa do ISA é uma obra de referência sobre a diversidade sociocultural dos índios que vivem no país. Nessa enciclopédia digital, constam verbetes organizados por etnias e assuntos relacionados. Cada verbete apresenta um povo indígena, tratando de seus costumes, mitos, rituais, organização social, histórico, língua, aspectos culturais, políticos e econômicos, terras e localização. Também apresenta notícias, mapas, gráficos, tabelas imagens e fotografias sobre cada povo, vídeos e uma extensa lista de fontes de informação, entre bibliografias, documentos eletrônicos e *sites* na Internet que podem ser muito úteis. A enciclopédia prevê organizar o conhecimento acumulado sobre a sociodiversidade indígena do Brasil.

Site: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>

ÍNDIO EDUCA: é um portal desenvolvido por iniciativa indígena, com apoio da ONG Thydewá, em parceria com Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra, Ministério da Cultura e a BRAZILFOUNDATION, juntamente com a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil. O projeto foi realizado para cumprir o Plano de Ação Conjunto Brasil - Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O portal Índio Educa foi criado em 2011. No *site* encontramos conteúdo informacional sobre a história e a cultura dos povos indígenas, sobre as histórias tradicionais, seus métodos culturais, religiões e seus costumes. Sendo assim, são disponibilizadas para consulta matérias elaboradas por diferentes autores que tratam sobre variados assuntos indigenistas. Ainda apresenta um espaço multimídia com imagens, fotos e vídeos que ilustram e auxiliam o conhecimento sobre os povos indígenas. O *site* é organizado em seções que trazem informações sobre a cultura, língua, atualidades e informações históricas. O espaço biblioteca contém teses, dissertações, monografias, textos e artigos, sendo que há trabalhos produzidos também por indígenas. Professores, pesquisadores e alunos podem fazer uso desses documentos para compreender os

temas relacionados à questão indígena, incluindo uma seção exclusiva para ajudar professores que queiram trabalhar com a temática em sala de aula.

O portal Índio Educa funciona de maneira colaborativa estabelecendo um diálogo entre o usuário e os indígenas envolvidos no projeto, com isto é possível participar de bate-papos, compartilhar materiais, dúvidas, sugestões e ideias.

E-mail: <indio-educa@googlegroups.com>

Site: <<http://www.indioeduca.org/>>

OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL: página virtual do professor John M. Monteiro que faz parte do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP). John atua no Projeto de Produtividade em Pesquisa do CNPq "Os Índios e o Atlântico", no Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) e no Grupo de Trabalho Índios na História, também da UNICAMP. A Página é um projeto que reúne uma série de materiais e recursos selecionados e avaliados pelo Professor que tratam especialmente sobre os índios e o indiginismo na história do Brasil. A compilação pretende tornar-se uma listagem de referência sobre o assunto em foco que pode ser utilizada por educadores e interessados. Os recursos apresentados se caracterizam por uma extensa lista bibliográfica e de diferentes fontes de informações, seguidos de comentários informativos. São indicações de publicações desde 1990 até os dias atuais. Entre os materiais estão teses, dissertações, estudos inédito cedidos por autores, livros, artigos, periódicos, sugestão de *sites* ou endereços eletrônicos, trabalhos apresentados em eventos, catálogos de exposições e coleções, entre outros. Todos os recursos abordam o tema da história dos índios no Brasil e disponibilizam informações para consulta, visualização e em alguns casos direcionam para os *sites* de origem para *download*.

O projeto é atualizado e verificado periodicamente por seu idealizador e colaboradores, e conta com o auxílio dos usuários que podem sugerir, comentar e apontar possíveis correções. Na própria página é apresentada a data de atualização, sendo que as últimas indicações incluídas aparecem destacadas em roxo.

E-mail: <johnmm@unicamp.br>

Site: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>>

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: iniciativa do ISA com apoio da Embaixada da Noruega e da CAFOD, e diferentes parceiros e colaboradores é um programa criado a partir da doação da coleção do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) ao ISA por volta de

1970. Atualmente o projeto Povos Indígenas no Brasil é referência sobre os povos e a temática indígena, contendo vasto número de informações disponibilizadas no meio virtual.

No portal pode-se ter acesso a informações de diferentes tipos e suportes que tratam sobre Terras Indígenas, política indigenista, órgãos indigenistas oficiais, educação escolar indígena, saúde indígena, estatuto do índio e legislação pertinente, organizações indígenas como instituições e projetos dedicados aos índios. Há um espaço em que é apresentado o quadro geral dos povos indígenas, revelando o número aproximado da população indígena existente no País e sua distribuição por região e etnia nas localidades do Brasil. Também é possível realizar *download* de mapas e livros, além da Série de livros “Povos Indígenas no Brasil”, esta obra traz notícias e artigos sobre educação, direitos indígenas, terras indígenas e saúde, além de imagens históricas.

O portal povos indígenas no Brasil possui uma versão mirim dedicada especialmente a crianças. O *site* objetiva dar acesso a informações qualificadas sobre os indígenas do Brasil. Utilizando uma abordagem atrativa e com linguagem acessível, o conteúdo pode servir de recurso educativo para a realização de pesquisas e proporcionar aprendizados sobre a diversidade cultural. Além de textos sobre a história, identidade, territorialidade, costumes e língua sobre os índios, pode-se assistir vídeos diversos sobre a temática indigenistas. Há também um jogo chamado “Aldeia Virtual”, onde crianças interagem como personagens de diferentes tribos indígenas em um aldeia fictícia do Cerrado brasileiro, este jogo mostra a rica diversidade dos povos indígenas e promover o respeito as diferentes culturas.

Na seção Notícias pode-se realizar uma busca por notícias que são selecionadas diariamente em outras fontes e que são divulgadas e publicadas no *site*. O portal apresenta a Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil que será descrita individualmente.

Site: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>

Site: <<http://pibmirim.socioambiental.org/pt-br>> (Povos indígenas no Brasil mirim)

PROGRAMA DE ÍNDIO: surgiu como movimento indígena de articulação para possibilitar que os povos indígenas do Brasil se manifestassem através do rádio, abrindo espaço para a comunicação entre as comunidades indígenas e a sociedade em geral, servindo de ferramenta para a disseminação de informações sobre a história, a luta e a cultura dos índios. Os programas foram veiculados pela Rádio USP e outras emissoras de atuação educativa, o programa era reproduzido nos estados do Brasil e teve Ailton Krenak e outras lideranças indígenas como apresentadores do programa. Após 20 anos as fitas magnéticas foram restauradas e digitalizadas.

Atualmente o Programa de índio objetiva recuperar e disponibilizar na Internet o acervo de programas de rádio realizados entre 1985 e 1991 pelo Núcleo de Cultura Indígena e criar novos programas a partir do projeto Aldeias Sonoras. O *site* do projeto foi criado em 2009 pela Ikorë – projetos culturais e artísticos. Hoje conta com apoio do Programa Cultural Petrobras através da Lei de Incentivo Cultural do Ministério da Cultura e Programa de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (PROAC).

O projeto Aldeias Sonoras foi criado em 2010. O projeto prevê a produção e a ampla veiculação de uma série de programas radiofônicos permitindo que os indígenas ganhem espaço para divulgar diferentes tipos de informação. Os programas apresentam temas diversificados que tratam sobre assuntos relacionados a questões indígenas e a promoção da diversidade cultural das várias etnias, são pensamentos, histórias, narrativas e músicas tradicionais, entrevistas e depoimentos de lideranças, de jovens indígenas e estudantes universitários. O projeto revela a luta pela manutenção das tradições e para a conquista de espaços e direitos. Os novos programas realizados em 2012 têm patrocínio da NET Educação e apoio da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, através do Programa de Ação Cultural 2011.

Blog: <<http://www.programadeindio.org/blog/>>

Site: <<http://www.programadeindio.org/index.php>>

SÉCULOS INDÍGENAS NO BRASIL: o projeto tem aproximadamente 17 anos. Possui a finalidade de constituir-se numa ação educativa que forneça subsídios para o ensino da história e a cultura dos indígenas brasileiros nas escolas. O projeto é realizado em parceria com a Secretaria da Educação e da Cultura do Governo do Distrito Federal, com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura e com a Fundação Darcy Ribeiro.

Séculos indígenas administra e reúne uma coleção de materiais documentais e artísticos, incluindo fotografias, desenhos, objetos de arte indígena, vídeos, entrevistas e textos, além de depoimentos de personagens do movimento indígena e indigenista, como Álvaro Tukano, Darcy Ribeiro e José Lutzenberger. Essa coleção trata dos diferentes aspectos relacionados aos índios brasileiros, a luta ambiental e sobre a educação indígena no ambiente escolar. No *site* Séculos Indígenas no Brasil pode-se ter acesso a parte desses materiais. São notícias, artigos, matérias, livros, vídeos e uma galeria de imagens, além de cartilhas e publicações disponíveis para *download* que podem fornecer recursos pedagógicos e materiais didáticos a professores com relação ao ensino da temática indígena nas escolas.

E-mail: <seculos@seculosindigenasnobrasil.com>

Site: <<http://www.seculosindigenasnobrasil.com/portal-acao-educativa.html>>

VÍDEOS NAS ALDEIAS: é um projeto que teve início em 1986, tem patrocínio do Ministério da Cultura e da Embaixada da Noruega. O projeto tem como princípio fornecer equipamentos para as filmagens e introduzir os processos da arte cinematográfica aos índios, para que estes possam desenvolver documentários nas suas aldeias. Visa fornecer recursos para que indígenas produzam materiais audiovisuais de forma autônoma, para posteriormente divulgá-los. Os vídeos produzidos geralmente são distribuídos em diferentes aldeias e associações indígenas, na mídia em geral, nos órgãos governamentais e nos meios educacionais. Os documentários indígenas permitem o intercâmbio de experiências e informações que retratam sua imagem e abordam temas relacionados a sua realidade, propiciando o contato com o índio, e fortalecendo assim a identidade indígena e conservação da cultura e patrimônio territorial.

O acervo audiovisual do projeto já chega a mais de 70 filmes que retratam os diferentes povos indígenas no Brasil, o áudio é em língua indígena, com tradução em português, inglês ou espanhol. A coleção do projeto já tornou-se referência na área indigenista.

A veiculação desses vídeos também ocorre na Internet. O portal Vídeo nas Aldeias apresenta todos os documentários já realizados, porém nem todos estão disponíveis para visualização. Sendo necessária a sua aquisição, que pode ser realizada na loja virtual, em livrarias, ou a partir de contato com a equipe do projeto. Além dos vídeos, descrição com resumo e informações técnicas, pode-se ter acesso há informações variadas sobre o projeto no *site*. É possível conhecer a biografia e fotos dos produtores dos vídeos, sendo estes separados em indígenas e não indígenas. No catálogo dos vídeos pode-se buscar os documentários por etnia/povo e filtrar por aqueles vídeos que apresentam trailer.

Na seção biblioteca e notícias pode-se ter acesso a matérias, artigos, entrevistas e a diferentes tipos de informação atuais relacionadas ao projeto e a questões indigenistas. Algumas oficinas realizadas ganham destaque e são descritas no espaço Oficinas, revelando a metodologia de trabalho e a produção dos vídeos em determinadas aldeias.

A realização do Vídeo nas Aldeias ainda resulta em outros produtos, são materiais que são comercializados ou distribuídos, entre eles a série “Cineastas Indígenas”, formada por DVDs que trazem os principais filmes já produzidos, acompanha um livreto com textos, fotos e informações sobre os filmes e sobre os realizadores. O “kit Cineastas Indígenas: um outro

olhar” foi um material desenvolvido para ser utilizado nas escolas, conta com cinco DVDs de diferentes povos e um "Guia para professores e alunos", que traz informações sobre os povos indígenas e fontes complementares para pesquisas. Os filmes oferecem uma variedade de temas relacionados com a questão indígena que podem ser abordados na aula de história, geografia, meio-ambiente, cidadania, ciências-sociais, filosofia e artes. O "Guia para professores e alunos" está disponível para *download* no *site* e alguns documentários do Kit estão disponíveis para acesso e visualização no portal Vídeo nas Aldeias e no Youtube. "Vídeo nas Aldeias 25 Anos" é um livro-vídeo bilíngue produzido em comemoração aos 25 anos do projeto, uma obra que conta a história do projeto através de depoimentos, textos e fotografias. São mais de seis horas de filme que retrata as aldeias indígenas no Brasil desde a década de 1980.

E-mail: <videonasaldeias@videonasaldeias.org.br>

Youtube: <<http://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias>>

Site: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>>

5.2 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA O ESTUDO DA ÁFRICA E DOS AFRO-BRASILEIROS

As fontes de informação relacionadas para possibilitar o estudo da África e dos afro-brasileiros serão tratadas neste tópico. Estas fontes mostraram-se muito úteis para a educação de escolares e educadores que pretendem tratar da temática nas escolas, sendo que proporcionam informações pertinentes e adequadas a área. As fontes selecionadas para esta seção foram organizadas em fontes pessoais, institucionais, eventos e documentais.

5.2.1 fontes pessoais

As fontes pessoais destacadas para permitir o conhecimento de aspectos da África e dos afro-brasileiros foram selecionadas a partir do seu envolvimento com a área temática. Estas pessoas-fonte como especialistas podem contribuir para o acesso a informações pertinentes e atrativas. As informações apresentadas sobre as pessoas-fonte foram baseadas em textos certificados ou elaborados pelo próprio autor e disponíveis na Plataforma Lattes.

ANDRÉ LUIS PEREIRA⁸: bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela FRGS. Pereira é aluno do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Sociologia da UFRGS e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Atualmente também é sociólogo no Gabinete de Políticas para o Povo Negro do Gabinete do prefeito, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Tem preferência por estudos relacionados a assuntos e questões que abordam as relações étnico-raciais; pós-colonialismo e produção do conhecimento em Ciências Sociais; teoria sociológica e a obra do intelectual Abdias do Nascimento, participação política, poder local e movimentos negros sociais.

Endereço Profissional: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Gabinete do Prefeito. Rua Siqueira Campos 1180, 3º andar. Centro 90010-001 - Porto Alegre, RS – Brasil.

Telefone: (51) 3289-5114

E-mail: <andre.pereira@gpn.prefpoa.com.br>

GRUPO DE PESQUISA EDUCOMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO CULTURAL AFRO-BRASILEIRA (EDUCOM AFRO): criado em 2007 pela Profa. Dra. Leunice Martins de Oliveira, após a aprovação da pesquisa Produção Afrocultural para a Criança (PACC). Escabele parceria entre a Faculdade de Letras (FALE) do Campus Central e a Faculdade de Educação (FACED) do Campus de Viamão da PUCRS. O grupo é certificado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da PUCRS junto ao CNPq.

O Grupo de Pesquisa EDUCOM AFRO trabalha no desenvolvimento e realização de atividades que contemplam a graduação, a extensão e a pesquisa referente a Afro-brasilidade e a relação entre a educação e a comunicação. O Grupo busca a integração entre a universidade e a comunidade. Neste sentido, promove palestras, publica artigos, participa de salões de pesquisa e da Pastoral Afro-brasileira. Oferece ainda cursos de formação continuada com a temática. O EDUCOM AFRO é membro da Comissão de Educação Afrodescendente e Quilombola da Secretaria Municipal de Educação de Viamão. Mantém parceria com a Assessoria de Relações Étnicas da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e estabelece relações com movimento social negro.

No *site* do Grupo de Pesquisa EDUCOM AFRO são disponibilizadas informações sobre o trabalho do Grupo, cursos oferecidos pela Instituição e outros órgãos. São apresentados seus principais pesquisadores, projetos e linhas de pesquisa. Também pode-se

⁸ CNPq. PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7431153988101575>>. Acesso em: 24 out. 2012

ter acesso as publicações e matérias com diferentes temas. Além disso, é possível conhecer outros recursos bibliográficos e informacionais a partir de listagens indicativas, são produções que tratam de temas relacionados à cultura afro-brasileira, entre elas estão recursos da Internet, cinema, rádio, televisão, jornal, história em quadrinhos, desenho animado, brinquedos, ilustração, literatura e *links* de outros projetos e instituições que podem servir de fonte de informação para aprofundar estudos.

Endereço: Avenida Senador Salgado Filho, 7000, Prédio 81, Sala 205 – CEP: 94400-970, Viamão, RS, Brasil.

Telefone: (51) 3320-3955

E-mail: <educomafro@puers.br>

Site: <<http://www.puers.br/faced/educomafro>>

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS DA SILVA⁹: licenciado e bacharel em História pela UFRGS Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Silva é pesquisador sobre a história e cultura negra no Brasil e diáspora africana, com ênfase nos temas sobre a imprensa negra, movimento negro e seus intelectuais, diáspora africana e políticas de ações afirmativas. Atua também no desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito escolar para educação básica. Tem participação em diferentes projetos, entre eles o projeto “Uma viagem pela África no século XIV”, inserido pelo Programa UNIAFRO/2008, e o “RS Negro: Educando para a diversidade” em 2010, tendo feito parte da organização das obras "RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento", edições de 2008 e 2010.

Endereço Profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pró-Reitoria de Extensão. Av. Paulo Gama, 110, 5 andar - 90046-900 - Porto Alegre, RS – Brasil.

Telefone: (51) 3308-3044 Ramal: 3044 e (51) 3288-6600

E-mail: <codene@sjds.rs.gov.br>

⁹ CNPq. PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6016218481539954>>. Acesso em: 24 out. 2012.

5.2.2 Fontes institucionais

As fontes institucionais elencadas para o levantamento de informações referentes a aspectos históricos da África e história e cultura dos afro-brasileiros serão apontadas nesta seção. Também será indicado um diretório de entidades que permite o encontro de organizações focadas na temática Afro. Estas instituições e diretório revelaram-se importantes fontes de informação para o estudo dessa etnia, pois desenvolvem atividades e elaboram materiais informacionais que podem servir especialmente para a área educacional.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP): fundada em 1988, a partir da Lei nº 7.668/1988, a Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover, preservar e disseminar a cultura afro-brasileira e seu patrimônio material e imaterial. Atenta para a igualdade racial e valorização das manifestações de matriz africana. A FCP formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. Referência nacional e internacional a Palmares atua em três eixos fundamentais previsto pela Constituição: social, artístico e gestão da informação. A Fundação estimula a valorização e o desenvolvimento da cultura e do patrimônio afro-brasileiro. Desenvolve ações de inclusão e sustentabilidade das comunidades remanescentes de quilombos. Realiza pesquisas, estudos e levantamento de dados e informações sobre a população afrodescendente, sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro. Todos os resultados obtidos pela Fundação a partir das pesquisas desenvolvidas estão descritos nos relatórios disponíveis no *site* institucional.

A FCP expõem o conceito de ações afirmativas e cotas raciais para o seu entendimento, assim como apresenta as principais ações realizadas para promover a ascensão de grupos socialmente minoritários Também apresenta as ações internacionais realizadas em diferentes locais do mundo, como África e América Latina e Caribe. São eventos e projetos que prevêem a mobilização de pessoas de várias nações engajadas na promoção da cultura de matriz africana.

O *site* institucional pode ser utilizado para o levantamento de diferentes tipos informações que podem auxiliar o estudo da temática. Há uma seção com legislação pertinente para leitura e *download*. A Fundação dispõe de uma agenda cultural em que informações de eventos são divulgadas, sendo que qualquer instituição pode entrar em contato

e solicitar divulgação. São apresentados os tipos de eventos e temáticas, organizadores e produtores do evento, local, período e meios de contato.

Através do *site* pode-se ter acesso a *clippings* e notícias selecionadas a partir da Internet, de jornais e revistas que são veiculadas na imprensa nacional e internacional sobre a temática afro-brasileira mensalmente. Além disso, a Fundação disponibiliza a "Revista Palmares" na íntegra e apresenta artigos institucionais que aborda questões relacionadas.

Há um espaço destinado à divulgação de cursos e oficinas, seminários, conferências, prêmios e concursos públicos. Esses são realizados por diferentes setores, órgãos públicos e privados de diferentes localidades, as atividades são bastante diversificadas e atendem a maioria das áreas de conhecimento. No espaço "Personalidades negras" são fornecidas informações sobre pessoas e líderes negros que marcaram a história do Brasil e do mundo e que contribuíram em favor da cultura negra e contra o racismo. O "Calendário internacional da cultura negra" é uma seção em que se encontram informações sobre datas que marcaram a história do povo negro, relembrando pontos marcantes da história de várias gerações e a história de uma luta e conquistas.

Para facilitar a pesquisa por assuntos referentes a cultura afro-brasileira é disponibilizado no *site* da FCP *links* interessantes que remetem para outros recursos, estes podem ser fontes de informação e consulta úteis para auxiliar e enriquecer a pesquisa sobre esta matéria. Além disso, pode-se ter acesso ao pacote didático do projeto "A cor da cultura". A coleção completa "História geral da África" também está disponibilizada para *download* e consulta no portal da instituição. Existe um espaço destinado ao leitor em que o público em geral pode ter acesso a artigos, crônicas, contos e poemas produzidos por pessoas comuns simpatizantes pela causa da igualdade racial, estudiosos e outros. Todos os textos podem ser baixados e abordam diferentes aspectos da cultura e história da matriz africana e afrodescendentes.

Endereço: SEDE Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B, 1º e 2º Andar – CEP: 70.380-200 – Brasília – DF.

Telefone: (61) 3424-0189 e 3424-0147

site: <<http://www.palmares.gov.br>>

GABINETE DE POLITICAS PÚBLICAS PARA O POVO NEGRO (GPN): foi criado em 2009, e é vinculado ao Gabinete do Prefeito de Porto Alegre. O GPN realiza o assessoramento, a articulação e a formulação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Prioriza questões de gênero, juventude, comunidades

remanescentes de quilombolas e matriz africana, sem deixar de lado as pautas estruturais como educação, saúde, cultura, habitação, emprego, renda e segurança. Também tem o objetivo de zelar pelo cumprimento da legislação protetiva do negro, garantindo apoio e assistência aos movimentos sociais. Tem o intuito de preservar a autoestima e resgatar a rica contribuição do negro na consolidação da sociedade.

O GPN trabalha para promover, juntamente com a sociedade civil, a reflexão crítica acerca da história do Povo Negro, para que se possam compreender melhor as desigualdades sociorraciais e contribuir para a valorização da identidade e da autoestima do Povo Negro. Com isto, desenvolve variadas atividades nos diferentes setores da sociedade, além de garantir a implementação dos programas e projetos que envolvam a plena cidadania do povo negro.

Propicia a construção de fóruns regionais para articulação de ações e recursos específicos para este segmento e ainda participa de encontros, reuniões, seminários e os mais variados tipos de atividades que abordem a temática. Reconhece o *funk*, o samba e o *hip-hop* como movimentos culturais e musicais de caráter popular do Município de Porto Alegre e desenvolve atividades de conscientização sobre suas especificidades, bem como a promoção desses.

O GPN participa da realização do projeto “Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre” é um roteiro por oito pontos históricos de referência da população negra na região de Porto Alegre. O projeto, criado para escolas da rede pública e comunidade em geral, tem o objetivo de ampliar a compreensão sobre a história e a cultura dos afro-brasileiros na cidade. Em cada percurso são transmitidas informações sobre a história, cultura e modo de vida dos afrodescendentes do Brasil. Através da experiência direta e visual, os alunos adquirem conhecimento dos espaços em Porto Alegre que foram utilizados pelos negros desde a época da escravidão até os dias atuais. O projeto é desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Companhia Carris que cedeu o ônibus, e a Empresa de Processamento de Dados de Porto Alegre (PROCEMPA).

O GPN ainda realiza cursos de extensão com a proposta de discussão sobre a construção da cidadania e a aceitação das diferenças, visando ampliar a reflexão sobre a valorização das diferenças. O curso "Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-brasileira" representa a consolidação da Lei 10.639/03, parceria entre a UFRGS, pesquisadores, professores, Secretarias Municipais de Ensino e o UNIAFRO.

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1180, 3º andar, Bairro Centro Histórico - CEP 90010-001, RS-Brasil.

Telefone: (51) 3289-5111; 3289-5112 e 3289-5113

Site: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php>>

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS (IPEAFRO): fundada em 1981 por Abdias Nascimento com a finalidade de criar uma instituição voltada ao ensino e pesquisa de assuntos afro-brasileiros e desenvolver uma coleção especializada a partir do acervo de Abdias. Atualmente o IPEAFRO é uma associação sem fins lucrativos pautada nas ações de ensino, pesquisa, cultura e documentação. Busca defender os direitos dos afrodescendentes e contribuir para a conservação, divulgação da memória, cultura, história e ativismo do povo negro, objetivando dar acesso a informações ao público.

O acervo do IPEAFRO trata especificamente sobre a matriz africana na cultura e na história brasileira. O acervo é composto de imagens, documentos, peças museológicas, obras de arte e registros áudios-visuais, os itens datam de 1926 até o presente. Inclui obras de Abdias Nascimento e obras da coleção Museu de Arte Negra. A coleção é dividida em Teatro Experimental do Negro (TEN), Museu de Arte Negra (MAN), Atuação Política de Abdias Nascimento, Biografia e Produção Intelectual de Abdias Nascimento e IPEAFRO. Também matem disponível o "Acervo digital", projeto que prevê a digitalização e tratamento técnico da coleção documental e museológica para possibilitar acesso e disseminação dessas informações, hoje o acervo digital já apresenta documentos, imagens, leituras (textos diversos) e vídeos.

Uma das principais preocupações do IPEAFRO é a inclusão da história e da cultura de matriz africana no ensino brasileiro. Com isto, realiza encontros e congressos periódicos que visam à discussão e a reflexão sobre a temática em foco. Organiza exposições do seu acervo na sede e em diferentes instituições, como também monta amostras artísticas e apresentações culturais, estas atividades são desenvolvidas para a comunidade escolar, educadores e pesquisadores em prol de um trabalho educativo para o ensino das relações étnico-raciais.

O *site* da entidade apresenta uma seção dedicada a apresentação de personalidades negras que influenciaram a cultura e arte brasileira, este espaço inclui biografias e fotos. A "Linha do Tempo dos Povos Africanos" criada pela IPEAFRO é um material ilustrativo que mostra com detalhes fatos e ventos de cada época, e como os povos da África criaram cultura e conhecimento nesse período, influenciando as outras civilizações do mundo antes de sua escravização. A Linha do Tempo está disponível no *site* e conta com um suplemento didático ilustrado, que ainda não está *online*. Existe também um espaço em que são indicados *links* a outras fontes de informação que tratam de assuntos relacionados aos propósitos do IPEAFRO.

Estes *links* são organizados por temáticas e são recursos interessante que permitem acesso a outras informações.

O IPEAFRO incentiva o trabalho de pesquisa e produção intelectual, produz e disponibiliza vídeos, documentários obras, publicações periódicas e resultados de estudos sobre as mais diferentes temáticas da matriz africana, o material preparado pode ser acessado no *site* ou solicitado através de contato com a Instituição. Algumas publicações são distribuídas somente mediante pagamento.

Endereço: Rua Benjamin Constant, 55/ 1101. Rio de Janeiro, RJ - 20241.150 – Brasil.

Telefone: (21) 2509-2176

E-mail: <ipeafro@ipeafro.org.br>

Site: <<http://www.ipeafro.org.br/home/br>>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). IFRS CÂMPUS PORTO ALEGRE:

o Instituto Federal é uma instituição educacional especializada na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O IFRS Câmpus Porto Alegre mantém o Programa Permanente de Ensino de Línguas e Literatura (PROPEL) que é uma atividade de extensão complementar a formação técnica que é direcionada a aspectos e competências humanísticas e culturais. O PROPEL se dedica a promover cursos de idiomas e LIBRAS, ciclos de cinema, palestras sobre língua, literatura, cultura e mundo do trabalho, oficinas e apresentações culturais. Entre as atividades realiza o Ciclo de Estudos Afrolinguagens Brasil. O evento propõe trazer a discussão sobre o papel protagonista da cultura de matriz africana na construção da identidade brasileira. São realizados encontros mensais sempre com uma temática diferente a ser abordada. Participam dos Ciclos pesquisadores e professores de áreas ligadas aos estudos da África e cultura dos afro-brasileiros como música, artes visuais, literatura, história, religião e dança.

Coordenadora do PROPEL: Natalia Labella-Sánchez

E-mail: natalia.sanchez@poa.ifrs.edu.br; propel@poa.ifrs.edu.br

Telefone: (51) 3930 6077 e 3930-6078

Endereço: Rua Cel. Vicente, 281. Bairro Centro. CEP 90.030-040. Porto Alegre/RS.

Site: <http://www.poa.ifrs.edu.br/?page_id=23682>

Blog: <<http://propel-ifrs-poa.blogspot.com.br/search/label/Estudos%20Afrolinguagens>>

INSTITUTO SOCIOCULTURAL AFRO-SUL ODOMODE: instituição cultural que trabalha desde 1974 em prol da valorização e difusão da cultura negra e afro-brasileira, com ênfase na cultura afro-gaúcha. O Instituto organiza e realiza diferentes atividades voltadas a dança, a música, a moda e a gastronomia. Os programas e projetos educativos e sociais são desenvolvidos para crianças, jovens e adultos, e geralmente são gratuitos. Realiza oficinas que tratam de instrumentos e ritmos afros, *hip-hop*, capoeira, corte e costura e aulas de dança. O instituto também organiza grupos que fazem apresentações de música e dança. Além disso, desenvolve outras atividades culturais, como festas temáticas. O Negro e o RS é um exemplo dessas atividades, é um espetáculo de dança que conta a história da cultura negra no Rio Grande do Sul.

Endereço: Av. Ipiranga, n. 3850 - Bairro Petrópolis. Porto Alegre - RS, CEP: 90160-001, Brasil.

Telefone: (51) 2103-2915

E-mail: <odomode.afrosul@gmail.com>

Site: <<http://afrosulodomode.com/>>

MUSEU AFRO-BRASILEIRO (MAFRO): inaugurado em 1982 é vinculado a Universidade Federal da Bahia. O museu trata exclusivamente das culturas africanas e sua presença na formação da cultura brasileira, visa realizar um trabalho de preservação, valorização e divulgação das culturas africanas e afro-brasileira. O MAFRO pretende ser um espaço de identidade e memória da população afrodescendente e contribui para a construção de uma educação baseada na valorização das diferenças étnico-raciais e na eliminação do preconceito racial e o combate à intolerância

Através de elementos materiais representativos dessas culturas, o museu apresenta conteúdos que facilitam a compreensão dos aspectos históricos, artísticos e etnográficos que identificam as sociedades africanas e permitem uma reflexão sobre a importância dessa matriz para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O Museu contribui para incentivar o entendimento da diversidade cultural, constituindo-se num espaço de referência para ações de afirmação identitária. O MAFRO promove atividades de pesquisa, ensino e extensão, difunde e socializa as informações oriundas do seu acervo por meio de cursos, exposições temporárias e publicações, procurando oferecer subsídios aos pesquisadores, estudantes e o público em geral que visitam o museu. Dentre suas atividades desenvolve um projeto destinado ao atendimento do público escolar, difundindo conhecimentos acerca destas culturas.

O acervo do Museu é composto de peças dos mais variados materiais, são esculturas, máscaras, tecidos, cerâmicas, adornos, trajes, instrumentos musicais e sonoros, jogos, tapeçarias, utensílios e vestuários, fotografias, medalhas, troféus, obras de arte, artefatos relacionados à religião afro, abadás, fantasias, estandartes e mortalhas. O acervo é dividido em dois principais temas: a coleção da Cultura Material Africana que é representada por objetos de origem africana e inspirados nas manifestações da África tradicional e na coleção da Cultura Material Afro-Brasileira que é composta por quatro sub-coleções: capoeira, blocos afros e folgedos, artes plásticas e cultura material religiosa afro-brasileira. No *site* institucional pode-se conhecer as exposições temporárias e de longa duração através de imagens e textos introdutórios sobre os objetos e coleção, ter acesso a informações complementares ao MAFRO e ainda consultar artigos e publicações produzidas pelo Museu em parceria com outras instituições.

Endereço: Largo do Terreiro de Jesus s/n, Prédio da Faculdade de Medicina da Bahia, 40026-010 Centro Histórico Salvador, Bahia, Brasil.

Telefone: (71) 3283-5540

E-mail: <mafro@ufba.br>

Site: <<http://www.mafro.ceao.ufba.br/index.php>>

PORTAL DOS CLUBES SOCIAIS NEGROS DO BRASIL: projeto idealizado pelo Movimento Clubista Nacional em 2008, e realizado pelo Museu Treze de Maio de Santa Maria-RS com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e financiamento da SEPPIR.

O portal pretende construir uma base nacional com informações sobre os clubes negros existentes e já desativados do Brasil, prevendo a sua divulgação através da Internet. Sendo assim, o projeto objetiva preservar a memória dos clubes e dar visibilidade as entidades que promovem atividades relacionadas às questões étnico-raciais e conservação da história e cultura dos afrodescendentes. Permite o conhecimento das instituições, apresentando dados como nome do clube, histórico, data de fundação, endereço, telefone, *e-mail* e endereço eletrônico, facilitando a troca de informações e a comunicação entre os clubes e a sociedade. Além de ter acesso ao cadastro dos clubes no Portal, é possível ficar ciente da realização de eventos e atividades promovidas pelas instituições, consultar artigos e publicações, visualizar fotos e vídeos.

Site: <<http://www.clubessociaisnegros.com.br/>>

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEPPIR): criada em março de 2003 a Secretaria nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A SEPPIR tem a finalidade de administrar políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra. A SEPPIR também desenvolve o Programa Nacional de Ações Afirmativas através da articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados voltados à implementação da promoção da igualdade racial. Trabalha no acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções assinados pelo Brasil. A SEPPIR objetiva estimular os agentes sociais e governamentais a incorporarem a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

A SEPPIR utiliza como documento de referência política o "Estatuto da Igualdade Racial" (Lei 12.288/2010), que orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), resultando na criação de um programa específico intitulado "Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. O Estatuto encontra-se disponível *online* e para *dowlond* no *site* institucional.

A "Ouvidoria" é um órgão da estrutura da SEPPIR cuja função básica é receber denúncias de racismo e discriminação racial e encaminhá-las aos órgãos responsáveis nas esferas federal, estaduais e municipais. O ouvidor está ainda encarregado de receber observações, críticas ou sugestões para que o trabalho da Secretaria caminhe sempre em sintonia com os anseios da sociedade. A SEPPIR presta informações sobre as ações dedicadas as comunidades tradicionais e através de políticas publicas visa executar ações e programas para tais comunidades. Entre as ações estão o programa Brasil quilombola, comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de cultura cigana.

A campanha "Igualdade Racial é pra Valer" instituída em 2011 pela SEPPIR foi inspirada na Assembléia Geral da ONU. Tem o objetivo de ampliação do número de ações e de atores pela igualdade racial a partir de uma convocação ampla ao Estado e à sociedade civil, com parceria da esfera pública e privada. Sendo assim, a proposta visa diminuir os efeitos do racismo e à promoção de iniciativas para assegurar que as pessoas de ascendência africana gozem plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos. Os órgãos que aderem a campanha recebem cartazes e folders, destinados à divulgação da campanha. Sendo que a parceria vai além da difusão deste material, deve-se incluir a formulação e implementação de ações afirmativas.

O "Selo Educação para a Igualdade Racial" é uma ação de reconhecimento de boas práticas de escolas e secretarias de educação na implementação da Lei 10.639/03. A primeira edição foi realizada em 2011. A SECADI/MEC, UNESCO, UNICEF, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) são parceiros desse projeto. A SEPPIR também participa da realização do Projeto "A Cor da Cultura". O "Curso Gênero e Diversidade na Escola" (GDE) desdobra-se num curso de ensino a distância para a formação de professores nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Em 2011 o Curso foi incluído na rede da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Ministério de Educação (MEC).

No *site* institucional da SEPPIR pode-se ter acesso a diferentes tipos de publicações, entre boletins, relatórios e planos que tratam tanto das ações da Secretaria quanto da promoção da igualdade racial, proteção dos direitos da população negra que são veiculados através de notícias e *Clipping* SEPPIR. Há uma seção com sugestões de leitura na área de comunicação social, é uma breve lista de livros sugeridos para o debate e a reflexão sobre temas de comunicação e lutas populares entre outros. O "Plano nacional de implementação da Lei nº 10.639/2003" também está disponível para consulta e *dowload*, e é um excelente instrumento para as escolas tomarem conhecimento da proposta instituída por Lei.

Endereço: SEDE - Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º e 9º andares, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70.054-906.

Telefone: (61) 2025-7004 - Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

E-mail: <seppir.sic@planalto.gov.br>

Site: <<http://www.seppir.gov.br/>>

5.2.3 Eventos como fonte de informação

Os eventos elencados que tratam sobre a temática afro-brasileira foram selecionados a fim de apresentar alguns dos movimentos negros sociais, manifestações culturais e ou artísticas que divulgam aspectos que referem-se as suas diversas expressões culturais, combate ao preconceito, reafirmação da sua identidade e pertencimento a sociedade. Os eventos apontados são de âmbito regional, sendo realizados apenas no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Porto Alegre.

DIA DO SAMBA: comemorado no dia 02 de dezembro, o dia do samba foi instituído em 1940 na Bahia, e posteriormente em 1963 o dia nacional do samba foi instituído pelo governo. A data é comemorada para homenagear o sambista mineiro Ary Barroso. Neste dia são realizadas atividades para enaltecer a música e a identidade negra. É possível conhecer mais da história do Carnaval da cidade contada sob a ótica da participação do povo negro na trajetória desta manifestação artística e cultural. O dia do samba em Porto Alegre é uma realização do GPN.

Maiores informações: ver Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro.

MARCHA ESTADUAL PELA VIDA E LIBERDADE RELIGIOSA: a Marcha tem apoio do GPN, Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Trabalho e Previdência (SINDISPREV) e Sindicato dos Servidores Federais (SINDISERF) com parcerias de instituições de ensino superior e entidades que resgatam e promovem a cultura e questões relacionadas à etnia afro-brasileira. A marcha garante uma programação com diversificadas atividades, entre elas, são realizados seminários, lançamento de campanhas e a caminhada em prol das religiões de matriz africana. O encontro reúne religiosos de Porto Alegre, cidades do interior e outras regiões do país, cabe ressaltar que o Estado do Rio Grande do Sul possui a maior quantidade de terreiros do Brasil. A cada nova Marcha é escolhido um tema que aborda e enaltece a religiosidade negra, contribuindo pela luta e combate ao racismo e intolerância as manifestações religiosas. A marcha acontece geralmente em janeiro, em comemoração ao dia nacional da mobilização contra a intolerância religiosa, dia 21/01.

Maiores informações: ver Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro.

MULHER NEGRA EM FOCO: idealizado por Nelma Soares, da Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), o evento teve a sua primeira realização em 1993. É organizado pela Coordenação Municipal da Mulher com apoio do GPN e parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, PROCEMPA, DMAE, Secretaria de Coordenação Política e Governança Solidária Local e outras instituições governamentais do município de Porto Alegre. Mulher negra em foco é um evento em referência ao dia 25 de julho, data comemorativa ao Dia Internacional da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha. A programação integra atividades e painéis com os temas relativos a mulher negra e a sua participação na sociedade.

Maiores informações: ver Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro.

PRÊMIO ZUMBI DOS PALMARES: promovido pela Divisão de Prêmios da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Prêmio Zumbi dos Palmares consiste na seleção e homenagem de personalidades e/ou instituições que se destacam na sua atuação em prol do povo afrodescendente. Em tributo ao Zumbi dos Palmares, o prêmio é concedido anualmente pela Assembléia Legislativa em Sessão Solene Comemorativa ao Dia Estadual da Consciência Negra, 21 de novembro. Os participantes ao prêmio podem escolher entre cinco áreas temáticas: cultural, social, política, esportiva e religiosa. Os ganhadores são divulgados no *site* da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, seção de divisão de prêmios.

Maiores informações: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Endereço: Solar dos Câmara - 2º andar. Praça Marechal Deodoro, 101. CEP 90010-300 - Porto Alegre / RS.

Telefone: (51) 3210-1129

E-mail: <drpac.premios@al.rs.gov.br> (Divisão de Prêmios)

Site: <<http://www2.al.rs.gov.br/premios/>>

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM PORTO ALEGRE (SECON): promovida pelo GPN com a participação de grupos e instituições que propagam a história e cultura afro-brasileira e trabalham pela promoção da igualdade racial. A SECON foi instituída pela Lei 6.986/1991, e posteriormente alterada pela Lei 9.876/2005. A semana ocorre no município de Porto Alegre entre os dias 14 e 20 de novembro, contemplando o dia nacional da consciência negra, 20/11 em homenagem a Zumbi dos Palmares. O evento prevê a realização de diversas atividades com propósito de promover a cultura negra e o respeito pela diversidade étnica e racial, propondo a reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira e promoção da igualdade racial.

Maiores informações: ver Gabinete de políticas públicas para o povo negro.

SEMANA MUNICIPAL DO HIP-HOP: é um evento realizado pela Secretaria Municipal da Juventude (SMJ) e faz parte da programação oficial de eventos de Porto Alegre. A Semana acontece anualmente na segunda semana do mês de maio. Prevê a apresentação de manifestações artísticas representadas e praticadas pela inspiração ao povo afro-brasileiro. As atividades desenvolvidas e trabalhos apresentados são referentes ao movimento *hip-hop*, entre elas, o *rap*, o *break* e o grafite. O evento propõem a divulgação dessas expressões socioculturais além de favorecer a sua prática.

Maiores informações: Secretaria Municipal da Juventude.

Endereço: Rua João Alfredo, 607, bairro Cidade Baixa - Porto Alegre, RS.

Telefone: (51) 3289-2300

5.2.4 Fontes documentais

As fontes documentais contempladas neste tópico são aquelas que, a partir de avaliação, apresentaram-se como recursos úteis e adequados para o estudo da África e da história e cultura dos afro-brasileiros. São fontes importantes que podem ser utilizadas no espaço da escola para obter diferentes tipos de informação sobre o Continente Africano e seus grupos étnicos, possibilitando também a organização de atividades em prol da valorização dos afrodescendentes. Alguns dos recursos indicados apresentam sistemas de busca ou base de dados. Sendo assim, sugerimos para a realização das pesquisas o uso das opções de filtragem que o sistema oferecer para restringir a busca, além da utilização de termos representativos da área do conhecimento sobre a qual se deseja obter informações. Abaixo são descritas as fontes documentais, suas características e utilidade para o estudo.

COLEÇÃO AFRICANIDADES: autoria de Antônio Jonas Dias Filho e Márcia Honora, ilustração de Lie A. Kobayashi, publicado em 2010 pela editora Ciranda Cultural. Africanidades é uma série que conta com 10 livros paradidáticos dedicados a crianças. De forma lúdica aborda questões relativas a história dos africanos, cultura e costumes brasileiros influenciados pelo povo africano e seus descendentes. Trata sobre atualidades em africanidades e retrata as personalidades e personagens importantes para a valorização dos afrodescendentes. Mostra a influência da língua e da religião africana no Brasil, revela as artes produzidas pelos africanos e descendentes, e a culinária afro-brasileira. Conta a origem das lendas, folclores e festas populares mais tradicionais e relembra os jogos, brincadeiras e cantigas inspiradas pela cultura afro. Ao final dos livros há propostas de atividades que retomam as histórias contadas e que podem ser realizadas pelas crianças no ambiente da escola. Cada livro contém um DVD com o livro falado, interpretação em libras e legendado, além de músicas típicas da cultura afro-brasileira.

Referência:

DIAS FILHO, Antônio Jonas; HONORA, Márcia. **Africanidades**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. (10 v.).

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA: editada pela UNESCO Brasil em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A coleção é uma obra de grande relevância por apresentar e reconhecer o patrimônio cultural da África. Recentemente teve uma versão traduzida para o português. É um documento que permite o entendimento sobre a evolução histórica das comunidades africanas e seu envolvimento com outros povos e civilizações do mundo, ou seja, aborda a África e a sua relação com os outros continentes, principalmente as Américas. A coleção permite uma nova leitura da história da África, segundo uma visão global no decurso do tempo. O estudo foi dedicado aos mais de 3 milhões de anos de história da África, compreendendo assim uma vasta pesquisa. Elaborada por cerca de 350 pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A obra teve a direção de um grupo científico internacional, cuja participação de africanos foi considerável. A obra é composta de oito volumes, e apresenta além textos divididos em capítulos, ilustrações, fotos, mapas e desenhos.

A coleção completa de História Geral da África está disponível para *download* no *site* das Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e também no *site* de outras instituições já apresentadas.

Referência:

HISTÓRIA geral da África. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. (8 v.).

MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE: um projeto que busca dar visibilidade aos afro-brasileiros com a produção e criação de obras de arte localizadas em espaços públicos da cidade de Porto Alegre. O projeto é realizado com a colaboração do Centro de Referência Afro-brasileiro, Grupo de Trabalho Angola Janga, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da UNESCO. O Museu faz parte do Programa Monumenta do Ministério da Cultura (MINC).

Através das obras situadas principalmente no Centro histórico da Cidade em espaços marcantes e vivenciados por africanos e afrodescendentes pretende-se resgatar a história social e cultural do povo negro, pois é uma maneira de relembrar a presença, a memória e o protagonismo dessa comunidade na nossa sociedade. Os locais que hoje abrigam as obras públicas e pertencem ao percurso são o Cais do Porto, Praça da Alfândega, Praça Brigadeiro Sampaio, Av. Borges de Medeiros com Rua da Praia, Igreja da Nossa Senhora do Rosário, o Mercado Público e a Santa Casa de Misericórdia. Todos reconhecidamente locais de

pertencimento e de passagem que fizeram parte da história do negro em Porto Alegre. Geralmente em datas comemorativas ou em eventos de valorização ético-racial são realizadas caminhadas guiadas ou orientadas promovidas pelo projeto Viva o Centro a Pé. O blog do Museu de percurso do negro em Porto Alegre traz informações sobre o projeto, sobre as obras, artistas e imagens dos objetos artísticos.

Informações: Monumenta / IPHAN

Endereço: Altos do Mercado Público Municipal Pavimento Superior, Sala 56/58, Centro
CEP: 90020-070 – Porto Alegre – RS.

Telefone: (51) 3224-4445 e 3221-8373

e-mail: <monumenta@spm.prefpoa.com.br> e <monumenta@smc.prefpoa.com.br>

Blog: <<http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>>

NOVA ÁFRICA: criada em 2009 é uma série jornalística da TV Brasil e produção da Cinevídeo. O programa tem como finalidade retratar o continente africano sob o ponto de vista dos próprios africanos que mostram a sua realidade, porém é dedicado ao público brasileiro que queira conhecer melhor a África.

Nova África apresenta um linguagem documental com o tratamento jornalístico. Os programas privilegiam as imagens e a cinematografia de cada depoimento. O conteúdo e as informações transmitidas, expostas e explicadas de forma didática, prevendo cada elemento, contextos históricos e dados atualizados sobre os países e os assuntos tratados. As personalidades ilustres africanas também são entrevistadas, são relatos, vozes e depoimentos nunca antes apresentadas aos brasileiros.

Em sua segunda edição a série Nova África viaja por diferentes países africanos para revisitar o passado e conectar o Brasil a este continente. O programa possibilita que se construa uma nova ideia sobre África longe de estereótipos, e mais próximo dessa região que faz parte das nossas origens. Seja pela relação histórica que se estabeleceu ao longo de séculos ou pela influência na nossa cultura e sociedade contemporânea. Os episódios estão disponíveis em formato de matéria e alguns para visualização no espaço Nova África no *site* da TV Brasil e no *You Tube*.

Site: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/novaafrica>>

PORTAL GELEDÉS: criado em 1988 é uma iniciativa do Geledés Instituto da Mulher Negra. O Instituto é uma organização não governamental de mulheres negras que tem por finalidade a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres e da

comunidade negra em geral. O Geledés trabalha em parceria com organizações do movimento social da sociedade civil organizada e atua na definição de políticas públicas que objetivem a eliminação das discriminações sofridas por negros na sociedade brasileira. As principais áreas de atuação são os direitos humanos, questões raciais e de gênero, racismo e preconceito, saúde, educação; religião, comunicação e mercado de trabalho.

O portal Geledés é uma rica fonte de informações sobre a temática afro-brasileira, apresenta diferentes tipos de matérias e notícias, além de textos que podem trazer imagens e vídeos relacionados. No espaço "Atlântico negro" são disponibilizadas informações sobre a participação e contribuição de africanos e afrodescendentes nos diferentes setores, como artes, ciências, política, religião e cultura. Também são publicados regularmente, biografias, notícias e artigos de pensadores e líderes políticos de movimentos sociais da África e afrodescendentes dos diferentes continentes do mundo.

É possível ter acesso a textos que revelam o negro como produtor de conhecimento e cultura, atentando para a sua contribuição para o patrimônio material e imaterial da humanidade. As matérias são apresentadas em dois tópicos: artístico e esportivo que abrange as artes, música, esportes, manifestações culturais e museus; literário e científico que inclui a literatura africana e afro-brasileira, autores e literários negros, e a influência linguística; já as ciências são divididas em cientistas e inventores, engenharia, geografia, história, sociologia e medicina. São também disponibilizadas matérias que tratam sobre o período da escravidão, a luta pela libertação e a busca pela igualdade social e respeito pela diversidade étnica/racial.

Na área de atuação que refere-se a educação estão disponíveis planos de aulas que atendem a aplicação da Lei 10639/2003. São atividades que professores podem realizar em sala aula para abordar a temática instituída por lei e promover a diversidade cultural no ambiente escolar. Além da metodologia de trabalho, os planos de aula trazem imagens, textos e referências adicionais que podem ser trabalhadas em aula. É um espaço em que professores podem divulgar suas atividades e trabalhos, permitindo mostrar a aplicação da referida Lei. Matérias sobre a institucionalização da Lei 10639/2003 e sobre educação das relações étnicas-raciais nas escolas também são apresentadas como subsídio para educadores. O dossiê "Monteiro Lobato" é uma seção dedicada a publicações de textos que envolvem o escritor e sua obra com relação a questões raciais.

No portal Geledés é possível fazer *download* de *e-books* e outros materiais que podem ser usados em aula, entre eles o kit A Cor da Cultura; Cadernos Geledés com o conteúdo original entre 1991 e 1993; o livro "PLPs: uma experiência com Raça e

Classe"; a coleção completa da História geral da África em português; o livro "Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil"; e a revista "Tempo em Curso" publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro,

E-mail: <portalgeledes@geledes.org.br>

Site: <<http://www.geledes.org.br/>>

PROJETO A COR DA CULTURA: iniciado em 2004 o projeto educativo prevê a produção e disseminação de material pedagógico, informativo e literário em consonância com a Lei 10.639/03. Este projeto é realizado com a parceria da Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), Petrobrás, a TV Globo e a SEPPIR. A Cor da Cultura tem por finalidade ressaltar a história da África e promover a cultura afro-brasileira no ambiente escolar, fornecendo a educadores e escolares materiais que permitam o entendimento e a reflexão sobre assuntos relacionados a questões raciais e étnicas.

O projeto permite a produção de diferentes tipos de materiais informacionais, entre eles o "Kit A cor da cultura", são cinco cadernos destinados ao professor com diferentes abordagens sobre a temática e um CD, titulado de "CD Gonguê" com faixas de música inspiradas na herança africana que construiu para a construção da música brasileira, também apresenta um livreto digital com apresentação das músicas e instrumentos de matriz africana. Este material pode ser acessado no *site* e permite *download*. O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza esse material as escolas que se cadastrarem no portal e fizerem a solicitação através das secretarias de educação, incluindo o projeto em seu plano anual de ação. No portal do projeto há um espaço em que são disponibilizados artigos e notícias referentes à história e cultura afro-brasileira.

A cor da cultura se caracteriza pela realização de programas educativos com objetivo de valorizar a diversidade do país sob o viés afirmativo, a maioria apresenta recursos audiovisuais. Atualmente são desenvolvidos cinco programas. "Heróis de todo mundo" é um espaço em que se tem acesso a uma série de programas que pretende mostrar ao público que existiram grandes personalidades negras que fizeram diferença na construção do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Cada personalidade listada possui um intérprete, uma biografia, imagem e um vídeo episódio que apresenta sua história, trajetória de vida e representatividade para o grupo social. Além disso, são apresentadas referências bibliográficas e informações relacionadas, tanto metierias impressos como

documentos eletrônicos que podem ser utilizados para ampliar o conhecimento sobre as personalidades negras destacadas no programa.

"Livros animados" é uma série de dez programas que tem por finalidade incentivar a leitura de lendas e contos africanos e afro-brasileiros. Através da produção e disponibilização de vídeos animações de determinados livros é possível conhecer suas histórias, autores e ilustradores. Cada livro apresenta uma justificativa por ter sido selecionado ao projeto, são apresentados aspectos da obra que podem ser trabalhados em aula, sugestão de trabalhos e indicação de outros materiais para saber mais sobre o assunto. É possível assistir as histórias também na televisão no canal Futura no programa Livros Animados - Especial A Cor da Cultura. Neste espaço há uma seção de Jogos destinados ao público infantil, são dois jogos que apresenta aspectos da matriz africana: "Fui à África e vi" e "Tocando Junto". Ainda neste programa pode-se ter acesso a indicações de leitura, principalmente de literatura que trazem questões relacionadas e bibliografia utilizada para a realização do projeto.

"Nota dez" é um programa com cinco episódios que apresentam as experiências educacionais realizadas em escolas e que foram bem sucedidas. Neste espaço é disponibilizado textos que se referem a África no currículo escolar, material didático, igualdade de tratamento e oportunidades, corpo, religiosidade e cultura, educação infantil, religiosidade, educação quilombola, identidade, multidisciplinaridade e arte.

O programa "Ação/A Cor da Cultura" realizado em parceria com a Rede Globo é apresentado em quatro episódios que relatam a iniciativa e mobilização de pessoas e instituições que realizaram ações em prol da valorização das diferenças e igualdade social para o florescimento de uma sociedade mais justa. Também apresenta brevemente a história dos povos que foram trazidos da África e ajudaram a construir o Brasil. Neste programa pode-se ter acesso a diferentes instituições que trabalham na promoção da diversidade cultural afro, a maioria são parceiras do programa, há informações sobre o endereço, meios de acesso e contato.

A série "Mojubá" trata principalmente sobre temas que tratam das tradições religiosas de matriz africana, a influência européia e indígena nos cultos afro-brasileiros e a busca pela livre expressão religiosa. O espaço também é dedicado a apresentação de Contos e Lendas africanas que reconhecem os Orixás. Alguns dos recursos apresentam vídeos, outros só trazem textos. Também aborda assuntos mais específicos, são informações sobre origens, fé, meio ambiente e saúde, influências, literatura e oralidade, quilombos, comunidades e festas, história e geografia, beleza, ciência e tecnologia, tradição oral e famílias.

Como nem todos os recursos estão disponíveis no *site* do projeto pode-se ter acesso e realizar *download* ao conteúdo no portal Futuratec, bastando realizar um cadastro.

Site: <<http://www.acordacultura.org.br/>>

PROJETO TRÁFICO DE ESCRAVOS E ESCRAVIDÃO: iniciado pela UNESCO em 1999, no contexto do Programa Memória do Mundo. O projeto busca tornar possível a identificação da informação e da documentação existente no mundo em relação à escravidão e ao tráfico de escravos. Os levantamentos efetuados em diversos locais para esse projeto são repertoriados em CD-ROM ou *web sites*, e visa dar aos pesquisadores de todo o mundo uma visão global do que existe sobre esse tema, tanto nos países iniciadores do tráfico, quanto naqueles que se valeram da mão-de-obra escrava.

A partir de 2003 a Fundação Biblioteca Nacional por considerar o tema de grande relevância para os brasileiros passou a participar do programa para incorporar o Brasil nessa pesquisa. Atualmente a coleção do projeto não é exaustiva, pois cobre apenas o acervo da Biblioteca Nacional, mas espera-se que instituições detentoras de acervos sobre o tema façam parte da iniciativa para que esta possa ser ampliada.

O resultado da pesquisa foi incluído em CD-ROM e no *site* do Projeto. Este representa uma parte significativa do acervo que cobre diferentes tipos de materiais, como manuscritos, iconografia, obras raras, livros em geral e periódicos históricos que foram digitalizados para disponibilização. O CD-ROM com os documentos digitais faz ligação com a base de dados na Internet permitindo a sua atualização permanente com a inclusão de novos itens que venham a resultar da continuação da pesquisa.

A pesquisa permitiu identificar materiais inéditos na coleção e reunir de uma forma coerente os documentos sobre o tema. A organização dos materiais foi realizada em blocos temáticos que pretendem facilitar a consulta e encontro dos recursos. Os assuntos dividem-se em: tráfico e comércio de escravos; acordos internacionais e legislação sobre a escravidão; trabalho escravo e negro de ganho; castigos físicos; movimentos abolicionistas e alforrias; resistência negra à escravidão; e cultura afro-brasileira. A pesquisa também pode ser feita pelo sistema de busca da própria base de dados.

Site: <<http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/index.html>>

RS NEGRO - EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE: projeto realizado pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS (SJDS) e Fundação de Educação e Cultura do Internacional (Feci), com patrocínio da Companhia Estadual de Energia Elétrica do RS

(CEEE). São parceiros o Grupo de Educomunicação e Produção Cultural Afro-brasileira da PUCRS (EDUCOMAfro), a Edipucrs, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (Condene), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

O projeto teve a finalidade de desenvolver um Kit com recursos informacionais que possam servir de subsídio para inclusão da temática de história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar de ensino exigido pela Lei 10.639/03. O kit RS NEGRO é formado pela 2ª edição do livro "RS Negro: cartografias da produção do conhecimento"; por um vídeo-documentário "Sou"; uma revista "RS Negro"; pôsteres book RS Negro; CD de aulas "RS Negro"; e um CD de áudios "Negro Grande".

O livro "RS Negro: cartografias da produção do conhecimento" visa divulgar o conhecimento gaúcho sobre os africanos e afrodescendentes, e suas contribuições para a sociedade gaúcha. Permitindo reflexões sobre as experiências dos negros no sul do País sob vários aspectos e abordagens. Entre os temas tratados aponta para historiografia, religiosidade de matriz africana, comunidades quilombolas, movimentos sociais negros, artes afro-brasileiras entre outros conteúdos. Ao final de cada capítulo apresenta fontes de informação sobre os negros no Estado do Rio Grande do Sul e referências bibliográficas. O "Documentário SOU" é um vídeo caracterizado pela poesia e pela história, trata sobre a identidade afro-gaúcha, tendo como base a vida e a obra do poeta gaúcho Oliveira Silveira (1941-2009), um dos idealizadores do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

A "Revista-RS Negro" objetiva oferecer um guia de leituras e debates sobre a história e cultura afro-brasileira no estado do Rio Grande do Sul a partir de um conjunto de breves textos sobre assuntos correlatos. O "CD de aula RS Negro" busca conduzir a comunidade escolar a compreensão da identidade negra no País, especialmente a afro-gaúcha. Apresenta propostas de aulas e atividades que possam contribuir para o conhecimento da temática, promover a valorização da diversidade étnica e racial, assim como combater o preconceito e a discriminação. Os produtos do Projeto RS Negro estão disponíveis gratuitamente para consulta e *download* no portal do Projeto.

Site: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/index.html> >

5.3 FONTES DE INFORMAÇÃO QUE ATENDEM AS DUAS TEMÁTICAS

As fontes de informação que atendem as duas temáticas são aquelas que abordam tanto aspectos históricos e culturais dos indígenas quanto dos afro-brasileiros, atentando para disseminação de informações que favoreçam o entendimento das diferenças e valorizem a diversidade étnica desses grupos. As fontes arroladas possibilitam o estudo, ensino e aprendizagem dessas temáticas no ambiente escolar. Sendo, portanto consideradas adequadas e úteis para a educação de escolares e ampliação do conhecimento de educadores sobre estes assuntos. As fontes elencadas para este tópico foram categorizadas em fontes pessoais, institucionais, eventos e documentais.

No caso das fontes pessoais e documentais houve a preferência de se selecionar e apresentar fontes secundárias e terciárias que proporcionam acesso a demais fontes específicas das áreas em foco, ampliando assim as possibilidades de encontro de mais fontes que se dedicam a temática. Com isto, sugere-se para a realização da pesquisa nessas fontes, além do uso dos buscadores indicados e recursos de filtragem fornecidos pelo sistema, o uso dos seguintes termos: África, africana, africano, afro, afros, índio, índios, indígena, indígenas. Sendo possível em alguns casos acrescentar a pesquisa termos específicos da área do conhecimento que deseja relacionar, como literatura, dança ou geografia. Abaixo a relação de fontes de informação que atendem as duas temáticas:

5.3.1 Fontes pessoais

Nesta seção serão apresentadas as fontes de informação que possibilitam a localização de pessoas-fonte que detêm conhecimento sobre a temática indígena e sobre aspectos culturais e históricos da África e dos afro-brasileiros. Através dos recursos apresentados será possível localizar fontes pessoais engajadas em pesquisas, ou que trabalham em instituições específicas. As fontes pessoais indicadas são apresentadas a seguir.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL: desenvolvido pelo CNPQ o Diretório permite buscar informações sobre diversos grupos de pesquisa em atividade. É um recurso de busca relativamente de fácil utilização. Para a consulta é preciso selecionar uma das opções de busca apresentadas, são elas: grupos, pesquisadores, líderes ou estudantes. Utiliza recursos de busca convencionais, sendo que a busca é realizada a partir do nome do grupo, título e palavras-chave da linha de pesquisa. Pode-se restringir a pesquisa por região,

instituição e área do grupo. A pesquisa resulta em informações sobre determinado grupo de pesquisa, são informações sobre a sua identificação, como nome do grupo, área de atuação e linha de pesquisa, instituição e órgão mantenedor, endereço e meios de contato. Apresenta as repercussões dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo. Contudo, o diretório é um instrumento que objetiva apresentar informações especialmente sobre os integrantes e pesquisadores do grupo de pesquisa. Sendo assim, lista cada membro do grupo, apresentando informações pessoais, acadêmicas e profissionais, atividades realizadas, dados sobre suas pesquisas e vínculos institucionais, além de remeter para o Currículo Lattes. Sendo assim, é possível localizar pessoas-fonte e especialistas sobre temas relacionados a história e cultura de matriz indígena, africana e afro-brasileira.

Site: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>

PLATAFORMA LATTES: criada pelo CNPq a Plataforma é uma base de dados de currículos pessoais e instituições com informações relacionadas à área de ciência e tecnologia. A Plataforma Lattes, especificamente o Currículo Lattes possibilita a busca e o encontro de pesquisadores graduados e pós-graduados que possam ser úteis no fornecimento de determinadas informações, disponibilizando meios de contato e localização dessas pessoas. O Currículo Lattes permite a consulta a informações acadêmicas e profissionais de pessoas-fonte ligadas a uma instituição ou grupo de pesquisa das áreas de ciências e tecnologia, inclusive nas áreas dedicadas a história, ciências sociais, antropologia, educação e outras que podem contribuir para disseminação de conteúdos referentes a temática indígena e afro-brasileira.

Site: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>

5.3.2 Fontes institucionais

As fontes institucionais relacionadas nesse tópico são aquelas que têm como finalidade atender de uma maneira mais ampla seus objetivos com um público definido de forma mais abrangente. Trabalham em prol da inclusão social e identitária dos grupos minoritários e excluídos como um todo, mas são organizações que podem ser muito úteis para o conhecimento desses grupos. Neste sentido, apresentam informações variadas a partir de documentos e realizam atividades referentes tanto a proteção como valorização étnica de indígenas e afro-brasileiros que podem servir de subsídio para o ensino e aprendizagem dessas temáticas nas escolas.

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES DA UFRGS (BSCSH): a biblioteca teve início em 1942, período em que a Faculdade de Filosofia foi instalada na UFRGS. A BSCSH é vinculada ao Sistema de Bibliotecas da Universidade (SBU) e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ao Instituto de Letras. Suas atividades são orientadas conforme os programas de ensino e linhas de pesquisa dos dois Institutos.

O acervo da BSCSH inclui as coleções do Instituto de Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e as coleções dos cursos de pós-graduação destes Institutos. O acervo também é composto pela coleção Centro de Documentação Social (CDS) e pelos documentos do Núcleo de Informação em Sociologia (INFOSOCIO), tendo sido criada a Linha de Pesquisa Redes e Sistemas de Informação. A BSCSH é integrante e cooperante do Programa de Comutação Bibliográfica. A BSCSH é uma das mais importantes bibliotecas do Estado na área de ciências humanas e sociais, e é considerada uma das maiores bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Sua coleção inclui obras nas áreas de antropologia, arqueologia, ciência política, ciências sociais, cultura, filologia, filosofia, história, leitura, estudos da linguagem, línguas, linguística, literatura, religião, sociologia, sociologia rural e sindicalismo. Possui uma Coleção de destaque sobre o Rio Grande do Sul e de obras raras e esgotadas, especialmente obras de referência de difícil acesso.

A partir de pesquisa no catálogo constatou-se que a BSCSH possui um acervo relevante sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena, e assuntos correlatos. O acervo pode ser pesquisado no Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi), catálogo *online* da Rede de Bibliotecas da UFRGS. Já os materiais estão disponíveis para consulta no ambiente da Biblioteca ao público em geral.

Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43321 – Caixa Postal 15055 – Agronomia - Campus do Vale - CEP: 91501-970 Porto Alegre, RS, BRASIL.

Telefone: (51) 3308-7289, 3308-6700 e 3308-6973

E-mail: <bibbscsh@ufrgs.br>

Site: <<http://www.ufrgs.br/bscsh>>

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES (BPMJG): fundada em 1955, a Biblioteca está integrada a Coordenação do Livro e Literatura subordinada a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. A BPMJG busca formar leitores, favorecer o amplo acesso a informação, promover a cultura e a educação dos indivíduos e da sua comunidade, atendendo as necessidades de seus usuários de forma gratuita e igualitária.

A BPMJG possui um acervo com cerca de 35 mil exemplares, entre livros, periódicos e materiais audiovisuais. A coleção apresenta obras de referência, que compreende os dicionários e enciclopédias; obras gerais entre informativas, educacionais e pedagógicas; obras de literatura de diversos gêneros; setor de periódicos incluindo jornais, revistas e boletins; setor multimídia com videoteca e acervo de CDs musicais, DVDs com filmes e documentários; e um setor Infantil e Infanto-Juvenil com uma coleção de gibis e livros literários dedicados ao público jovem e infantil.

Como Biblioteca pública visa reunir materiais que atendem todas as áreas do conhecimento. Contudo a BPMJG apresenta uma coleção vasta e de qualidade que trata de assuntos relativos a diversidade cultural, sobre a história dos negros e indígenas no âmbito nacional e regional, tendo também obras de cunho pedagógico e de ensino e aprendizagem que abordam as questões étnicas-raciais no ambiente escolar. Além disso, a Biblioteca Josué Guimarães recebe praticamente toda a produção técnico-científica e as publicações elaboradas pelos órgãos governamentais ligados a educação e a cultura, sendo que muitos editam materiais relacionados com a temática indígena e afro-brasileira para a promoção do multiculturalismo, valorização das diversidades, integração desses grupos na sociedade e combate da discriminação étnica e racial.

Endereço: Centro Municipal de Cultura, Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues. Avenida Érico Veríssimo, 307 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre/RS - Cep 90160-181.

Telefone: 3289-8078 e 3289-8079

E-mail: <bibliot@smc.prefpoa.com.br>

Blog: <<http://bibpmjg.blogspot.com.br/>>

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR (CNFCP): criado em 1958, é instituição pública federal integrada ao IPHAN, que por sua vez é vinculado ao Ministério da Cultura. O CNFCP atua na elaboração, desenvolvimento e execução de programas e projetos a nível nacional que permitam a realização de pesquisa, documentação, difusão e apoio às expressões culturais, dos saberes e fazeres do povo brasileiro, incluindo os indígenas e afro-brasileiros.

A coleção do CNFCP conta com um acervo museológico com cerca de 13 mil objetos, 130 mil documentos bibliográficos e aproximadamente 70 mil documentos audiovisuais. O centro possui uma Biblioteca e um Museu. A Biblioteca Amadeu Amaral é uma das maiores da América Latina especialista na área de folclore e cultura popular. O acervo bibliográfico começou a ser constituído em 1961, são livros, periódicos, folhetos, produções acadêmicas,

folhetos de cordel e recortes de jornais. Incluí ainda publicações de outras instituições, obras raras do século IX com títulos diversos, relatos de viajantes, produções contemporâneas e pesquisas etnográficas. O Museu de Folclore Edison Carneiro foi criado em 1968, possui em média 14 mil objetos disponíveis para consulta de especialistas.

Apesar do Centro não proporcionar visita guiada as suas dependências pode-se recorrer ao guia sonoro digital para o público em geral ou solicitar a visita preparatória oferecida pelo programa educativo a educadores e agentes culturais que queiram levar grupos de estudantes ao CNFCP. Além disso, é possível fazer uma visita virtual pelos espaços do Centro, este projeto visa permitir o acesso à distância aos espaços da Instituição.

O Centro presta diferentes tipos de serviço ao seu público. O CNFCP realiza o serviço de intercâmbio de obras e publicações entre instituições de caráter educacional e social. São realizadas distribuições de materiais ou empréstimos que ocorrem exclusivamente mediante documento institucional e solicitação ao Setor de Difusão Cultural. O Centro possui uma programação diversificada de atividades, essas são divulgadas no portal da Instituição na seção agenda ou ainda pode ser realizado uma inscrição para receber informes sobre o CNFCP.

O portal institucional *online* do CNFCP é uma fonte útil com informações que permite o acesso a alguns serviços oferecidos aos usuários através da Internet. O espaço "Acervos digitais" permite a pesquisa nas bases de dados mantidas pelo Centro e a consulta virtual aos documentos. A Cordelteca possui folhetos de cordel; a Hemeroteca apresenta recortes de periódicos (jornais e revistas), a Xiloteca reúne uma coleção de xilogravuras; a Revista Brasileira de Folclore possui alguns de seus fascículos; e nos catálogos da Sala do Artista Popular (SAP), são apresentados seus títulos. A seção "Arquivos para baixar" pode-se encontrar documentos e textos especializados disponíveis para *download*. São materiais que trazem informações e tratam sobre antropologia e folclore, arte e artesanato, educação, patrimônio cultural e textos técnicos. Além disso, há um espaço para a divulgação e visualização de Vídeos elaborados pelo Centro e uma seção dedicada a Temas da cultura popular, são informações e ilustrações que abordam diferentes assuntos.

As obras produzidas pela Instituição pretendem estimular a difusão do conhecimento acumulado pelo CNFCP. As publicações tratam de questões relacionadas ao amplo universo do folclore e da cultura popular no Brasil. São elas: Cartões Postais que retratam aspectos da cultura popular brasileira em suas várias formas de expressão; Catálogos de exposições realizadas no Centro que servem de instrumentos de difusão da arte e da cultura popular; documentos sonoros que tratam dos registros da música tradicional brasileira; Séries

bibliográficas que apresenta informações sobre o acervo da Biblioteca Amadeu Amaral; Séries Encontros e Estudos que divulga encontros, estudos, pesquisas e publicações, entre outros temas com informações sobre folclore e cultura popular. Os títulos estão disponíveis para consulta na Biblioteca, sendo que alguns podem ser acessados na Internet e no *site* do Centro.

A "Revista Brasileira de Folclore" ganha destaque, pois faz parte de um projeto entre a Caixa Econômica Federal e o CNFCP, através do programa de adoção de entidades culturais que realizou a digitalização de toda a coleção para disponibilizar na Internet. A Revista foi editada entre 1961 a 1976 e reúne a produção intelectual da época sobre diversas expressões da cultura popular brasileira. Seus fascículos contêm artigos, bibliografias, resenhas, bem como informações sobre atividades e eventos da área de folclore e cultura popular que ocorreram naquele período.

O Centro Nacional De Folclore e Cultura Popular desenvolve um Programa educativo em que são oferecidos serviços e recursos que buscam apoiar educadores na elaboração de novos métodos para o estudo do folclore e da cultura popular no ambiente escolar. É possível ter acesso a textos de apoio sobre educação no portal do Centro. O CNFCP também subsidia ações de pesquisa que fundamentam as suas atuações. São linhas de pesquisa focadas na produção de conhecimento, produção e aquisição de acervos e promoção das expressões das culturas populares. Os projetos de pesquisa dividem-se em Programa de Apoio a Comunidades Artesanais, Patrimônio imaterial, Sala do Artista Popular (SAP), Curso Livre de Folclore, Concurso Sílvio Romero de monografias e Prêmio Manuel Diégues.

Endereço: Rua do Catete, 179 e 181, Catete - CEP 22.220-000 - Rio de Janeiro, RJ – BRASIL.

Telefone: (21) 2285-0441

Site: <<http://www.cnfcp.gov.br>>

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DEDS): o DEDS é um departamento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Foi criado no ano de 1992. Suas ações são pautadas pelo compromisso da universidade pública em promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sociocultural. O DEDS direciona os interesses da universidade para promover o diálogo com a comunidade, busca subsídios que proporcionem o encontro de soluções e intervir na realidade da sociedade.

O Departamento desenvolve programas, projetos e atividades que buscam a compreensão de questões étnico-raciais entre outras, e a valorização das diferentes culturas, indígenas e afro-brasileiras, com o objetivo de fornecer recursos para professores, educadores e interessados na construção da cidadania e promoção da diversidade. Entre esses destacamos o Programa "Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico" que visa a construção e a vivência de práticas antidiscriminatórias e antirracistas, que propiciem a sua compreensão e sensibilização, permitindo a qualificação para uma intervenção pedagógica nas escolas; e o Projeto "Conversações Afirmativas" que atua em escolas da rede pública de ensino com rodas de conversa para divulgar o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS. Além disso, o "Conversações" também desenvolve atividades culturais como a elaboração de painéis artísticos relacionados aos temas em discussão. O DEDS também realiza o "Curso de Extensão Formação Continuada na Lei 11.645/08", promovendo a temática indígena na educação e permitindo a discussão sobre os desafios entre teoria e prática; e o "Curso de Formação Continuada na Lei 10.639/2003" com o tema História e Cultura Afro-Brasileira e a inclusão da temática na estrutura e funcionamento da escola. Além dessas atividades o DEDS possui uma Linha Editorial que é o espaço para a edição, publicação e divulgação da produção de estudos e pesquisas com os temas etnicidade, identidade e territorialidade, possibilitando o acesso a obras relevantes para o fomento das políticas afirmativas e a promoção da diversidade étnico-racial.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 – 5 andar, Prédio da Reitoria da UFRGS. CEP: 90040-060 - Porto Alegre, RS, Brasil.

Telefone: (0xx51) 3308-3455 - Fax (0xx51) 3308-3977

E-mail: <deds@prorext.ufrgs.br>

Site: <<http://www.ufrgs.br/deds>>

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF): criado em 1946 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a UNICEF instaurou-se no Brasil no ano de 1950 com a finalidade de apoiar e modificar as questões relacionadas à infância e adolescência. O UNICEF Brasil pretende fornecer assistência a crianças e jovens respaldada na Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com respeito a sua missão o Fundo atua em prol do acesso a educação, combate ao trabalho infantil e desenvolvimento de ações para a melhoria de vida desta parcela da população.

No *site* da UNICEF é disponibilizado informações através do espaço biblioteca e multimídia, são encontrados artigos, publicações, relatórios, boletins, notícias, legislação,

matérias, discursos, vídeos e áudios que abordam questões relativas a sua missão institucional. Abrange aspectos para uma educação para a igualdade étnico-racial, atentando para a diversidade cultural do País, assim disponibiliza informações sobre a África, afro-brasileiros e indígenas.

O "Selo UNICEF Município Aprovado" é um projeto que visa reconhecer internacionalmente municípios brasileiros do Semiárido e da Amazônia que propiciarem importantes medidas na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes da região. São propostas baseadas em instrumentos idealizados pela UNICEF que facilitam a avaliação do município para a criação e implementação de ações dentro de uma temática específica. A Edição de 2009-2012 abordou a "Cultura e Identidade: Comunicação para a Igualdade Étnico-racial". Com isto, o projeto resultou em documentos úteis sobre o tema que podem ser acessados no *site* Institucional, o "Guia de orientação" para a realização de práticas nas escolas é um exemplo.

A UNICEF juntamente com seus parceiros promove a "Campanha por uma infância sem racismo" que trata da discriminação racial sobre as crianças brasileiras, pois acredita que o preconceito preconiza a desigualdade entre negros, indígenas e brancos. A campanha pretende ressaltar os impactos do racismo na infância e adolescência e a necessidade de uma mobilização social que assegure o respeito e a igualdade étnico-racial desde a infância. A campanha pode ser realizada por pessoas, governo e instituições em geral. Para participar a UNICEF disponibiliza em seu *site* materiais de divulgação para utilização, são folders, cartazes, peças de campanha, vídeos, depoimentos e mensagens.

Endereço: Escritório do Representante do UNICEF no Brasil, SEPN 510, Bloco A – 2º andar, Brasília, DF, 70750-521, Caixa Postal: 08584 – CEP 70312-970.

Telefone: (61) 3035-1900

E-mail: <brasilia@unicef.org>

Site: <<http://www.unicef.org.br/>>

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN):

o Instituto de foi criado em 1937, pela Lei nº 378 e hoje obedece ao princípio normativo contemplado pela Constituição da República Federativa do Brasil que define patrimônio cultural a partir de todas as suas formas de expressão. O IPHAN atualmente é vinculado ao Ministério da Cultura.

O Instituto trabalha para a proteção, preservação e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiro, além de realizar ações permanentes de identificação,

documentação e promoção do patrimônio nacional. Diante da diversidade cultural o IPHAN integra a cultura afro-brasileira e indígena nas suas políticas. A salvaguarda desses bens cabe ao IPHAN e ao poder público com o apoio da comunidade. O IPHAN realiza tombamentos, restaurações e revitalizações, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis. Também foca na proteção dos acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem.

O IPHAN mantém Arquivos, localizados nos estados brasileiros que são referências para o estudo de políticas e práticas no campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN também produz e divulga informações sobre as suas atividades e em prol da promoção e disseminação de informações relevantes para pesquisa e estudo concernentes aos seus propósitos. São materiais e publicações que podem ser acessados no *site* institucional. Possui a Rede de Bibliotecas do IPHAN que é um banco de dados da Rede Informatizada de Bibliotecas do IPHAN (RIBI) que possibilita localizar livros e periódicos nos principais acervos bibliográficos da Instituição. A coleção virtual de documentos elaborados pelo IPHAN e parceiros está disponível *online* e divide-se em: Cartas patrimoniais; Edições IPHAN e do Programa Monumenta; Revista Eletrônica do IPHAN; Revista do Patrimônio; Dossiês do patrimônio imaterial; Nos Arquivos do IPHAN: revista eletrônica de pesquisa e documentação; Textos especializados e um espaço dedicado a vídeos que apresentam o patrimônio cultural brasileiro.

As publicações, obras e livros são distribuídos gratuitamente para instituições de ensino e bibliotecas públicas em todo o país mediante solicitação e disponibilidade do material. Além disso, estão disponíveis nas bibliotecas do IPHAN e em formato digital no *site* da instituição. Para outras instituições e interessados as publicações podem ser adquiridas nos pontos de venda indicados, ou diretamente com o Setor de Publicações do IPHAN.

Para integrar o Sistema de Informações Culturais na América Latina e Caribe (SICLAC) o IPHAN vem trabalhando para implementar e disponibilizar o Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC), do Ministério da Cultura em conjunto com outros órgãos governamentais nacionais e internacionais. O sistema foi dividido em diferentes bases de dados, são elas: Consulta dos Bens Culturais Procurados, o Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados, o Guia dos Bens Tombados, Acervo Iconográfico, a Rede Informatizada de Bibliotecas do IPHAN e o Arquivo Noronha Santos. Todas as bases de dados estão acessíveis para pesquisa no *site* do IPHAN.

Endereço: Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. Av. Independência n° 867
Centro, Porto Alegre – RS. CEP: 90.035-076.

Telefone: (51) 3311-1188 e 3311-9351

E-mail: <iphan-rs@iphan.gov.br>; Publicações <publicacoes@iphan.gov.br>

Site: <<http://portal.iphan.gov.br>>

INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (IGTF): teve origem a partir da instituição do Decreto n.º 23.613, de 1974. IGTF realiza pesquisas sobre a cultura popular do Estado do Rio Grande do Sul e atua na divulgação de seus resultados e na promoção cultural. Desenvolve estudos específicos na área do folclore, da tradição, da arte e da história do povo gaúcho.

O IGTF tem uma Biblioteca com um acervo de aproximadamente quatro mil obras. A coleção inclui livros, trabalhos acadêmicos, periódicos, recortes de jornais e materiais de referência. O acervo é representativo por temas referentes ao folclore, tradicionalismo, culturas das diversas etnias formadoras da sociedade sul-riograndense, entre elas as etnias indígenas, africanas e afrodescendentes. O Museu do Som Regional pertencente IGTF possui uma coletânea de cerca de seis mil títulos, são CDs, LPs, fitas cassetes, DVDs e vídeos que tratam sobre a música regional, sobre a memória do folclore, da dança e das artes em geral. Além disso, o Instituto conta com um estúdio chamado Cesar Passarinho que funciona para a realização de gravações, digitalização do acervo e produção de programas radiofônicos que permitem proteger, guardar e garantir a disseminação da música. O IGTF auxilia pesquisadores nos seus estudos, e também participa e desenvolve atividades e eventos que promovem e divulgam o folclore e ao tradicionalismo gaúcho na região sul.

Endereço: Avenida Borges de Medeiros, 1501, Térreo, Centro, Porto Alegre – RS - CEP: 90.119-900.

Telefone: (51) 3228-1764

E-mail: <presidência.igt@via-rs.net>

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC): criado em 1985, pelo Decreto 91.144/1985. O Ministério prevê preservar, valorizar e promover a cultura brasileira, pois a concebe como elemento fundamental e insubstituível na construção da identidade nacional. A cultura também influencia na economia do País, sendo percebida pelo Ministério como fonte de geração crescente de empregos e renda.

O Ministério da Cultura realiza, implementa e incentiva programas, ações, projetos e atividades em prol da cultura e a sua diversidade. Dentro da sua estrutura possui a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural que atende assuntos específicos e relativos a esta questão. Entre os programas desenvolve ações no âmbito da Cultura afro-brasileira e indígena. Quanto às metas do Ministério destacamos a Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais; o desenvolvimento de uma Cartografia da diversidade das expressões culturais do território brasileiro; e o Cadastrado no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações de promoção da diversidade cultural. No *site* institucional do Ministério são divulgadas informações referentes aos planos e programas desenvolvidos, além de outras informações pertinentes.

Endereço: Representação Regional do Sul. Rua André Puente, nº 441, sala 604 – Bairro Independência. CEP: 90035-150 – Porto Alegre/RS.

Telefone: (51) 3204-7600 e 3204-7610

E-mail: Pronac <atendimentopronacsul@cultura.gov.br>; Sul <regionalsul@cultura.gov.br> e Informativo Eletrônico <comunicacaosul@cultura.gov.br>

Site: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL (MARS): criado em 1978, tem a finalidade de desenvolver uma coleção com materiais diversificados que possam auxiliar na pesquisa e no estudo sobre as diferenças e as diversidades culturais encontradas no sul do País. Prevê divulgar aspectos significativos da cultura gaúcha e da sociedade do Rio Grande do Sul.

O acervo do MARS é constituído por objetos e documentos elaborados ou obtidos a partir da realização de pesquisas etnográficas e arqueológicas, realizadas no Estado. O MARS possui um centro de documentação, que salvaguarda obras, fotografias, entrevistas, objetos de uso cotidiano, artefatos de rituais sagrados de diferentes grupos étnicos, entre outros materiais. A coleção abarca temas de interesse para este estudo, são documentos que tratam sobre etnicidade e identidade de grupos migrantes, religiosidades afro-brasileiras; etnologia e etnicidade de grupos indígenas contemporâneos (Kaigangs e Guaranis); arqueologia indígena; identidades étnicas de comunidades e movimentos negros no RS e territorialidade e habitação entre classes populares (etnografia de vilas populares).

O atendimento ao público ocorre mediante agendamento para a visitação ao centro de documentação da Instituição do MARS.

Endereço: Rua dos Andradas, 1234 – 10º andar – Sala 1009 – Centro - CEP 90020-008.

Telefone: (51) 3228-7664

E-mail: <mars@sedac.rs.gov.br>

Blog: <www.museuantropologico.blogspot.com.br>

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL: é o escritório nacional da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) no Brasil que representa a região da América Latina. A parceria entre a UNESCO e Brasil iniciou em 1964 e o escritório foi criado em 1972. A representação da UNESCO no Brasil visa prestar auxílio na elaboração e realização de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento humano e que estas estejam de acordo com as estratégias estipuladas entre os estados membros. A UNESCO trabalha através do estabelecimento de projetos governamentais de cooperação técnica, e também em parceria com outros setores da sociedade civil. As iniciativas, ações projetos são desenvolvidos nas áreas da educação, ciências naturais, ciências sociais, cultura, comunicação e informação.

Entre estas áreas temáticas de atuação a UNESCO atende e realiza ações sobre a Diversidade Cultural e sobre as Relações Étnico-raciais no Brasil, são projetos desenvolvidos que podem ser conhecidos no *site* institucional da representação da UNESCO no Brasil. A área de atuação que se refere a Diversidade Cultural realiza projetos e elabora políticas sociais específicas para indígenas e afrodescendentes com o intuito de garantir os direitos humanos e das minorias, e combater a discriminação que relaciona-se com a desigualdade. São ações que prevêm a preservação das tradições e línguas indígenas, conhecimento tradicional indígena sobre a natureza, terras indígenas, direitos dos povos indígenas e influência da cultura africana na cultura e história do Brasil. No *site* está disponível para *download* a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais e a Declaração universal sobre a diversidade cultural.

As relações étnico-raciais são tratadas na área de temas especiais. A UNESCO também atua para promover a superação da discriminação racial no Brasil, através da criação e desenvolvimento de ações que possam favorecer o respeito pelas diferenças e que contribuam para a valorização dos diferentes povos que constituem o país. São realizadas quatro principais ações em prol das questões étnico-raciais. O Programa "Brasil-África: Histórias Cruzadas" que promove a importância do cruzamento entre a história e a cultura

brasileira e africana. Esta seção apresenta no *site* documentos sobre o programa e documentos relacionados como o material: "Debates e perspectivas para a institucionalização da lei no 10.639/2003" (coletânea de textos e vídeos), entre outros que estão disponíveis para acesso e consulta *online*.

A "Coleção História Geral da África" é uma ação que pretende disseminar uma nova visão sobre a África para os brasileiros. É uma obra de referência que foi traduzida para o português e tem a finalidade de informar sobre a verdadeira história da África, revelando que esta não se resume ao tráfico de escravos e à pobreza. O *download* da coleção completa pode ser realizado no próprio *site* da UNESCO.

Os "Eventos sobre a História Geral da África no Brasil" apresentam os assuntos tratados no ano internacional dos afrodescendentes que foi comemorado em 2011. O Programa "Rota do Escravo" é um instrumento informacional que pode ser utilizado para a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância do patrimônio histórico deixado pelos africanos e afrodescendentes, favorecendo sua integração no desenvolvimento da identidade nacional.

Endereço: SAUS Qd. 5 - Bloco H - Lote 6 - Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9. andar. Brasília, DF- Brasil, CEP: 70070-912.

Telefone: (61) 2106-3500

E-mail: <brasilia@unesco.org>

Site: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/home/>>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC):

criado em 1930, o Ministério da Educação visa promover um ensino de qualidade em âmbito nacional. Trabalha a partir das diretrizes apontadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007.

Dentro da sua estrutura organizacional o MEC possui em administração direta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Esta Secretaria implementa políticas educacionais em diferentes áreas, mas cabe destacar a educação em direitos humanos, escola indígena e quilombola, e a educação para as relações étnico-raciais. O SECADI objetiva contribuir para o desenvolvimento de sistemas de ensino, focados na valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental.

O SECADI possui programas e ações que contemplam sua finalidade. Entre eles mantém a Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais. Visa realizar a formação Continuada de Professores em Educação Quilombola e em Relações Étnico-Raciais. Procura promover a Educação Quilombola e Educação Escolar Indígena. Presta apoio aos projetos de Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), Conexões de Saberes (PET), Territórios Etnoeducacionais (TEES) e Ações Afirmativas para a População Negra na Educação Superior (UNIAFRO). Além disso, participa da Rede de Educação para a Diversidade (Rede).

A Rede é um grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação continuada de profissionais de educação. O objetivo é disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. São ofertados cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica nas áreas de relações étnico-raciais, diversidade e cidadania, entre outras. A formação é oferecida na modalidade semi-presencial no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). No *site* do MEC, no espaço do SECADI é possível ter acesso a mais informações e diferentes publicações sobre educação, diversidade étnico-racial e legislação pertinente ao temas.

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ed. Sede e Anexos. CEP: 70.047-900 - Brasília / DF.

Telefone: (61) 0800-616161

Site: <<http://portal.mec.gov.br/>>

5.3.3 Eventos como fonte de informação

Para possibilitar o conhecimento dos grupos étnicos em estudo, indígenas e afro-brasileiros, foi localizado apenas um evento. Este evento, contudo compreende um Festival de âmbito local, mais com abrangência internacional que pode servir de relevante fonte de informação para os propósitos da pesquisa. Sendo assim, o evento selecionado pode permitir a integração dos diferentes povos que constituem a nossa sociedade com a comunidade escolar. Esta fonte é explicitada a seguir.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE DE PORTO ALEGRE: o Festival é um evento popular que promove o intercâmbio cultural entre os participantes e busca a valorização das diferentes etnias, inclusive a indígena e a afro-brasileira que são representadas

por grupos ou instituições especializadas nessas temáticas. Tem como princípio a divulgação do folclore dos diferentes povos, para possibilitar o entendimento da diversidade cultural do mundo. Acontece na cidade de Porto Alegre geralmente no segundo semestre de cada ano. São cerca de 10 dias com uma programação diversificada, entre espetáculos em palcos, praça pública e teatros, apresentações de grupos culturais para escolas da região, oficinas especializadas, desfiles etnográficos e outras atividades. Participam do Festival, grupos locais e internacionais convidados ou que se inscrevem para realizar determinadas atividades. A participação da comunidade e interessados no Festival é totalmente gratuita.

Site: <www.festfolcpoa.com.br>

Blog: <www.festfolcpoa.blospot.com>

5.3.4 Fontes documentais

As fontes documentais consideradas importantes para a busca de informações pertinentes ao estudo da África e de questões históricas e culturais de indígenas e afro-brasileiros serão listadas neste tópico. São fontes que podem fornecer informações sobre os dois grupos étnicos em um só recurso. Foram selecionadas aquelas que possuem conteúdo aprofundado sobre as áreas específicas em estudo, ou ainda aquelas que apresentam material específico para educadores desenvolverem atividades no que tange as temáticas no ambiente da escola. Cabe destacar que catálogos de bibliotecas e editoras de maneira geral também são recursos muito úteis para a identificação de documentos e informações condizentes com os propósitos do estudo, contudo não houve interesse de listá-los, pois se entende que estes já são de conhecimento da maioria dos professores e bibliotecários atuantes no ambiente educacional.

Como as fontes documentais indicadas são na sua maioria caracterizadas por fontes secundárias e terciárias, sugere-se que a pesquisa seja realizada em seus buscadores, a partir de sugestão apontada no início do capítulo, seção 5.3 Fontes de informação que atendem as duas temáticas, pág. 110. As fontes documentais são descritas a seguir.

ALMANAQUE BRASIL DA CULTURA POPULAR: projeto de iniciativa da produtora de conteúdo cultural Andreato Comunicação e Cultura, é realizado por uma equipe de vários colaboradores de diferentes profissões. O Almanaque foi criado para difundir e preservar a cultura e a memória nacional através da valorização da nossa identidade e dos múltiplos povos que a formam, inclusive indígenas e afrodescendentes.

Almanaque Brasil visa o desenvolvimento de plataformas que disseminem a informação sobre a cultura popular em diferentes formatos e suportes, abordando temas como a cultura e a memória brasileira, destrinchadas em perfis, biografias, curiosidades, jogos e brincadeiras. O projeto resultou em revista, programa de TV e um portal na Internet. O Almanaque Brasil teve início em 1999 com a criação de uma publicação mensal, atualmente a revista é distribuída a assinantes, grupo de pessoas formadoras de opinião, bibliotecas públicas e instituições sociais. Além disso, a revista está disponível para acesso no *site* do projeto.

Em 2010 foi criado um programa de TV com o mesmo título. O programa Almanaque Brasil é transmitido pela TV Brasil com a idealização da TV Cultura e Andreato Comunicação e Cultura. O Almanaque da TV possibilita o conhecimento das histórias da memória nacional e dedica-se a todos os públicos, apresentando uma linguagem versátil, com conteúdos diversificados. O programa é apresentado em quadros de animação em que são realizadas entrevistas com os nomes mais expressivos da vida brasileira. São convidados alguns artistas de renome da nossa música. É visto o nível de brasilidade das pessoas a partir da proposta de brincadeiras como trava-línguas, testes de conhecimentos e outras. Também possui um quadro que propõem resgatar modas, hábitos, brincadeiras e objetos que marcaram época. São feitas investigações sobre a ciência na cultura popular, e por fim mostra a habilidade das mãos brasileiras em um quadro específico. O Programa Almanaque Brasil é veiculado semanalmente na TV Brasil e TV Cultura, contudo pode-se ter acesso aos programas na íntegra no *site* institucional da TV Brasil.

O Almanaque Brasil ainda resultou em portal na Internet. Nele são encontradas informações sobre o Projeto e matérias variadas sobre diversos assuntos e múltiplas abordagens, que podem ser localizados a partir de um sistema de busca. Além disso, há uma seção com indicações de livros, artigos, CDs, filmes e outros recursos interessantes.

Site: <<http://almanaquebrasil.com.br/personalidades.html>>

PORTAL DO PROFESSOR: lançado em 2008 com apoio do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O portal tem finalidade de prestar apoio na formação continuada de professores através de recursos que possibilitem inovação nas práticas pedagógicas. O portal do professor é considerado um repositório que contém objetos e recursos educacionais em diferentes formatos que podem atender a todos os níveis de ensino, disciplinas e temáticas variadas do currículo escolar, bem como assuntos relativos aos indígenas e afro-brasileiros, cidadania e diversidade cultural do Brasil.

Os conteúdos se caracterizam também pelas diversas formas, são textos, vídeos, animações, simulações, áudios, hipertextos, imagens, experimentos práticos, planos e sugestões de aulas. Os recursos estão disponíveis para consulta, visualização e também para *download*. O Acesso aos recursos pode ocorrer a partir da consulta as coleções de conteúdo ou ainda por um sistema de busca, podem ser pesquisados por palavras-chave ou pela busca avançada.

O Jornal do professor é uma publicação que permite o acesso a diversas informações sobre temas voltados a prática educacional. É um periódico quinzenal em que os leitores podem participar da escolha do tema fazendo parte de enquetes divulgadas no próprio portal. Há um espaço específico a divulgação de informações sobre cursos e programas de capacitação destinados a professores e realizados pelo MEC e demais instituições. Também pode-se ter acesso a materiais de estudos com conteúdos que favorecem a formação dos professores e a fundamentação da prática educacional.

Os educadores podem interagir com outros e colaborar a partir da troca de experiências e informações, é possível criar grupos, produzir e compartilhar trabalhos, pesquisas e conteúdos. Contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. Há um espaço com uma listagem de *links* e endereços de *sites* e portais nacionais e internacionais separados por assuntos, que permite facilitar as pesquisas dos professores por mais informações e conteúdos que podem auxiliar na dinamização das aulas.

O acesso as informações contidas no portal é público a todos interessados. Porém, somente pessoas vinculadas a instituições de ensino privado ou público podem se inscrever a partir de cadastro para criar aulas, publicar no fórum e utilizar as salas de bate-papo. Educadores também têm acesso a informações sobre universidade, centros de pesquisas, Secretarias de educação municipais e estaduais, Núcleos de Tecnologia Educacional e escolas de todo o Brasil. O portal do professor também remete ao Banco internacional de objetos educacionais recurso semelhante, que também disponibiliza materiais que podem ser utilizados para o ensino e aprendizagem de escolares.

Site: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br>>

REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA: projeto desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em parceria com a empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (FINEP/MCTI).

A Rede da Memória Virtual Brasileira visa apoiar a disponibilização de informações sobre documentos na Internet, permitindo a disseminação e descrição da memória brasileira

armazenada nas diversas coleções espalhadas pelo país e acervos de bibliotecas e instituições universitárias e públicas participantes do projeto. O Portal da Rede Memória Virtual Brasileira possibilitará a universalização do acesso à diversidade cultural brasileira, através da criação de conteúdos inéditos e a difusão de documentos e informações relevantes para o estudo da cultura regional e nacional do Brasil. O conteúdo da Rede é também composto por textos com ilustrações, referências bibliográficas e fontes de informação que podem ser consultadas ou apenas indicadas. Existe uma cronologia a partir do Sec. XVI até o Sec. XX e uma galeria de imagens digitais. Há também um espaço dedicado a Antologia da literatura brasileira onde são apresentados autores renomados de diferentes épocas, informando sobre a sua biografia e obra.

Através do Portal da Memória Virtual Brasileira é possível conhecer as expressões culturais das artes, música, literatura e história do país ou da sua região, contemplando também a história e cultura dos índios e afrodescendentes. Sendo assim, a Rede da Memória Virtual Brasileira pretende integrar e difundir partes da história da sociedade brasileira, a fim de fazer com que o país conheça suas raízes.

Endereço: Fundação Biblioteca Nacional / Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira. Av. Rio Branco, 219/239 – 3. andar - Centro – Rio de Janeiro – RJ - Cep: 20040-008.

E-mail: <redememoria@bn.br>

Site: <<http://bndigital.bn.br/projetos/redememoria/index1.htm>>

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL: criada em 2003 pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin) com apoio do Ministério da Cultura e patrocínio da Petrobras e outras instituições com amparo da Lei Rouanet.

A Revista de História da Biblioteca Nacional é publicação mensal que apresenta artigos, reportagens e textos em geral que tratam de assuntos relacionados com a história do Brasil e a historiografia. Contemplando uma visão atualizada e abrangente sobre a formação da sociedade brasileira, seus costumes, política, personagens marcantes e outros aspectos e fatores que influenciaram e se referem à evolução do País. Apresenta também temas que abordam o desenvolvimento da cultura e a história dos indígenas e afro-brasileiros. A publicação é indicada para instituições educacionais e possui uma linguagem acessível. Além de trazer temas diferenciados a cada edição, apresenta uma abordagem criativa e interessante, sendo ilustrada por imagens e fotografias que enriquecem o conteúdo.

A Revista também mantém um *site* em que são disponibilizadas informações sobre a publicação e complementares que podem servir de recursos para estudos e pesquisas na área.

O portal da Revista apresenta uma agenda com a divulgação de atividades e eventos que ocorrem em todo território nacional. Além disso, disponibiliza artigos, entrevistas, reportagens, textos sobre pessoas da história e indica filmes que tratam de alguma questão histórica ou cultural. É possível participar de Fóruns com diferentes áreas temáticas e interagir com outras pessoas no espaço “História interativa”, local em que internautas podem contribuir com informações variadas, entre textos e recursos multimídias, sobre a história do Brasil e assuntos correlatos. Para fazer parte do “História interativa” é necessário realizar cadastro e entrar no sistema, que é indicado no próprio *site* da Revista. A seção "Sala de Aula" é o espaço dedicado ao professor que deseja compartilhar experiências e informações sobre seu processo e métodos de ensino e aprendizagem.

A Revista de História da Biblioteca Nacional desenvolve alguns projetos que vão além da publicação impressa da revista, são ações que visam fomentar o estudo e a pesquisa pela história e sua contribuição para o entendimento social. O Projeto O Balaio de Histórias é integrante do projeto História no Ponto, realizado em parceria com a Secretaria de Programas Culturais do Ministério da Cultura. A ação prevê a distribuição mensal da revista para 1.000 pontos de cultura. Entre estes, doze Pontos de Cultura são escolhidos para a realização de um evento. A atividade inclui um *workshop* para professores sobre a utilização da Revista nas salas de aula e um debate com um historiador convidado a falar sobre algum tema representativo da localidade visitada. Os Pontos também podem realizar apresentações artísticas e mostrar seus trabalhos para o público do evento. No espaço virtual do projeto é possível conhecer a agenda e a programação das atividades, ter acesso a matérias, imagens e vídeos realizados nos eventos.

O projeto História da ciência *online* apresenta uma série de matérias sobre fatos históricos que marcaram e permitiram o desenvolvimento da Ciência como ela é hoje, trazendo ainda notícias da área da ciência com informações contemporâneas influenciadas pela história da ciência. O conteúdo *online* traz uma coletânea de referências e links interessantes, além disso, há um espaço com vídeos e imagens que podem ser utilizados para aprofundar a pesquisa sobre a temática. O projeto História no Bolso é voltado aos interessados pela História do Brasil. É uma coleção de pequenos volumes que reúne os artigos publicados pela Revista de História da Biblioteca Nacional desde 2005. O projeto tem do apoio do BNDES. No espaço virtual do programa é possível conhecer todos os livros da coleção História no Bolso e visualizar a introdução e o sumário. Também pode-se enviar dúvidas, críticas e sugestões para os autores dos artigos presentes nos livros.

Para adquirir a Revista impressa deve-se realizar a sua assinatura ou adquiri-la em fascículos. As edições anteriores a edição atual também podem ser adquiridas.

Site: <<http://www.revistadehistoria.com.br/>>

TESAURO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR: foi iniciado em 2004 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional veiculado ao MinC com patrocínio da Caixa Econômica Federal.

O tesouro como uma linguagem documentária contém termos relacionados a um campo ou área específica do conhecimento. O Tesouro de folclore e cultura popular é instrumento focalizado no domínio específico do folclore e cultura popular brasileira, tendo como propósito a divulgação de palavras ou termos relacionados às manifestações e expressões retratadas na diversidade cultural dos brasileiros, incluindo indígenas e afrodescendentes. Com o vasto vocabulário utilizado nas representações folclórico-culturais da população brasileira percebe-se que o desenvolvimento do tesouro tem a intenção de servir como um instrumento de referência sobre folclore e cultura popular brasileira.

A versão *online* do Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira apresenta recursos multimídias que permitem ao usuário uma consulta com informações complementares. Além da definição e relações com outros termos, é incluído aos descritores vídeos ou áudios, imagens, fotografia ou artigos publicados sobre o tema pesquisado que facilitam o seu entendimento e estudo. Ainda nesta versão pode-se ter acesso as fontes consultadas, apresentando a listagem de recursos informacionais e *sites* utilizados para a elaboração do Tesouro. Podendo servir de instrumento para o acesso e pesquisa de conteúdos correlatos.

Site: <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro>>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tratou da disponibilidade de fontes de informações que possam permitir a implementação da Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 que estabelece a inclusão obrigatória da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino básico. Respondendo aos propósitos do estudo foi realizada a busca, seleção e identificação de fontes e recursos informacionais sobre as etnias indígena e afro-brasileira que podem ser utilizadas no âmbito escolar como instrumentos para a promoção da diversidade cultural, ensino e aprendizagem dessas temáticas. Podendo também ser úteis para escolas e bibliotecas desenvolverem ações socioeducativas e promoverem a disseminação dessa informação no espaço educacional.

As fontes de informação foram representadas por pessoas, instituições, eventos e documentos que se dedicam a essas temáticas. O estudo resultou na seleção e compilação de um total de sessenta e três fontes de informação. Entre elas foram elencadas oito fontes pessoais, vinte e cinco fontes institucionais, nove eventos como fonte de informação e vinte e uma fontes documentais. Separando-as pelas temáticas abordadas tivemos o resultado de dezenove fontes de informação que atendem a temática indígena, vinte e cinco fontes que tratam da temática afro-brasileira e dezenove fontes de informação que se referem às duas etnias.

A partir da busca e levantamento das fontes de informação dos diferentes tipos, observamos que há uma considerável quantidade de pessoas no Estado do Rio Grande do Sul que são dedicadas a realização de pesquisas e desenvolvimento de atividades que envolvem essas etnias, principalmente sobre os temas relacionados aos afrodescendentes. Estas pessoas-fonte podem contribuir através da realização de palestras e bate-papos com os alunos, ou até mesmo oferecendo oficinas e cursos destinados aos educadores. Podendo a partir dessas atividades ensinar e propiciar novos aprendizados a partir da transmissão de seu conhecimento sobre a história e cultura desses segmentos étnico-raciais.

Destacamos o grande volume de itens informacionais disponíveis na Internet que são voltados ao tema da promoção da pluralidade cultural nas escolas, valorização dos grupos étnico-raciais e aspectos sobre a cultura e história desses segmentos. Contudo, percebeu-se que são poucos recursos que apresentam informações relevantes, fidedignas e com aprofundamento. A maioria traz conteúdos superficiais ou muito abrangentes que não tratam das especificidades da cada um desses grupos, ou ainda não satisfazem a necessidade

informacional em relação ao público que se quer atender: crianças e jovens em formação educacional.

Neste sentido, o estudo se mostrou válido, pois é preciso localizar recursos de qualidade para proporcionar uma educação de excelência. Sendo assim, é preciso distinguir as fontes menos notáveis daquelas que podem contribuir realmente para o processo de desmistificação e quebra de estereótipos criados ao longo da trajetória histórica. Pois somente através de informações corretas, pertinentes e adequadas ao público escolar será possível a construção de um conhecimento acerca das diferenças étnicas e raciais.

As fontes que tratam sobre a história da África e dos afro-brasileiros aparecem em maior número, pois acreditamos que o tema esteja há mais tempo em processo de maturação, devido a lei que inclui a temática afro datar de 2003. Assim, houve tempo suficiente para que estudos e a produção de conhecimento a respeito de suas questões fossem desenvolvidos, resultando em materiais e recursos informacionais. Já as iniciativas indígenas mostraram-se representadas por instituições e pessoas de ascendência não indígena, contudo a comunidade indígena e líderes desses grupos participam das realizações e movimentos a seu favor e em prol da salvaguarda de seu patrimônio cultural e territorial. Tendo sido encontrados recursos em menor quantidade que tenham sido criados por iniciativa própria. Esta constatação pode ser consequência imposta pela dificuldade de acesso à educação e às tecnologias.

As fontes institucionais que se preocupam com os dois grupos se revelaram em número bem expressivo, visto que estes são considerados como grupos semelhantes quando pensada a questão histórico-social, sendo desfavorecidos ou minoritários diante da sociedade como um todo. A partir disso, mostram-se necessárias medidas de inclusão e de políticas afirmativas nas áreas de educação e cultura, favorecendo a elaboração de documentos e realização de atividades que permitam o entendimento da realidade de discriminação e exclusão desses na sociedade, nos ambientes educacionais e no mercado de trabalho. As instituições que trabalham em favor da promoção e proteção do patrimônio cultural material e imaterial também foram consideradas importantes fontes de informação para subsidiar a aplicação de conteúdos referente à história da África, e história e cultura indígena e afro-brasileira no espaço da escola.

Destacamos os eventos, a visita a entidades, passeios a locais representativos e de pertencimento desses grupos, realização de oficinas musicais e artesanais, e ainda o empréstimo de materiais e objetos que representam a cultura material e imaterial dessas etnias às escolas. Podendo ser incluído aqui os espetáculos artísticos, como as apresentações de dança e teatro que são realizadas por instituições, e que os escolares podem assistir. Estas são

atividades que transmitem informações de modo diferenciado que cativam e estimulam o interesse dos escolares, que oportunizam o contato direto com as diferentes culturas que constituem o nosso povo. O intercâmbio de informações permite que os alunos percebam o valor dessas culturas, suas contribuições e influências sobre os costumes e tradições contemporâneas.

As fontes documentais arroladas oferecem, através da realização de pesquisa, leitura e estudo, o conhecimento sobre os aspectos culturais e fatos históricos para o entendimento da história dos indígenas e afro-brasileiros através de diferentes pontos de vista, o que propicia o estabelecimento de relações com outros estudos. São recursos que não se restringem apenas ao texto que é essencial para o desenvolvimento da escrita, leitura e senso crítico, mas também são apresentados documentos caracterizados pela multimídia, entre vídeos, áudios, cartografias e imagens que despertam a atenção dos alunos e são muito úteis para ilustrar e compreender as questões étnico-raciais e sócio-históricas de cada um desses grupos.

A partir do estudo podemos perceber que existem várias oportunidades de qualificação para professores e educadores que são oferecidas por diferentes instituições. São cursos, oficinas, palestras e seminários em que informações são transmitidas para auxiliar na inclusão da temática nas escolas através de práticas pedagógicas e implantação de projetos e métodos didáticos voltados para uma educação baseada na afirmação da diversidade cultural e pautada na construção de valores que permitem combater a intolerância, o desrespeito e a discriminação étnica e racial sobre os índios e afro-brasileiros. A maioria dessas atividades é destinada aos professores, contudo os bibliotecários também podem e devem buscar conhecimento sobre estas etnias para melhor selecionar as fontes de informação para o ambiente escolar e desenvolver ações socioeducacionais também no espaço da biblioteca.

Sugerimos que bibliotecários criem contas ou páginas em redes sociais como o *Facebook* para suas bibliotecas escolares. Este recurso pode ser útil para se ter acesso a informações veiculadas por organizações, grupos de pesquisa ou até mesmo pessoas ligadas ao movimento negro e indígena que promovem e divulgam atividades interessantes para a área educacional e cultural que podem servir para o conhecimento desses grupos étnicos. Grande parte das instituições apresentadas no estudo possui perfis nestas redes, possibilitando o contato com elas e promovendo a disseminação de informações de maneira rápida e atualizada sobre serviços e produtos que são oferecidos ao público. Os educadores também pode se cadastrar no *site* de instituições para receber *feeds* de notícias ou *newsletters* que apresentam informações sobre projetos e trabalhos desenvolvidos.

O bibliotecário atuante no espaço escolar deve estar atento sobre a existência de fontes e recursos informacionais de todo o tipo e ciente da realização de ações que visem à valorização da diversidade cultural das etnias indígenas e afro-brasileiras, podendo divulgá-las amplamente para professores e escolares. A participação efetiva da comunidade escolar nas atividades que beneficiam o aprendizado a partir de experiências e acesso a informações diversificadas encontradas nas fontes informacionais proporcionam a reflexão acerca da identidade cultural dos brasileiros, visando a construção de uma sociedade mais esclarecida e justa em que as diferenças sejam compreendidas e aceitas a partir do estudo e conhecimento desses grupos étnicos.

Por fim, as fontes de informação revelaram-se instrumentos imprescindíveis para o âmbito escolar e para a promoção da diversidade cultural neste espaço. Pois servem de subsídio informacional para o processo de ensino e aprendizagem sobre a história da África, e aspectos históricos e culturais de indígenas e afro-brasileiros. As fontes ainda permitem que professores e bibliotecários trabalhem no desenvolvimento de ações educacionais que atendam a exigência da Lei Federal nº 11.645 de 2008, favorecendo o enriquecimento das práticas pedagógicas em torno das temáticas, pois podem fazer uso e se beneficiar de tais fontes.

As escolas e as bibliotecas escolares devem ser o berço para tais atividades, pois são locais de socialização e educação que devem preocupar-se com estas questões para sensibilizar e mobilizar escolares para que entendam o processo socio-histórico e valorizem a diversidade étnica que influencia a nossa cultura e a sociedade contemporânea. Contribuindo assim para o combate ao preconceito e à discriminação étnica e racial, para a promoção da cultura e favorecimento do pleno exercício da cidadania que interfere diretamente no desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>. Acesso em: 04 jul. 2012.
- BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. **Disseminação da informação**: entre a teoria e a prática. Marília: [s.n], 2003.
- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2012.
- CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 141-119.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 56-70.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 36-48.
- CARRIZO SAINERO, Glória; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ, Pilar; QUINTANA SÁENZ, Eugenio López. **Manual de fuentes de información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994.
- CENDÓN, Beatriz Valadares. A Internet. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 275-300.
- CENDÓN, Beatriz Valadares. Bases de dados de informação para negócios no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17030>>. Acesso em: 02 jun. 2012
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador? . **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 7, n. 1/2, p. 107-122, 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008132&dd1=587b3>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Fontes de informação: um manual para cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação.** São Carlos: EdUFSCar, 2005.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 280-304.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUSA, Clarice Muhlethaler de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 98-102.

GOULART, Medianeira. **Fontes institucionais.** [Porto Alegre: s.n., 2009]. No prelo.

GUIMARÃES, Ângelo de Moura. Internet. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 159-178.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas de informação e documentação.** Brasília, DF: IBICT, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. **Povos indígenas: terra é vida.** 2. ed. São Paulo: Atual, 1999.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Reina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999.

HISTÓRIA ilustrada do rio grande do sul. Porto Alegre: JÁ Editores; Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios, resultados do universo.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2012.

KOSHIBA, Luiz. **O índio e a conquista portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1994.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Pulo: Atlas, 2010.

MARTÍN VEGA, Arturo. **Fuentes de información general**. Gijón: Trea, 1995.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. Informação para educação: os novos cenários para o ensino fundamental, **Revista informação & sociedade**: estudos, Paraíba, v. 10, n. 2. 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13707>>. Acesso em: 23 maio 2012.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOSO, Kátia. M. Queiros. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MKGARRY, Kevin. **O Contexto dinâmico da informação**. Uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 269-279.

MOTT, Luiz. Educação para a diversidade. **Revista observatório Itaú Cultural**, São Paulo, SP, n. 8, p. 175-180, abr./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares;

KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-34.

MUNANGA, Kabenjele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: introdução as suas técnicas. São Paulo: Nacional; Edusp, 1968.

ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PEREIRA, Nilton Mullet. Diversidades e diferença: problemas teóricos e pedagógicos. In: TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (Org.). **Curso de aperfeiçoamento produção de material didático para diversidade**. Porto Alegre: Evangarf; UFRGS, 2011. p. 17-26.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Brasil indígena: 500 anos de resistência**. São Paulo: FTD, 2000.

QUEVEDO, Júlio. ORDONÉZ, Marlene. **A escravidão no Brasil: trabalho e resistência**. 2.ed. São Paulo: FTD, 1999.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jary et al. Análise de conteúdo. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 220-244.

RIVERO, Cléia M. da Luz. A etnometodologia aplicada à pesquisa qualitativa em psicologia e educação. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de (Org.). **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativas e qualitativas**. Rio de Janeiro: LTC, 2007. p. 289-296.

ROSA, Anelise Jesus Silva. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 2, p. 372-381, jul./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007956&dd1=235de>>. Acesso em: 24 abr. 2012

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. 4. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; CALABRE, Lia. Políticas e diversidade cultural no Brasil. **Revista observatório Itaú Cultural**, São Paulo, SP, n. 8, p. 35-40, abr./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 73-102.

SOUSA, Francinete Fernandes de; CARVALHO, Rosires de Andrade; MARINHO, Vanildo Mousinho. Ação cultural e cidadania: uma história sem fim. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 62-67, jan./dez. 1994. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001527&dd1=2d08c>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

TOMAÉL, Maria Inês et al. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 13-35, 2001.

TOMAÉL, Maria Inês et al. critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na Internet.: In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Martha Lígia Pomim (Org). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2008. p. 3-28.

TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (Org.). **Curso de aperfeiçoamento produção de material didático para diversidade**. Porto Alegre: Evangarf; UFRGS, 2011.

UNESCO; BRASIL. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília, DF: Unesco, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. Publicações Governamentais. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 111-119.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

VILLASEÑOR RODRÍGUEZ, Isabel. Los Instrumentos para la Recuperación de la Información: las fuentes. In: TORRES RAMIREZ, Isabel de. **Las fuentes de información: estudios teórico-prácticos**. Madrid: Síntesis, 1998. p. 29-42

YAOMAOKA, Eloi Juniti. O uso da Internet. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 146-163.

ANEXO A – Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008¹⁰

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 23 maio 2012

ANEXO B – Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 ¹¹

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

[Mensagem de veto](#)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1^ª A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1^º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2^º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3^º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2^ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182^ª da Independência e 115^ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

¹¹ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 23 maio 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de análise das fontes de informação

Item	Elementos a serem considerados
Tipo da fonte de informação	Fonte institucional, pessoal, documental ou evento como fonte de informação.
Título/nome da fonte	Denominação dada à fonte para sua identificação.
Produtor	Identificação do produtor ou autor da fonte.
	Breve descrição profissional, acadêmica ou pessoal.
	Endereço, meios para contato, horário de funcionamento e data, quando necessário.
Caracterização do produtor	Tipo de instituição: pública ou privada, comercial, governamental; organizações internacionais, educacionais, organizações profissionais, unidades de informação.
Finalidade	Explicitação dos objetivos da fonte.
Público pretendido	Referencia ao público almejado. Concernente ao encontro das necessidades dos potenciais interessados.
Conteúdo	Breve descrição do conteúdo, incluindo seu escopo (indígenas ou afro-brasileiros) e cobertura.
Cobertura tópica	Assuntos que caracterizam o conteúdo, assunto principal, assuntos secundários, vários assuntos.
Cobertura geográfica	Área geográfica para a qual a informação se aplica ou da qual foi derivada. Internacional, nacional, regional, estadual e municipal.
Tipo de informação contida	Se referencial: referencial, resumo/abstract, texto completo, dados estatísticos ou numéricos, outros.
	Documentos disponíveis: monografias, publicações periódicas, notícias, artigos, instrumentos de ensino e aprendizagem, exposições de objetos.
	Texto, imagem, som, vídeo, objetos, obras de arte, <i>links</i> .
Forma do suporte	Impresso, <i>realia</i> , digital.
Número de registros	Quantidade de registros na fonte (número de registros bibliográficos, número de pessoas, empresas ou produtos cadastrados).
Condições de acesso	Gratuito, gratuito mediante inscrição, pago, mediante assinatura.
Tempo de cobertura	Período coberto pelos dados disponíveis na fonte: data de início e fim, tempo de cobertura variado.
Frequência de atualização	Frequência com que os dados são atualizados.
Serviços fornecidos	<i>chats</i> , espaço para participação, relatórios, outros tipos de publicação, visitas guiadas, visitas em escolas, atividades extras e outros serviços.
Observações	Dados complementares e relevantes sobre a fonte, fornecidos pelo produtor, obtidos na Internet e/ou outras fontes.